

**FÁBIO ANTÔNIO FLORES RAUSCH**

**O JORNALISMO SENSACIONALISTA  
NA IMPRENSA SUL-RIO-  
GRANDENSE: UMA PROPOSTA DE  
CODIFICAÇÃO DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão do Mestrado em  
Comunicação Social para a obtenção do título  
de Mestre em Comunicação Social Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pós-Graduação Programa de Pós-Graduação  
em Comunicação Social.

Orientador: Dr. Jacques Alkalai Wainberg

Porto Alegre  
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R248j Rausch, Fábio Antônio Flores  
O jornalismo sensacionalista na imprensa sul-rio-grandense:  
uma proposta de codificação de gênero / Fábio Antônio Flores  
Rausch. - Porto Alegre, RS, 2011.  
143 p. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Social, 2011.  
“Orientação: Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg.”  
Apresenta bibliografia.

1. Jornalismo - RS. 2. Imprensa sul-rio-grandense. 3. Gêneros  
jornalísticos. 4. Jornalismo sensacionalista. I. Título.

CDU: 070(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Jornalismo - RS  
070(816.5)
2. Imprensa sul-rio-grandense  
070.1(816.5)
3. Gêneros jornalísticos  
070
4. Jornalismo sensacionalista  
070.11

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Michele Marques Baptista – CRB 10/1633

**FÁBIO ANTÔNIO FLORES RAUSCH**

**O JORNALISMO SENSACIONALISTA  
NA IMPRENSA SUL-RIO-  
GRANDENSE: UMA PROPOSTA DE  
CODIFICAÇÃO DE GÊNERO**

Porto Alegre, 29 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt

---

Prof. Dra. Silvana Souza Silveira

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais, Antonio Carlos de Jesus Rausch e Vera Lúcia Flores Rausch. A minha mãe, muito especialmente, sempre insistiu para que não abandonasse o mestrado e para que continuasse acreditando na pesquisa acadêmica.

A minha querida Joice Keli de Oliveira, a todo instante, ao meu lado, me apoiando, com amor, carinho e ternura, a me incentivar, sem me deixar esmorecer, mesmo nos momentos mais difíceis.

No plano acadêmico, começo agradecendo ao meu sempre orientador, professor e amigo, Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt. A ele, devo a

tomada de gosto pela pesquisa e o permanente incentivo, para que me mantenha focado nas jornadas acadêmicas.

Ao meu orientador neste projeto, o professor Dr. Jacques A. Wainberg, com quem travei saudáveis discussões, estas que me levaram a buscar maior amadurecimento acadêmico. Em nome dele, estendo a gratidão pelas sugestões feitas, pelos integrantes da banca.

Sou grato ao amigo, escritor e jornalista Celito De Grandi, de quem recebi grandes incentivos e oportunidades. Foi a partir da experiência, como seu pesquisador, que me interessei pela temática do Jornalismo Sensacionalista.

Menos grato não sou ao coordenador do Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite. Este amigo, o Beto, de longa data, nunca se furta de me sugerir caminhos de pesquisa, fontes documentais e de me motivar.

Agradeço, também, aos professores Dr. Francisco Ricardo Rüdiger, pela inspiração de suas obras; Dr. Roberto Ramos, pelas sugestões metodológicas; Dr. Juremir Machado da Silva, pela concessão da bolsa parcial, sendo extensivo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao próprio PPGCOM da PUCRS.

Não esqueço, ainda, da atenção e do interesse que tive de Kellen Moraes, assistente de pesquisa do Centro de Documentação e Informação da Zero Hora, e de Marcello Campos, jornalista do Arquivo Sonoro da Rádio Guaíba.

Menos disposição não encontrei nas dicas do professor Dr. Leonel Azevedo de Aguiar, que coordena a Mesa *Ética e Sensacionalismo*, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), de cujas discussões tenho participado desde 2009.

Saliento a tolerância com que contei de Eloá Nespolo, coordenadora de Comunicação Social da Câmara Municipal de Caxias do Sul, onde atuo como jornalista concursado, para as minhas pausas no trabalho, a fim de me dedicar a esta dissertação.

## **DEDICATÓRIA**

À crença de que o Bom Jornalismo se faz com inteligência, persistência e talento, na incansável tentativa de aliar história, técnica e teoria.

Muito especialmente, quero dedicar este trabalho a minha noiva, Joice, uma síntese de amor, disciplina e ternura, com quem aprendo, todo dia, o gosto de amar.

A Dona Vera, a minha inspiração do que significa fazer valer a pena, sem esperar algo em troca, a não ser que a recompensa seja a felicidade do próximo. Eis, aí, um exemplo do que é ser humano.

O poder político é quase tão-só um gigantesco espelho que nos reflete aquilo que nós queremos ver refletido, sem que isso, necessariamente, reproduza a realidade ou seja a sua cara fiel. A pompa ou as convenções humanas — chame-se como for — deram ao poder a chama e a luminosidade do deslumbramento, e, assim, ao ser lume e luz, nos deslumbra.

Não nos deslumbra, porém, no sentido de nos fazer mais luz, mas no sentido de nos ofuscar e nos cegar. Todo deslumbramento é um choque e todo deslumbramento enceguece pelo acúmulo e diversidade de luzes que contém. Pela sua intensidade.

Jornalista Flávio Tavares, em **O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do poder.**

## RESUMO

Este trabalho tenciona propor formas de codificação do gênero *Jornalismo Sensacionalista*. Segue-se a orientação metodológica da Hermenêutica de Profundidade, proposta por John B. Thompson, e da Análise do Discurso das Mídias, de Patrick Charaudeau. A partir de revisão bibliográfica, entre autores brasileiros que se dedicaram à temática do Sensacionalismo, foi estruturado um quadro codificador, contendo 19 verbetes e as correspondentes significações semânticas. De posse disso, houve a sistematização de quatro categorias, para verificar níveis de *sensacionalização*, por assim dizer, nas narrativas de 12 matérias de seis jornais gaúchos que se dedicaram a cobrir, jornalisticamente, os casos Kliemann, Daudt e Eliseu. Pelo teor dos crimes que fundamentaram esses casos, procura-se examinar até que ponto se poderia falar em um jornalismo sensacionalista, no âmbito da trajetória da Imprensa Sul-Rio-Grandense.

**Palavras-chave:** Teoria do Jornalismo — Gêneros Jornalísticos — Jornalismo Sensacionalista — Imprensa Sul-Rio-Grandense — Casos Kliemann, Daudt e Eliseu.



## ABSTRACT

This work aims to propose ways to codify the *Sensationalist Journalism* genre. It was followed the methodological orientation of Deep Hermeneutics proposed by John B. Thompson and the Discourse Analysis of Medias by Patrick Charaudeau. Based on the bibliographic review of Brazilian authors, who dedicated to the Sensationalism Thematic, it was codified a table with 19 entries and the correspondent semantic meaning. Based on that, it was systematized into four categories to verify the level of *sensationalization* in the narratives of the 12 articles from six gaúcho's newspapers that dedicated to journalistically cover the cases of Kliemann, Daudt and Eliseu. Due to the content of the crimes that were founded on these cases, we aim to examine until what point we can talk about sensationalist journalism along the history of the Sul-Rio-Grandense Press.

**Key-words:** Journalism Theory — Journalistic Genre — Sensationalist Journalism — Sul-Rio-Grandense Press — Cases Kliemann, Daudt and Eliseu.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 EVOLUÇÃO DA IMPRENSA .....	14
2.1 Panorama da Imprensa Sul-Rio-Grandense.....	20
3 A NATUREZA DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS .....	32
3.1 <i>Fait divers</i> , um componente para as coberturas sensacionalistas .....	39
3.2 História das práticas sensacionalistas.....	42
3.3 O desenvolvimento conceitual do gênero do Sensacionalismo .....	44
3.4 Alguns fatores das ditas matérias sensacionais.....	50
4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS .....	56
4.1 Hermenêutica de Profundidade (H.P.) .....	56
4.2 Discurso das Mídias .....	60
5 ANÁLISE .....	68
5.1 Caso Kliemann.....	69
5.1.1 <u>Última Hora</u> .....	75
5.1.2 <u>Diário de Notícias</u> .....	80
5.2 Caso Daudt .....	85
5.2.1 <u>Zero Hora</u> .....	89
5.2.2 <u>RS — O Jornal do Jockymann</u> .....	92
5.3 Caso Eliseu .....	98
5.3.1 <u>Correio do Povo</u> .....	99
5.3.2 <u>Diário Gaúcho</u> .....	102
6 CONCLUSÃO .....	105
REFERÊNCIAS .....	108
ANEXO A .....	115
ANEXO B .....	118
ANEXO C .....	121
ANEXO D .....	122
ANEXO E.....	124
ANEXO F.....	126
ANEXO G .....	128
ANEXO H.....	133

ANEXO I.....	138
ANEXO J .....	140
ANEXO L.....	142
ANEXO M .....	143

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho começa diante de significativo desafio. Qual seja, estudar práticas sensacionalistas no âmbito da história da imprensa sul-rio-grandense. Primeira dificuldade: não existe, no Rio Grande do Sul, uma tradição voltada a produzir jornais com esse caráter, o que, de maneira diversa, já é mais frequente, no âmbito da imprensa do Sudeste brasileiro. Leia-se, a propósito, o Notícias Populares, de São Paulo, periódico este que possibilitou competentes estudos, como aqueles desenvolvidos por Danilo Angrimani (1995) e Rosa Nívea Pedroso (2001).

Ciente das limitações que, por ora, possam travar o processo de pesquisa e de análise desta dissertação, não se está, aqui, procurando chifre em cabeça de cavalo, no jargão popular. Muito pelo contrário, a intenção é, de antemão, se desvencilhar de rótulos pejorativos, tão habituais para classificar o trabalho da imprensa, no sentido de chamá-lo de sensacionalista.

Em outra dissertação de mestrado, diante de situação não muito diferente da referida acima, Fábian Chelkanoff Thier (2009) empreendeu estudo sobre o Diário Gaúcho, com a finalidade de demonstrar que o design gráfico de um jornal potencializa a sua estrutura editorial, na condição de periódico popular. Se bem conduzido, tal projeto gráfico, segundo ele, acarreta, inclusive, aumento dos índices de leitura.

Desse modo, Thier (2009) procurou evidenciar que, ao invés de chegar ao ponto de publicar fotos com vísceras, caso, por exemplo, do citado Notícias Populares, cujo modelo sensacionalista chegou a ser abandonado pela direção editorial daquele jornal, pertencente ao grupo Folha, antes do encerramento das suas atividades, desencadeado em 20 de janeiro de 2001 (CAMPOS JR.; LEPIANI; MOREIRA; e LIMA, 2011), o Diário Gaúcho afirma-se como periódico popular que busca facilitar a leitura de uma camada da população, voltando-se para a prestação de serviço.

Thier (2009) observou, ainda, aproximações entre o Diário Gaúcho e o Jornal Extra, do Rio de Janeiro, vinculado ao grupo que também dirige O Globo.

Com relação ao jornal O Dia, outro periódico popular do Rio de Janeiro, serão referidos os estudos de Leonel Azevedo de Aguiar (2009; 2010). Ele verificou que o caráter popular de O Dia não o impediu de conquistar, por sete vezes, na categoria de melhor reportagem, o Prêmio Esso de Jornalismo.

Na mesma linha, Márcia Franz Amaral (2006), como será comentado mais adiante, também vai questionar o chamado velho conceito de sensacionalismo e mostrar a evolução do gênero, também, no sentido do jornalismo de serviço. Ela reclama, ainda, da falta de novos olhares sobre a temática.

Quanto a este último ponto, percebe-se que as obras de referência, nessa área, vêm se detendo em problematizar o sensacionalismo, a partir de um só periódico, em situações muito específicas. Mas, com efeito, parece que os conceitos desse campo de estudo precisam ser encarados à luz de contextos mais amplos, capazes de permitir um olhar evolutivo, dentro da própria história do jornalismo.

O motivo, de se trazer esse enfoque de análise para o contexto do jornalismo gaúcho, deve-se à constatação de que, por vezes, até, pesquisadores da área, a partir de ligeiras observações, comentam que, neste ou naquele caso, algum periódico teria se comportado de forma compatível com os fundamentos que caracterizam a imprensa sensacionalista.

Sob a ótica do *fait divers*, notícias de crimes envolvendo pessoas conhecidas, foram escolhidos os casos Kliemann, Daudt e Eliseu. Em momentos distintos da história da imprensa do Rio Grande do Sul — anos 1960, 1980, 1990 e 2000 — a partir dos periódicos Diário de Notícias, Última Hora, Zero Hora, Correio do Povo, RS — O Jornal do Jockymann e Diário Gaúcho, serão aplicadas categorias codificadoras do gênero *sensacionalista*, a fim de verificar a presença, ou não, desse caráter genérico, nos relatos jornalísticos alvos de análise.

Pelo teor dos crimes que fundamentaram esses casos, procura-se examinar até que ponto se poderia falar em um jornalismo sensacionalista, no âmbito da trajetória da imprensa sul-rio-grandense.

A hipótese caminha no sentido de que a natureza impactante dos casos arrolados leve a claras possibilidades de se observarem *sensacionalizações*, por assim dizer. Ao invés de uma análise detida num só caso, opta-se por tratar as matérias de forma alegórica, para verificar comportamentos jornalísticos, com o intuito de se chegar a alguma consideração, quanto ao nível de presença, ou não, do gênero *sensacionalista*.

Mediante revisão bibliográfica, entre autores brasileiros que se dedicaram a problematizar a temática do sensacionalismo na imprensa, o presente estudo buscará desenvolver formas de codificação para o gênero *jornalismo sensacionalista*. Segue-se a orientação metodológica da *hermenêutica de profundidade*, proposta por John B. Thompson, e da *análise do discurso das mídias*, de Patrick Charaudeau.

Defende-se, portanto, maior cuidado a taxar este ou aquele jornal, esta ou aquela notícia, como sensacionalista, algo que, não raras vezes, sai da garganta de leitores e, inclusive, de jornalistas profissionais. Entende-se haver uma só possibilidade, nesse sentido: examinar níveis de *sensacionalização*, por meio de análises discursivas, sobre os recursos narrativos, empregados na construção das matérias jornalísticas.

A divisão dos capítulos desta dissertação baseou-se na orientação de Thompson (1995; 2007), de que todo estudo precisa levar em consideração fatores sócio-históricos. Sendo assim, o primeiro capítulo dedica-se a traçar uma evolução da imprensa, em sentido genérico, partindo de experiências remotas, no contexto europeu, até chegar ao plano da imprensa do Rio Grande do Sul, incluindo os jornais objetos de estudo. Há preocupação com fatores conceituais, técnicos, dentre outros.

O segundo capítulo traz caracterizações do campo jornalístico, estrito senso, procurando detalhar as suas raízes e, sobretudo, a natureza dos gêneros que embasam a sua prática, até chegar ao jornalismo sensacionalista. Neste caso, busca-se detalhar a sua história, em âmbito mundial e nacional, e as suas bases conceituais. Caracterizam-se, ainda, componentes como *fait divers*, estereótipo e crime.

No terceiro capítulo, são explicitadas as estratégias metodológicas de trabalho e a formulação das categorias que permitirão, na sequência, analisar os tópicos propostos, à luz de uma codificação do gênero *jornalismo sensacionalista*. Esta última etapa diz respeito ao quarto capítulo, no qual se buscam níveis de *sensacionalização*, em matérias jornalísticas, dentro do panorama comentado, desde a abertura desta introdução.

## 2 EVOLUÇÃO DA IMPRENSA

As folhas volantes, avulsos impressos que antecederam os jornais, representam algumas das primeiras tentativas de se difundir opinião pela imprensa. Desde a metade do século XV, elas serviam para a propaganda, na época da Reforma, em países que se desligaram da ortodoxia da Igreja de Roma (BELTRÃO, 1980). Em seguida, contudo, a censura a essas folhas opinativas, tanto da parte eclesiástica quanto da governamental, traria efeito nos primeiros jornais do século XVII, tornados meros “repositórios de informações” (BELTRÃO, 1980, p. 33).

Jürgen Habermas (1984) constata que a imprensa europeia, no século XVIII, ainda movimentada por interesses comerciais e lucros modestos, dentro da lógica do Capitalismo nascente, sofrerá profundas mudanças. Ao trânsito de notícias e à coleta de informações, é agregada tendência opinativa. A consequência imediata consiste no florescimento da imprensa político-partidária. Primeiro, restringe-se à discussão literária. Mas, quase que simultaneamente, volta-se ao debate dos ditos assuntos públicos.

No que observa como a institucionalização da privacidade oposta ao público, que se inicia no século XVII e se consolida no centenário posterior, Habermas (1984a) aponta mudanças no estilo arquitetônico das casas europeias. Antecipando o que, já no século XXI, ainda será motivo de espanto, comenta que o espaço de convívio familiar reduz-se substantivamente e que cada membro da família vai se isolar em quartos. Porém, há exceções, sobretudo, quando está questão o contato com o público, no âmbito privado:

Festas familiares tornam-se noitadas em sociedade, a sala da família torna-se sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público. (...) A linha entre a esfera privada e a esfera pública passa pelo meio da casa. As pessoas saem da intimidade de seus quartos de dormir para a publicidade do salão (HABERMAS, 1984a, p. 62).

No plano da esfera pública política, Habermas (1984a) ressalta que, durante o século XVIII, a “polêmica burguesa” (p. 70), além de se dirigir contra a aristocracia, vai questionar o princípio da soberania absoluta. Menciona Charles-Louis Montesquieu, John Locke, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes e lembra que, ao segredo de Estado, será contraposto o princípio da publicidade:

Os critérios de generalidade e abstração que caracterizam a norma legislativa deveriam ter uma peculiar evidência para as pessoas privadas que, no processo de comunicação da esfera pública literária, asseguravam a sua própria subjetividade, oriunda da esfera íntima (HABERMAS, 1984a, p. 72).

Ao discutir a evolução do conceito de *opinion* para *public opinion*, o mesmo autor vai referir a presença de traços do Iluminismo e do jornalismo político.

Entre princípios de busca pela racionalidade e de equilíbrio, entre o poder laico (secular) e o religioso e a preponderância da racionalidade e da liberdade, na construção do conhecimento, foi que se construiu o maior patrimônio deixado pelo chamado Século das Luzes (BETTIOL; HOHLFELDT, 2009). Os ditos enciclopedistas, entre os quais figuravam, por exemplo, Jean-Jacques Rousseau, Voltaire, d'Alembert e Denis Diderot, desenvolveram um instrumento praticamente infalível, na difusão do saber científico.

“Os autores, especialmente d'Alembert e Diderot, afirmaram claramente aqui a razão como fonte do conhecimento, e não a revelação, como a Igreja Católica pretendia” (HOHLFELDT, 2009, p. 17). *L'Encyclopédie de Diderot et d'Alembert*, de início, publicada em 1751, já na edição de 1765, apresentará 71.818 verbetes e 2.885 pranchas ilustrativas.

Se “o resultado imediato da Enciclopédia é um contradiscurso, (...), uma linguagem que vem para instaurar novos poderes” (BETTIOL; HOHLFELDT, 2009, p. 12), então, a Revolução Francesa de 1789, produto das Luzes, consiste em “divisor de águas entre os velhos regimes, em que não havia necessidade de persuadir o povo, e os Estados modernos, em que ele é o principal alvo da propaganda” (BURKE, 1994, p. 212).

Ao passo disso, dar-se-á o que Ciro Marcondes Filho<sup>1</sup> (2002) entenderá como a “ebulição do jornalismo político-literário” (p. 11), no momento das primeiras transformações resultantes da Revolução Francesa, de 1789, que perdura até a metade do século XIX. Os jornais começam a ser diários e políticos, já que a liberdade de imprensa fica garantida pela Declaração de 1789 e pela Constituição de 1791. “Desse modo, os autores conhecidos se confundem com nomes de revolucionários, oradores políticos, Mirabeau, Danto, Robespierre e com jornalistas ativos como Camille Desmoulins” (CARVALHAL, 2009, p. 113).

---

<sup>1</sup> Na divisão dos períodos que caracterizam a evolução do jornalismo, Ciro Marcondes Filho (2002), além desse *primeiro jornalismo*, que vai de 1789 até metade do século XIX, vai referir o *segundo jornalismo* (o jornal como grande empresa capitalista), o *terceiro jornalismo* (no século XX, as empresas jornalísticas constituem monopólios) e o *quarto e último jornalismo* (ao final do século XX, embora iniciado por volta dos anos 1970; trata-se do jornalismo da era tecnológica). Tais etapas serão retomadas no decorrer da periodização do presente trabalho.



Na fase anterior, prevaleceram os obscurantismos do sistema Monarquista, primeiro, e do Absolutista, depois, herdados da Idade Média e da Idade Moderna, e que estabeleciam o controle do saber e vetavam o acesso do cidadão comum à informação (MARCONDES FILHO, 2002). Por isso mesmo, Habermas emenda:

O aparecimento de um jornal político e sua afirmação tinham o mesmo significado que o engajamento na luta pelo espaço livre da opinião pública, pela difusão e discussão pública como princípio (HABERMAS, 1984, p. 144).

Em lugares como o Café Gradot, de Versalhes, na França, eram discutidas ideias científicas e novidades do meio intelectual (BETTIOL, 2009). Salões e cafés, portanto, representavam os espaços de socialização.

Observar esse tipo de imprensa nos períodos de revolução é exemplificativo para uma época em que os jornais, mesmo das menores associações e uniões políticas, surgiam aos montes em Paris de 1789, e também em Paris de 1848: cada político razoavelmente destacado criava o seu clube, cada dois criavam seu jornal. Somente entre fevereiro e maio surgiram, aí, 450 clubes e mais de 200 jornais (HABERMAS, 1984, p. 143).

Na Inglaterra, a partir da Revolução de Cromwell, em 1648 (LAGE, 2006), começa o jornalismo literário, com a presença de publicações eruditas. As revistas semanais assumirão caráter moralista, visando à prática da propaganda pedagógica. Na sequência, a escrita jornalística apresentará, progressivamente, um viés político, a partir da “iniciativa individual de eruditos e escritores” (HABERMAS, 1984, p. 142).

Tal ambiente encontrará ressonância em Porto Alegre, na metade do século XIX. Na Sociedade do Partenon Literário, presidida por Apolinário Porto Alegre, fundada em 18 de julho de 1868, seriam fomentados debates políticos, como os de teor republicano (ERICKSEN, 1977), em pleno Império da Família Bragança. Além de editar a Revista do Partenon Literário, seus associados, entre os quais, figuras como Júlio Prates de Castilhos e Borges de Medeiros, discutirão o propósito de difundir os ideais republicanos pelo estado (BAUMGARTEN, 1982), a fim de enfraquecer o regime monárquico.

Os artigos dos periódicos, escritos com profundidade temática, já distanciados do puro panfletarismo, demonstram a linguagem agressiva dos jornalistas de então, mas que não chega a ser vulgar (WEIL, 1962; WATT, 1990). O fortalecimento da vida partidária permitiu aos políticos transformar o jornalismo numa militância objetiva, que se tornava “meio de formação doutrinária da opinião pública” (RÜDIGER, 2003a, p. 36).

Com a Revolução Industrial da segunda metade do século XIX, nasce o *leitor movente, fragmentado*, “fugaz, novidadeiro, de memória curta, mas ágil. (...) Um leitor de fragmentos, leitor de tiras de jornal e fatias de realidade” (SANTAELLA, 2004, p. 29). Ele perdura a partir da formação dos grandes centros urbanos. Em paralelo, dá-se a consolidação das *empresas jornalísticas* (MARCONDES FILHO, 2002).

Nesse período é que se podem notar ganhos quanto à maior complexidade, em termos de consolidação das redes de comunicação de massa, com destaque às redes de telégrafo e ao desenvolvimento das agências de notícias. Menos oportuno não é verificar a natureza das formas como se dão o processo comunicativo.

Em meio ao inventário de teorias da comunicação que organiza em regulares edições de livro introdutório<sup>2</sup>, no capítulo *Fundamentos gerais da problemática teórica da comunicação*, Francisco Rüdiger (2003) retoma ponto de vista que houvera traçado em oportunidade mais remota<sup>3</sup>. Diz preferir, à moda alemã, sob evidente influência de Jürgen Habermas, chamar o conjunto de pesquisas e estudos interdisciplinares da comunicação de *Publicística*.

Mais adiante, Rüdiger (2003) acentua o termo *conversação*, empregado por Gabriel Tarde<sup>4</sup>, no intuito de compreender a evolução do processo comunicativo, com base nos princípios da Modernidade. “A conversação se encontra sujeita ou se nutre de várias fontes, constituindo por isso mesmo uma espécie de mediação cotidiana do conjunto das relações sociais, da difusão de ideias e da formação das condutas que têm lugar na sociedade” (2003, p. 16).

Em longa citação de Tarde, Rüdiger acrescenta que “a conversação é, antes da imprensa, o único obstáculo aos governos, o abrigo inexpugnável da liberdade; cria as reputações e os prestígios, determinando a glória e, através dela, o poder” (TARDE apud RÜDIGER, 2003, p. 16; TARDE, 2005, p. 113).

Tarde (2005) também atribui à imprensa, ao chegar à fase do jornal, o papel de tornar universal tudo aquilo que ocorria no âmbito do local. Anteriormente, as informações, de caráter difuso, não conquistavam maior abrangência, sobretudo, por conta de interesses políticos, não raras vezes, do chefe do Estado.

<sup>2</sup> RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Edicon, 2003.

<sup>3</sup> RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e teoria social moderna: Introdução aos fundamentos conceituais da publicística**. Porto Alegre: Fênix, 1995.

<sup>4</sup> A primeira versão de **A opinião e as massas**, de Gabriel Tarde, data de 1901. No presente caso, Rüdiger utiliza uma edição de 1992, da editora Martins Fontes.

Nesse panorama, John B. Thompson (2008) propõe dois desenvolvimentos-chave que, ao longo dos séculos XV, XVI e XVII, impulsionam o comércio de notícias: a adoção de serviços postais regulares e o emprego da imprensa na produção e disseminação noticiosa.

Em virtude de uma série de inovações técnicas associadas à invenção da impressão e, conseqüentemente, à codificação elétrica da informação, as formas simbólicas começaram a ser produzidas, reproduzidas e distribuídas numa escala sem precedentes. Os modelos de comunicação e interação se transformaram de maneira profunda e irreversível. Estas mudanças, que incluem o que chamaríamos de mediação da cultura, tinham uma base cultural muito clara: o desenvolvimento das organizações da mídia (THOMPSON, 2008, p. 49).

Precisa ficar claro que, conforme Thompson (2008), o crescimento das indústrias da mídia ainda é influenciado por três fatores: 1) a transformação das instituições da mídia em interesses comerciais de grande escala; 2) a globalização da comunicação; 3) o desenvolvimento das formas de comunicação eletronicamente mediadas.

Nesse contexto, desenvolve-se a *indústria cultural*, expressão cunhada por Theodor Adorno e Max Horkheimer, no texto **Dialética do Esclarecimento**, de 1947. Membros da chamada Escola de Frankfurt, gestada em 1923, na Universidade de Frankfurt, eles trouxeram luz, também, para o consumo massivo de produtos culturais.

Para Virginia Pradelina da Silveira Fonseca (2005), aquele conceito designa “o conjunto de organizações empresariais, altamente concentradas tecnicamente e de capital centralizado, que produzem e distribuem objetos culturais em grande escala, (...) visando à rentabilidade econômica” (p. 72).

A propósito, a mesma autora atenta para a questão de que, pela lógica capitalista, as notícias são concebidas como mercadorias, voltadas à obtenção do lucro. “A transformação do jornal e da notícia em produto é fenômeno circunscrito às indústrias culturais contemporâneas da etapa monopólica, ainda que tardia, do capitalismo brasileiro” (FONSECA, 2005, p. 122). Ela agrega o jornalismo a outras atividades sócio-culturais, casos de livro, música, cinema, etc.

Na sequência, o advento da *interação mediada* provoca significativo interesse em Thompson (2008), sobretudo, pelo fato de não mais ser necessário que emissores e receptores partilhem do mesmo ambiente físico para se comunicarem. Em seguida, ele sugere três tipos de interação: *face a face*; *mediada* (telefone, por exemplo); e *quase-interação mediada*.

A terceira categoria, enumerada por aquele autor, receberá maior atenção neste trabalho, já que se trata daquela que envolve os meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, internet, etc.). Ao contrário das outras duas modalidades, essa produzirá formas simbólicas para número indefinido de receptores potenciais, com preponderância ao sentido monológico, uma só via, até porque as possibilidades de retorno do receptor ficam restritas. “Ela não tem o grau de reciprocidade interpessoal de outras formas de interação, seja mediada ou face a face, mas é, não obstante, uma forma de interação” (THOMPSON, 2008, p. 80).

Thompson (2008) atenta que, embora a ausência de contato físico limite as chances de resposta por parte do leitor, ouvinte, telespectador, etc., não está descartada a possibilidade de se criarem laços de amizade, afeto, lealdade. Basta ver, por exemplo, casos de leitores fiéis a este ou aquele jornal, programa, colunista.

Ele ainda vai questionar graus de interação a partir de ligações telefônicas ou envios de *e-mail*. Mesmo na participação ao vivo, o contexto midiático pode limitar a espontaneidade de eventuais laços comunicativos, no que tange à efetiva intervenção do receptor em determinado programa. Saliente-se que, antes desse ato, uma pauta a pré-estabeleceu.

Para esta abordagem, vale a descrição de que “a leitura de notícias é uma forma rotineira de destino receptor direto: é planejada para acontecer em tempos fixos e de modo regular, para que os receptores possam integrá-la no fluxo temporal de suas rotinas diárias” (THOMPSON, 2008, p. 93).

Com relação às funções da imprensa, Luís Amaral (1986), enumera quatro: *política*; *econômica*; *educativa*; de *entretenimento*. Ao passo que reconhece o papel educacional da informação jornalística, alerta para o que define como circunstância imperativa: a estrutura comercial da imprensa. A exemplo de Ciro Marcondes Filho, na ideia do jornalismo como indissociável de feições empresariais, o autor não vacila: “Ora, o dever primordial de uma empresa é lutar por sua sobrevivência. A função educativa só pode, assim, ser cumprida, após o equilíbrio do balanço comercial” (AMARAL, 1986, p. 23).

No que tange à terceira categoria que enumera, Amaral (1986) entende ser a recreação a segunda função psicossocial da imprensa, vinda logo depois do seu binômio, *educação-informação*.

Quanto à informação midiática, Patrick Charaudeau (2006) diz que o seu efeito está ligado ao contexto no qual aparece. Na construção de sentido, fala que o mundo a significar é

transformado em mundo significado. Segundo ele, o ato de informar perpassa as etapas de *descrever* (identificar-qualificar fatos), *contar* (reportar acontecimentos), *explicar* (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos).

Ao questionar até que ponto o discurso midiático reflete os acontecimentos, aponta que a verdade não está no discurso, mas, somente, no efeito que produz. “No caso, o discurso de informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável e com consequências diversas, efeitos de autenticidade, de verossimilhança e de dramatização” (CHARAUDEAU, 2006, p. 63). Acrescenta que o acontecimento encontra-se no “mundo a comentar” (2006, p. 95) e que só chegará à recepção depois de ser tornado inteligível, na instância do pensamento de quem o constrói.

## 2.1 PANORAMA DA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

Qualquer estudo sobre a história da imprensa do Rio Grande do Sul deve levar em consideração a existência, por cerca de um ano, do Diário de Porto Alegre, primeiro jornal<sup>5</sup> do estado, que circulou de 1º de junho de 1827 a 30 de junho de 1828. Ele era composto e impresso na Tipografia Rio-Grandense, adquirida no Rio de Janeiro, chegando a Porto Alegre em 4 de agosto de 1822, através de subscrição pública, feita um ano antes, pelo então Presidente João Carlos Saldanha de Oliveira e Daun, no custo total de 918\$340 mil réis (ERICKSEN, 1977). Oliveira e Daun, contudo, não chegou a empregar o prelo, já que fora afastado do cargo e preso logo após a proclamação da Independência (RÜDIGER, 2003a).

Somente depois da Batalha do Passo do Rosário (FORTES, 1977), quase cinco anos após a sua chegada, no Rio Grande, a tipografia seria operada, a partir da vinda dos franceses Claude Dubreuil e Estivalet, respectivamente, compositor e impressor.

O Diário de Porto Alegre teve a direção e redação de João Inácio da Cunha, depois, substituído por Vicente Ferreira Gomes, vulgo *Carona*. As duas páginas que formavam a folha precursora mediam 30 cm de altura por 18 cm de largura cada (VIANNA, 1977), ou 32

---

<sup>5</sup> Não se ignora, porém, que o primeiro prelo a funcionar, no Rio Grande do Sul, foi a Imperial Tipografia do Exército. Sua obtenção coube ao Marquês de Barbacena, durante ida ao Rio de Janeiro. No período da intervenção brasileira, na região do Prata, por conta da Guerra Cisplatina (1811-1828), ela imprimiu apenas dois boletins e uma proclamação, sendo perdida na Batalha do Passo do Rosário, a 20 de fevereiro de 1827, para tropas argentinas (FORTES, 1977).

cm por 22 cm (ERICKSEN, 1977), nas quais se publicavam atos e comunicados oficiais do governo provincial, diariamente, à exceção de domingos e feriados. A assinatura custava 4\$000 réis por semestre. O exemplar era vendido por 40 réis.

Lourival Vianna (1977) considera inútil a tentativa de prosseguir na discussão a respeito de este não ter sido o primeiro impresso local, devido à carência de dados inéditos sobre o assunto:

Seria estéril (...) reprisar conjeturas de que a imprensa, no Rio Grande do Sul, teria surgido antes de 1827, talvez ainda no Séc. XVIII, na zona das Missões, por iniciativa dos padres jesuítas, que ali tinham instalada uma tipografia, ou, então, já no Séc. XIX, mas antes do Diário de Porto Alegre, por obra do Visconde de São Leopoldo, que teria fundado a primeira tipografia rio-grandense. A discussão, a nosso juízo, seria inócua, porque não dispomos de nenhum elemento que pudesse lançar novas luzes sobre a matéria. Tampouco, sabemos de alguém que o tenha (p. 17).

Enquanto Francisco Rüdiger (1985), entre outros pesquisadores, garante que coube ao Brigadeiro e Presidente da Província, Salvador José Maciel, o patrocínio e a iniciativa de fundar a imprensa em Porto Alegre, inclusive, com oficinas de impressão instaladas no Palácio Governamental, Nestor Ericksen (1977), que pode manusear a coleção completa do jornal, hoje, segundo Vianna (1977), reduzida a cinco exemplares, desde a doação, feita pelo historiador Alfredo Varela, ao Museu Júlio de Castilhos, fecha questão sobre o assunto: enquanto Presidente, ele apenas não se opôs ao seu aparecimento, por espírito de benevolência ou interesse político. “Não era o Diário de Porto Alegre órgão oficial do governo ou de qualquer corrente dominante de opinião no momento em que surgiu e assim permaneceu durante sua efêmera existência” (ERICKSEN, 1977, p. 20).

Essa asserção, contudo, encontra limites, quando confrontada com outra observação de Vianna (1977, p. 18), que revela ter havido, sobre o cabeçalho do periódico, a coroa imperial estampada, “a marcar de forma clara seu caráter de jornal oficial”. Órgão oficioso, ele defendia a política do Presidente da Província (FORTES, 1977).

A sede do jornal pioneiro, também motivo de discussão, de acordo com Ericksen (1977), não estaria fixada em sala do Palácio do Governo, de saída pelo portão, mas, na Rua da Igreja, hoje Duque de Caxias, no prédio de nº 113. De toda maneira, o mais antigo dos cronistas gaúchos, Antônio Álvares Pereira Coruja, na obra **Antigualhas**, assegura que o periódico ficava instalado na sede governamental.

Apesar do difícil consenso quanto aos primórdios da imprensa no estado, esse período pré-Revolução Farroupilha, cujo conflito desenvolveu-se entre 1835 e 1845, demonstra, em última análise, que o surgimento de jornais acontece como meio de resposta da insatisfação das classes dominantes locais aos resultados da Independência, no Primeiro Império. “Ao nível ideológico, era ampla a circulação do discurso liberal que, fermentado por componentes republicanos e federalistas, acentuava o antagonismo local ao unitarismo da Corte do Rio de Janeiro” (RÜDIGER, 1985, p. 117).

No Brasil todo, o que se viam eram governos locais, nomeados pelo Centro, atuando em prol dos interesses da aristocracia cafeeira, radicada no Vale do Paraíba e adjacentes do Sudeste (PESAVENTO, 2002). Se, de início, houve o desenvolvimento da pecuária orientada para o charque, na sequência, “os efeitos do centralismo” (PESAVENTO, 2002, p. 36) foram sentidos.

Em oito anos, desde o surgimento da imprensa, houve o lançamento de 32 jornais no Rio Grande do Sul (RÜDIGER, 2003a). Somente em Porto Alegre, entre 1827 e 1838, 35 periódicos tiveram publicação (ERICKSEN, 1977).

A imprensa desse período, antes do jornalista, dá ênfase à figura do tipógrafo, a quem cabia compor o jornal e, até mesmo, desempenhar a função de redator, veiculando matérias sob o formato de artigos que, na maioria das vezes, respondiam a críticas antagônicas às posições defendidas pela publicação. Como bem demarca Vianna (1977), os primeiros 25 anos da imprensa sul-rio-grandense caracterizam-se por um jornalismo dominado pelas paixões políticas.

A experiência da imprensa local, explica Rüdiger (1985), ocorreu a partir do contato com a mão de obra estrangeira, sobretudo, pelos franceses, já citados, Claude Dubreuil e Estivalet. “As oficinas tipográficas não consistiam em negócio rentável, mas, sim, resultado da associação de um artesão qualificado com grupos políticos” (RÜDIGER, 1985, p. 119).

As dificuldades de sustento pecuniário não eram poucas, tendo em vista que o papel e os demais insumos das publicações advinham de importação. Outro agravante ficava por conta das baixas tiragens, na faixa entre 200 e 500 exemplares. A venda avulsa só seria praticada em 1874, com O Mercantil (1874-1896).

Antes disso, os assinantes surgiam como principal fonte de sustento, cuja permanência no posto de “subscritores” (VIANNA, 1977, p. 39) não estava garantida. A publicidade praticada ainda se mostrava precária e restrita a breves anúncios sobre compra e

venda de escravos, oferecimento de serviços, divulgação de alguns estabelecimentos comerciais, etc., mas, sem trazer maiores receitas.

O período pós-Farroupilha é fortemente marcado pelos pasquins, num momento em que “a falta de ligação orgânica das forças políticas com os jornais” (RÜDIGER, 2003a, p. 29) motivou os redatores à prática de um personalismo crítico, cuja linguagem agressiva voltava-se para os representantes das diversas esferas sociais.

Outro fator, paralelo ao processo político, gira em torno da multiplicidade de jornais aparecendo a partir de 1852, que “é proporcional à variedade de interesses que vão surgindo”, tais como: “humorísticas, ilustradas, joco-sérias, caricatas, noticiosas, etc.” (SILVA; CLEMENTE; e BARBOSA, 1986, p. 123).

O motivo deve-se à evolução da própria Monarquia, que demonstra a diversificação da curiosidade popular, enquanto as lutas políticas ficam em segundo plano (BARBOSA LIMA SOBRINHO, 1997).

Para Rüdiger (2003a), até agora, o jornalismo gaúcho conheceu dois *regimes jornalísticos*. Coube ao primeiro, que perdurará até meados da década de 1930, atender ao caráter do *jornalismo político-partidário* que então vigorava nas ditas folhas publicísticas (propaganda ideológica). Os periódicos da primeira linha ponteiam a partir de 1869, com o surgimento de A Reforma, órgão do Partido Liberal, e de O Conservador, do Partido Conservador, dez anos depois.

Nesse momento, os antigos tipógrafos conquistam cargos políticos, “de modo que, logo, a propriedade de um jornal se tornou meio de ascensão política” (2003a, p. 35). Em virtude de sobrevivência financeira, proprietários e editores de periódicos alinhavam-se a algum dos partidos políticos existentes:

O final da década de 1860 (...) está marcado pelo surgimento de jornais que introduzem o conceito de *empresa jornalística*, mesmo que alguns deles ainda vinculados a partidos políticos: seus diretores e editores sabem que precisam atender às demandas de seu público, adotando algumas práticas da maioria dos jornais do centro do país, como a publicação de *folhetins*, por exemplo (HOHLFELDT; RAUSCH, 2006, p. 5).

Desse modo, prevalecerá um ambiente marcado pelas paixões políticas. Baluarte da corrente político-partidária (HOHLFELDT; RAUSCH, 2006), A Federação<sup>6</sup>, surgida a 1º de

---

<sup>6</sup> Este período de consolidação da imprensa republicana ainda é pouco explorado pelos jornalistas, historiadores e demais pesquisadores que se dedicam a estudos sobre a história da imprensa do Rio Grande do Sul. Ciente do



janeiro de 1884 e idealizada pelo republicano Júlio Prates de Castilhos, consistirá no modelo publicístico ideal vigente no estado, até o início do Estado Novo (1937-1945), do ex-presidente Getúlio Vargas.

O *jornalismo informativo*, segundo regime de que fala Rüdiger (2003a, p. 14), “começou a se gestar lentamente no início do século [XX], quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidou com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação”. Antes mesmo, na segunda metade do século XIX, a imprensa sul-riograndense já experimentara alternativas às práticas partidárias, então vigentes, caso do jornalismo literário, exemplificado pela Revista do Partenon Literário (1869-1879), da sociedade de mesmo nome, que agregava boa parte da intelectualidade da época.

O Guahyba, que data de agosto de 1856, está marcado como a primeira publicação literária do estado, inovando pela posição de neutralidade política (DILLENBURG, 1987), embora não deixasse de conter viés conservador. Teve dois anos e cinco meses de circulação semanal. Além de representantes da literatura local, casos, por exemplo, de Félix da Cunha e da poetisa Rita Barém de Melo, trazia transcrições de romances de autores estrangeiros, com rubricas de Alexandre Dumas, Henri Page, entre outros.

Sérgio da Costa Franco (2000) atribui essa afirmação cultural a dois periódicos, também, da década de 1850: O Mercantil, dirigido por José Cândido de Gomes, e o Correio do Sul, de propriedade de Pereira Brito e editado pelo cel. Felipe de Oliveira Neri, depois, substituído por Carlos Jansen.

O Mercantil, sobretudo, passava a ter circulação diária, inclusive, às segundas-feiras, com feições e ritmo profissionais (VIANNA, 1977). Na seção *As Vespas* do Correio do Sul, ganhava popularidade o “tom ferino e humorístico” (DILLENBURG, 1987, p. 19) dos fatos marcantes da vida política e social da Porto Alegre de então.

Sob a proposta de neutralidade política (GALVANI, 1995; DILLENBURG, 1997), o Correio do Povo, cuja primeira publicação data de 1º de outubro de 1895, será, por assim dizer, o que se entende como o puxador da linha do chamado *jornalismo informativo*, no contexto evolutivo até aqui traçado, muito devido à clara proposta de linha neutra, pautada, tão-somente, pela informação jornalística, algo inovador para um período profundamente

---

problema, entre agosto de 2005 e julho de 2007, com bolsa CNPq/PIBIC/PUCRS, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, como bolsista de iniciação científica, Fábio Antônio Flores Rausch concluiu levantamento documental para o projeto *O modelo ideal de jornalismo partidário: A Federação (1884-1937)*, dirigido pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Hohlfeldt. Esses pesquisadores estão em vias de organizar o material, para posterior edição de livro.

marcado por divisões entre facções ideológicas. Recém haviam se encerrado os conflitos da Revolução Federalista (1893-95), que deixara o saldo de mais de dez mil pessoas mortas.

Dos líderes republicanos de A Federação, que governavam o estado, o Correio do Povo recebia, contudo, a pecha de jornal liberal. Seu fundador, Caldas Junior, ocupara, anos antes, os cargos de revisor, redator e editorialista em A Reforma, que funcionava sob a orientação do opositor Gaspar Silveira Martins.

Conforme Rüdiger (2003a), o sucesso imediato do Correio do Povo deveu-se a contínuos investimentos nas estruturas tecnológica e administrativa. Em 1910, montou a primeira impressora rotativa do estado, sendo, logo, em seguida, completada por quatro linotipos. Naquele ano, a tiragem alcançou dez mil exemplares, ante os mil dos primeiros anos de vida.

Em nível nacional, Cremilda de Araújo Medina (1978) também observa esse entremeio dos séculos XIX e XX como o momento em que surgem duas tendências, para transformar a atividade jornalística em comercial e industrial. Destaca que a Gazeta de Notícias e o Jornal do Comércio, periódicos que remontam às práticas que prefere classificar de *jornal-tribuna*, marcantes ao longo do Império, adquirem equipamentos e promovem a venda de espaços publicitários.

Desse modo, para ela, o processo de urbanização e industrialização das metrópoles acarreta inclinação dos *jornais empresas*, à revelia da opinião do grupo que, eventualmente, dirija o periódico, para o gosto do leitor. É o *jornal noticioso*. Acrescenta que, em seguida, a mesma folha vai assumir feições sensacionalistas, ao mesmo tempo em que surgem as crônicas esportiva, policial e social.

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, a partir de 1912, o surgimento da clichéria representará a arrancada da imprensa industrial (HOHLFELDT; RAUSCH, 2006), persistindo até 1969, quando o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, de forma pioneira, passa a utilizar a composição a frio, *off set*.

No período, as tendências jornalísticas caminham no sentido da concorrência monopólica, entre poucos jornais (RÜDIGER, 2003a, p. 81), “cujas chaves do fortalecimento foram a organização empresarial”.

Com bases de alta capitalização (RÜDIGER, 2003a), em 1925, surge o Diário de Notícias. Segundo Celito De Grandi (2005), o seu diferencial estava na apresentação gráfica e no conteúdo. Ele compara a edição do Diário com a do Correio do Povo. Em 1º de março de

1925, um domingo, ambos tinham 16 páginas, tamanho *standard*, oito colunas. Mas, havia diferenças:

Na manhã quente de uma cidade com escassos duzentos mil habitantes, o Diário surgiu com ares de modernidade e provocador. A primeira página do Correio priorizava pequenos anúncios, e o título da principal matéria era tímido em suas três colunas. Já o Diário apareceu com o editorial na capa e três manchetes em seis colunas, encimadas por uma cartola (DE GRANDI, 2005, p. 19).

A concorrência entre os dois referidos periódicos tornou-se evidente. Eles demarcavam a vanguarda jornalística de então (RÜDIGER, 2003a), com organização empresarial e novos conceitos. Logo, o Diário de Notícias passou a ser o segundo maior do estado. Em 1930, já tirava 25 mil exemplares diários, um pouco menos que o Correio (RÜDIGER, 2003a).

Em 1953, contudo, ainda que admita a inexistência de empresas especializadas em contabilizar tiragens, De Grandi (2005) acredita que o Diário superou a impressão do Correio. Diz que a contabilidade baseava-se no volume de papel importado.

Por outro lado, sucessivas dificuldades financeiras faziam o Diário atravessar altos e baixos, como a destruição de suas instalações, após o suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954. Por meados de 1979, o jornal encontra o ocaso.

Com futuro diverso, o Correio do Povo beneficiou-se do declínio daquele concorrente. Nos anos 1970, circulava concomitantemente com Folha da Manhã e Folha da Tarde, ambas da Caldas Junior. Nesse período, as tiragens do Correio cresciam à razão de mil por ano (RÜDIGER, 2003a).

Diretor do Correio do Povo desde 1935, Breno Caldas gozaria de grande prestígio no cenário político rio-grandense. Tal tráfico de influência, porém, não seria suficiente para impedir a liquidação de dívidas, por parte de credores (GALVANI, 1995). Em 1984, o periódico fechou as portas.

Posteriormente, adquirido pela família Ribeiro, o Correio do Povo retoma as atividades em 1986. No ano seguinte, muda as feições gráficas. Deixa de ser *standard* para se tornar tabloide. O jornal passa a investir no chamado conteúdo enxuto, sendo que algumas matérias chegam a ser iniciadas e concluídas na própria capa. Atualmente, o Correio pertence ao grupo Record.

Enquanto isso, o primeiro número de Última Hora<sup>7</sup> data de 15 de fevereiro de 1960. Resultado de projeto nacional, nasceu no Rio de Janeiro, muito antes, em 12 de junho de 1951, com o claro objetivo de apoiar as ações do segundo mandato de Getúlio Vargas, na Presidência da República. A coordenação do projeto editorial coube a Samuel Wainer, que encontrou, no presidente, um financiador. Além de Porto Alegre, o jornal era impresso e circulava no Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Niterói e Santos.

Se, para Rüdiger (2003a), o periódico lança a imprensa popular no estado e, em conjunto, renova os padrões gráficos e noticiosos, Antonio Hohlfeldt (2002, p. 21) adverte, sobretudo, quanto à renovação referida:

Uma primeira questão que se deve deixar claro é que, se a Última Hora carioca efetivamente inovou o jornalismo brasileiro, no Rio Grande do Sul, o jornal que primeiro atualizou o estado com tais conquistas foi A Hora [30 de novembro de 1954 a 15 de março de 1962] e não Última Hora (...).

A afirmativa ganha força por meio de relato do ex-editor de A Hora, o jornalista Lauro Schirmer, que salienta o intercâmbio entre o jornal onde atuou e a folha carioca (SCHIRMER, 2000). Em tamanho *standard*, o matutino caracterizava-se pelo uso de cores, fotos e diagramação. A preocupação com o último quesito era evidente, pela contribuição do *designer* de jornal, o paraguaio André Guevara. Cabe ainda ressaltar as presenças de Josué Guimarães (desenhista) e Xico Stockinger (artista plástico).

A implantação de Última Hora, portanto, é precedida por evidente transferência de profissionais vindos de A Hora, aproximando-se da casa de duas dezenas (HOHLFELDT, 2002). A folha surgia, também, com matiz populista. No plano estadual, apoiaria o então governador Leonel de Moura Brizola. Em média, continha 24 páginas por edição. Primeiro, vespertina, para rivalizar com a Folha da Tarde. Mais adiante, passa a ser matutina. Além do preto, sua cor básica, valia-se de logotipo azul. À frente do projeto gráfico, estavam os diagramadores Guevara e Aníbal Bendati.

À novidade de ser o primeiro tabloide<sup>8</sup> do estado (BARROS, 1999), com textos sintéticos e manchetes de tamanhos que poderiam exceder a medida trivial, conforme o apelo do assunto em pauta, o periódico seguiu o modelo carioca quanto ao *copidesque*

<sup>7</sup> Ressalte-se que, na década de 1910, houve, em Porto Alegre, o jornal diário chamado de Ultima-Hora (MIRANDA; LEITE, 2008).

<sup>8</sup> Fala-se em tabloide, não só pelo tamanho do referido jornal, mas, também, por conta dos assuntos com temática predominantemente das áreas de esporte, polícia e política. As longas coberturas envolvendo crimes lembram as práticas de outros jornais congêneres ingleses, como se verá mais adiante.

(HOHLFELDT, 2002), função introduzida pelo Diário Carioca, na imprensa brasileira, para viabilizar a *pirâmide invertida*, processo este que será mais bem explicado, doravante.

Nas palavras de Benício Medeiros (2009), a experiência de Última Hora é *sui generis*, por ter rompido com padrões e tradições, então arraigadas no jornalismo brasileiro. “Esse estilo escrachado (...) antecipou e inspirou (...) o fenômeno editorial de 1969 que foi O Pasquim. Muitos jovens passaram a preferir o tom descontraído da UH à sisudez engravatada dos concorrentes” (MEDEIROS, 2009, p. 18). Além de alcançar tiragem diária de dez edições, passou a rivalizar com os Diários Associados, de Assis Chateaubriand.

A folha só deixará de circular a 5 de abril de 1964, decadência esta muito influenciada pela reviravolta, nos contextos político e econômico nacionais, já que o país preparava-se para ingressar no Regime Militar. Tal panorama teve reflexo imediato nas conjunturas estaduais. Ou seja, os propósitos da publicação não mais faziam sentido. Uma nova ideologia ganhava relevo na imprensa regional, a do grupo Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), através de Zero Hora, que nasceu da compra da Última Hora, de Porto Alegre, por Ary de Carvalho, em maio de 1964.

Portanto, dos anos 1970 em diante, os veículos de comunicação diversificam-se. A era tecnológica abre novos rumos para o jornal, a revista, o rádio, a televisão e, sobretudo, a internet. A imprensa ultrapassa a sua função informativa e opinativa e volta-se à prestação de serviços e ao entretenimento (HOHLFELDT; RAUSCH, 2006). As últimas características serão assumidas pelo Diário Gaúcho.

O Diário Gaúcho chegou às bancas a 17 de abril de 2000, em formato tabloide, com 32 páginas e circulação de segunda-feira a sábado, e predominância das cores preto e verde. Iniciou custando R\$ 0,25. Constatação recente verificou o valor de R\$ 0,75.

Como o Diário serve a um público que ouve rádios populares, as quais pautam a conversa do dia a dia, a linguagem jornalística também acompanha os leitores. Os textos são curtos, diretos, simples. Disto resultou a transformação de comunicadores populares do rádio em colunistas. É a aglutinação do rádio com o jornal. Dois deles pertencem à Rádio Farroupilha: Sérgio Zambiasi e Gugu Strick, além de Pedro Ernesto [Denardim] e Antônio Carlos Macedo, da Rádio Gaúcha, entre outros (BIZ, 2003, ps. 37-38).

A propósito disso, Pedrinho Guareschi (2003) questiona se o Diário deveria ser lido ou visto. Ele estima que um quarto do jornal seja composto por grandes manchetes, em letras garrafais, do tamanho de imagens. “Mas se somarmos as fotos e as manchetes, várias páginas

do jornal (capa, contracapa, páginas centrais e outras), ao redor de 70 por cento do espaço é ocupado por tais imagens” (p. 26).

Conforme o editor do jornal, Ciro Martins Filho (apud GUARESCHI, 2003), o periódico popular, dirigido, em primeira instância, às classes C, D e E, aumenta a autoestima dos leitores desse segmento. “Até então, estavam fora da possibilidade de poder ler um jornal” (p. 27). A folha também imprime selos nas capas de algumas edições. Ao juntar determinada quantidade, o leitor pode trocar por acessórios como eletrodomésticos.

Favorável ao projeto do Diário, Márcia Franz Amaral (2006) intitula o jornal como o *penny press gaúcho*. Diz que o periódico “leva às últimas consequências determinadas estratégias encontradas na imprensa popular, sem que, necessariamente, reproduza as fórmulas sanguinolentas dos jornais consagrados como sensacionalistas nas décadas passadas” (p. 79).

Uma rápida folheada no Diário permite verificar a predominância das temáticas de esporte, polícia e variedades, com fotos de mulheres em caráter atraente. Amaral<sup>9</sup> (2006) discrimina-as quantitativamente: Divertimento (82%); Local (80%); Policial (78%); Classificados (66%); Esporte (63%); Nacional (54%); Economia (42%); Editorial (37%). Em 2004, alcançou circulação média de 138 mil exemplares.

O caso do Diário Gaúcho é mais uma das tantas amostras da complexidade que o processo comunicativo tem alcançado, o que inclui a interferência dos agentes empresariais e das assessorias de imprensa.

Sobretudo, as coberturas internacionais, que começam a ser pautadas, na maioria das vezes, pelos relatos pasteurizados das agências de notícias. Uma só fonte alimenta, por exemplo, diversos portais da internet (FERRARI, 2008).

Pela linguagem hipertextual das redes virtuais, o leitor experimenta a fuga da linearidade para navegar pelos espaços difusos, em que *links* de assuntos, os mais diversos, acompanhados de outros textos, vídeos e fotos, em profusão, quebram a lógica tradicional do acesso à informação. Resta ver, por exemplo, o fenômeno do *YouTube*<sup>10</sup>, página *online* onde são hospedados arquivos pessoais, filmes, novelas, *talk-shows*. Antes mesmo de uma transmissão ao vivo se encerrar, pode ser que a sua cópia já esteja disponível, naquele endereço virtual.

---

<sup>9</sup> A autora reproduz dados de pesquisa do instituto Marplan, realizada em 2003.

<sup>10</sup> Ver: <http://www.youtube.com>.

Essas transformações resultam no que Ciro Marcondes Filho (2002, p. 30) classifica como o *jornalismo da era tecnológica*, capaz de ameaçar, inclusive, a própria necessidade do jornalista, como peça fundamental, à frente da produção noticiosa. Ele explica:

Aqui se acoplam dois processos. Primeiramente, a expansão da indústria da consciência no plano das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação. É a inflação de comunicados e de materiais de imprensa, que passam a ser fornecidos aos jornais por agentes empresariais públicos (assessorias de imprensa) e que se misturam e se confundem com a informação jornalística (vinda da reportagem principalmente), depreciando-a 'pela overdose'. Depois, a substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações. São várias fontes igualmente tecnológicas, que recolhem material de todos os lados e produzem notícias (p. 30).

Nessa linha, a RBS desenvolveu novos métodos de gestão empresarial (RÜDIGER, 2003a), dentre os quais, negócios pautados na renovação tecnológica e na qualificação mercadológica de seus produtos.

Além do citado Diário Gaúcho, que ganha mais uma versão, sendo esta dedicada a tratar de curiosidades de artistas e novelas (Diário Gaúcho TV + Novelas), o grupo passa a apostar na integração entre os seus veículos, com o ClicRBS<sup>11</sup>, página *online* que apresenta *blogs* de colunistas das versões impressas. A Zero Hora também diversifica as temáticas dos cadernos encartados nas edições diárias.

Esse breve panorama da imprensa sul-rio-grandense, que abrange pouco mais de 180 anos, como foi descrito até aqui, revela as condições precárias em que se desenvolveu o jornalismo gaúcho. Dificuldades estas que ainda ecoam no atual fazer jornalístico, embora todo o suporte técnico e tecnológico já absorvido, por meio de importação, no período em questão.

Quanto a isso, Rüdiger (2003a) está correto quando afirma que não houve, nem há um jornalismo gaúcho, da mesma forma que não existe um jornalismo brasileiro. Para o autor, o publicismo de A Federação pode ter sido o fenômeno que mais se aproximou de uma prática com especificidade regional.

Nossa hipótese é de que nosso jornalismo não tem qualquer especificidade regional, seu desenvolvimento e características, salvo as condições particulares de seu contexto social-histórico, confundem-se com aquelas do jornalismo em geral, na medida em que o jornalismo é um fenômeno ocidental moderno. Isto é, constitui um

---

<sup>11</sup> Ver: <http://www.clicrbs.com.br>.

fenômeno universal em sua estrutura, significado e valor, como ponderou Max Weber (RÜDIGER, 2003, ps. 121-122).

De um modo genérico, a qualidade editorial dos periódicos tem ficado em segundo plano, ante a necessidade e a preponderância dos espaços publicitários, problema este que atinge, inclusive, jornais de bairro, os quais acabam por perder o estrito viés comunitário, pelo qual deveriam se orientar.

A miséria de nosso jornalismo não se encontra no seu conceito ou no seu papel, mas nas circunstâncias econômicas e culturais que transformaram a concorrência monopolista em monopólio do mercado, reduziram a cultura do nosso jornalismo à cultura de massa, trocaram a qualificação do produto pela produção preocupada exclusivamente com custos, televisionaram a cultura para uma sociedade cujas faculdades culturais não saíram do embrião e, sustentando a publicação de anúncios a qualquer preço, fazem com que se ignore a responsabilidade social da publicidade (RÜDIGER, 2003a, p. 124).

Propõe-se, assim, que os interesses pelo lucro comercial não sejam o único foco preponderante, na produção jornalística. Trata-se de se aproximar do que, em fins dos anos 1980, nos Estados Unidos, convencionou-se chamar de jornalismo cívico, na acepção defendida por Nelson Traquina (2001), para caracterizar uma linha que se comprometa com a cidadania.

Nesse sentido, em 1988, no estado da Geórgia, o jornal Columbus Ledger Enquirer foi provocativo. Como ativista (TRAQUINA, 2001), o periódico encomendou sondagem para identificar problemas de maior preocupação para a comunidade. Os dados recolhidos originaram o relatório “Columbus para além de 2000”, depois, publicado, em partes, pelo próprio periódico.

As pesquisas geraram um movimento voltado a enfrentar questões como o cuidado com as crianças, os adolescentes e o racismo. Na sua redação, o jornal também criou espaços para tratar de problemáticas regionais (TRAQUINA, 2001).



### 3 A NATUREZA DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

José Marques de Melo (2003, p. 41) reconhece que “o maior desafio do jornalismo como campo do conhecimento é, sem dúvida, a configuração da sua identidade enquanto objeto científico”. Por isso mesmo, faz-se necessário conceituar os gêneros presentes nas mais diversas produções jornalísticas.

Para tanto, precisa ficar claro que, historicamente, o jornalismo vem se dividindo entre duas categorias básicas: *jornalismo informativo* e *jornalismo opinativo*. Tal categorização “emerge da necessidade sociopolítica de distinguir os fatos (*news/stories*) das suas versões (*comments*), ou seja, delimitar os textos que continham opiniões explícitas” (MELO, 2003, p. 42). Essa divisão baseia-se na observação pioneira do inglês Samuel Buckley, editor do Daily Courant. No início do século XVIII, Buckley distinguiu *news* de *comments*.

Cremilda de Araújo Medina (1978) fala em *jornalismo informativo*, *jornalismo interpretativo*, *jornalismo opinativo*, ou, então, no quadro: *informação*, *informação ampliada* e *opinião expressa*. Ainda assim, considera que, no Brasil, tem predominância o *informativo* ou de *informação/distração*, tratada ao nível do acontecimento imediato.

Ao afirmar que a informação consiste em relato de fato, ideia ou situação, Luiz Beltrão (2006) conceitua que “notícia é a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer, em qualquer campo da atividade e que, no julgamento do jornalista, interessam ou têm importância para o público a que se dirigem” (p. 82), por meio de cinco atributos, nesta ordem: *imediatismo*<sup>12</sup>, *veracidade*<sup>13</sup>, *universalismo*<sup>14</sup>, *interesse*<sup>15</sup> e *importância*<sup>16</sup>. Desse modo, caracteriza-se a estrutura genérica do jornalismo:

Gênero jornalístico [apresenta-se] como um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas, relativamente estáveis, identificáveis no todo do processo social de transmissão de informações por meio de uma

<sup>12</sup> Distingue a notícia da informação histórica. O jornal preocupa-se com os últimos fatos, que não sejam do conhecimento de todos ou que atuem na consciência coletiva.

<sup>13</sup> Indissolúvel da notícia, a sua falta e a da exatidão são próprias do boato. O jornalismo não se fundamenta em hipótese.

<sup>14</sup> Fatos, ideias e situações se registram em qualquer campo de atividade.

<sup>15</sup> O interesse é julgado pelo jornalista, com base em princípios e normas da profissão.

<sup>16</sup> É aquilo que o jornalista julga ser importante, conforme o seu significado humano e repercussão social.

mídia/suporte. A definição baseia-se na noção de que o gênero jornalístico possui uma parte estável (os parâmetros) que indica ao agente (da produção e da recepção, portanto em interação social) os propósitos comunicativos e os formatos textuais por ele suscitados. O que não quer dizer que o texto carregue apenas um propósito em sua composição (COSTA, 2010, p. 47).

A rotina jornalística, por excelência, pressupõe o desafio de administrar o fator tempo, já que o inesperado pode ocorrer a qualquer momento, sobretudo, porque divulgar a informação mais atual, em primeira mão, é o princípio básico dessa prática. A cultura profissional acaba, por assim dizer, privilegiando um saber instintivo e não reflexivo (TRAQUINA, 2005a), capaz de proporcionar ao jornalista a capacidade de distinguir entre o que merece, ou não, receber tratamento jornalístico.

Crítico com relação à produção midiática, em uma série de cursos<sup>17</sup> que ministrou no Collège de France, diante de plateias formadas por jornalistas, Pierre Bourdieu (1997) expôs as contradições que constatara dentro desse campo profissional. Entre as críticas, destaca: “os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais vêem (sic) certas coisas e não outras; e vêem (sic) de certa maneira as coisas que vêem (sic). Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (p. 25).

Em que pese as críticas, o jornalismo tem a sua própria lógica e funciona a partir dela. Grande parte dela está centrada em um “vocabulário de precedentes” (ERICSON, BARANEK e CHAN apud TRAQUINA, 2005a, p. 41), por meio do qual os jornalistas colocam em prática a própria experiência diária, adquirida mediante contato com colegas, fontes, superiores hierárquicos e outros textos jornalísticos.

A construção da notícia, portanto, segundo síntese conceitual formulada por Nelson Traquina (2005; 2005a), através de revisões bibliográficas, será feita mediante aplicação dos saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração do jornalista. Respectivamente, trata-se de reconhecer quais acontecimentos possuem valor de notícia, segundo critérios como notoriedade, proximidade geográfica, etc.; saber que dados escolher para elaborar o texto noticioso; e, com base nos recursos do *lead* e da *pirâmide invertida*, saber como elaborar a narrativa da notícia.

Em geral, o acontecimento se aproxima do tipo de acontecimento de fatos. O acontecimento pertence sempre a uma categoria histórica bem determinada: o acontecimento político, social, literário, científico, etc. Ou seja, o acontecimento está

---

<sup>17</sup> As palestras foram gravadas e transmitidas em dois programas, em maio de 1996, pela Paris Première. Depois de transcritas, as aulas ficaram organizadas no livro **Sobre a televisão**. No presente estudo, utiliza-se a obra editada pela Jorge Zahar, no Brasil, que data de 1997.

definido pela importância que a mensagem traz. No entanto, o fato ocupa um lugar oposto dentro das categorias de importância. O fato nos remete a convenções sociais que foram violentadas. Produz-se, então, a ruptura da lógica do que é cotidiano. Um conhecido aforismo jornalístico diz que o acontecimento é quando um homem morde um cachorro e não o contrário (ALSINA, 2009, ps. 126-127).

Luís Amaral (1986) enxerga, no interesse humano, um dos maiores atrativos da notícia, fator também apontado por Mário L. Erbolato (2008), na humanização da informação, para aproximar o leitor da notícia e permitir a ele maior familiarização com a narrativa.

Entre as escalas de interesse que enumera, Amaral (1986, ps. 43, 44) cita algumas de interesse para este estudo: *pessoas conhecidas*<sup>18</sup>; o *sexo*<sup>19</sup>; a *morte*<sup>20</sup>; o *destino*<sup>21</sup>.

A propósito disso, cabe ressaltar a lógica do texto jornalístico, em que o *lead*<sup>22</sup> (conduzir, comandar, manejar, antecipar-se) traz para o primeiro parágrafo da matéria os elementos mais importantes do texto, organizando-o dentro do conceito corrente desse meio, a *pirâmide invertida*, disposta sequencialmente, em ordem invertida (ERBOLATO, 2008): a) entrada ou fatos culminantes; b) fatos importantes ligados à entrada; c) pormenores interessantes; d) detalhes dispensáveis.

O recurso baseia-se na regra norte-americana dos cinco *W* e um *H*. No parágrafo inicial, a notícia responde: *who* (quem); *what* (quê); *when* (quando); *where* (onde); *why* (por quê); e *how* (como).

Luiz Costa Pereira Júnior (2006) conta que, na metade do século XIX, devido a dificuldades técnicas, no envio de reportagens, via telégrafo, as agências de notícias, caso da americana Associated Press, fizeram uma solicitação a seus repórteres correspondentes: concentrar os elementos mais importantes no primeiro parágrafo.

Mesmo sem ignorar o chamado *efeito Associated Press*, Michael Schudson (2010) diverge de quem o considere como o paradigma do jornalismo objetivo. No contexto norte-americano, em fins do século XIX, ele aponta que o crescimento da referida agência coincide com a predominância do sensacionalismo. Conta que, em 1896, é o New York Times que passa a enfatizar um modelo mais voltado à informação.

---

<sup>18</sup> Personalidades locais, regionais ou mundiais, artistas de cinema, de rádio e de televisão, políticos em evidência, cabeças coroadas, heróis de toda a natureza.

<sup>19</sup> Casamentos, nascimentos, divórcios. Todas as preliminares sentimentais. Crimes passionais. Histórias picantes.

<sup>20</sup> Falecimento de personalidades. Todas as mortes violentas (crimes, suicídios, acidentes). Doenças e operações cirúrgicas.

<sup>21</sup> Catástrofes (inundações, incêndios, tempestades). Prodígios e fatos surpreendentes. Monstros.

<sup>22</sup> O tradicional *lead* corresponde à técnica utilizada pelos jornalistas na abertura de suas matérias. A rigor, ele deve responder aos seguintes questionamentos: o quê; quem; quando; onde; como; e por quê.

A primeira notícia que se valeu da técnica da *pirâmide invertida* teria sido publicada no jornal The New York Times, em abril de 1861. Em seguida, o modelo passaria a inspirar periódicos latino-americanos, que adquiriam notícias, nesses moldes, de agências norte-americanas (GENRO FILHO, 1989).

No Brasil, nos anos 1950, o Diário Carioca apreenderá dos norte-americanos o *lead* e a *pirâmide invertida* e introduzirá essas técnicas na imprensa brasileira (LAGE, 2006). Pompeu de Souza mudaria o estilo e as normas de redação, então em vigor (MEDEIROS, 2009).

O mesmo Diário Carioca, por meio de Luís Paulistano, também introduziu o *sub-lead*. Sua função passa por completar o *lead*, trazendo algum detalhe interessante ao leitor (AMARAL, 1986).

As técnicas servem à *objetividade jornalística*<sup>23</sup>, que “reconheceu, implicitamente, o jornalista como perito” (TRAQUINA, 2005, p. 60) de tal julgamento. Neste caso, ser objetivo pressupõe ser imparcial e, portanto, escrever em terceira pessoa.

Outra característica da notícia é a *objetividade*. Deve ser publicada de forma sintética, sem rodeios e de maneira a dar a noção correta do assunto focalizado. Quem colhe dados, observando o local ou entrevistando pessoas capacitadas a proporcionar informações para a matéria, deve agir com isenção de ânimo. Honestidade e imparcialidade são atributos exigidos do repórter. Porém, o poder de síntese não impedirá a clareza (ERBOLATO, 2008, p. 56).

Essa abordagem clássica do campo jornalístico, contudo, encontra resistências. Quanto a isso, Manuel Carlos Chaparro (2007, p. 13) é taxativo:

Não há, pois, como definir uma fronteira entre opinião e informação. Pela simples razão de que não existe essa fronteira. Existe, sim, uma relação interativa, dialética, estratégica, criativa, permanente, entre informação e opinião. E nessa relação se constrói o jornalismo, tanto nos esquemas da narração (para relatar os fatos) quanto nos esquemas da argumentação (para comentar os fatos).

Com razão, Adelmo Genro Filho (1989) questiona a superficialidade das costumeiras críticas à *ideologia da objetividade*, já que, na maioria das vezes, se atêm, apenas, à inevitabilidade da opinião, ante o ideal da informação objetiva. Destaca que a maioria dos autores atribui a impossibilidade plena da objetividade à impotência humana diante da própria

<sup>23</sup> Por meio de pressupostos em torno da imparcialidade, neutralidade e de ser oposto à subjetividade, convencionou-se, no jornalismo, que os textos jornalísticos de caráter informativo precisam seguir linha objetiva, em contraposição a manifestações opinativas, sendo estas transferidas para seções específicas, casos de editoriais, artigos de fundo, etc.

subjetividade. Sugere, porém, que essa impossibilidade significaria um sinal da potência subjetiva do homem, diante da objetividade.

De maneira ousada e inovadora, Genro Filho<sup>24</sup> (1989) procura fundamentar uma teoria ideal do jornalismo que dê conta de averiguar o que estaria por trás dos princípios técnicos da tradicional redação jornalística. No engendramento da notícia, salienta que ela se baseia no que chama de *fluxo objetivo* da realidade. A partir desse processo, os fatos, que, segundo ele, não existem previamente como tais, são recortados e construídos dentro de pressupostos simultaneamente objetivos e subjetivos. E dispara (1989, p. 191):

A tese da 'pirâmide invertida' quer ilustrar que a notícia caminha do 'mais importante' para o 'menos importante'. Há algo de verdadeiro nisso. Do ponto de vista meramente descritivo, o *lead*, enquanto apreensão sintética da singularidade ou núcleo singular da informação, encarna realmente o momento jornalístico mais importante. Não obstante, sob o ângulo epistemológico — que é o fundamental — a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, recolocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular, do cume para a base. O segredo da pirâmide é que ela está invertida (...).

O raciocínio de Genro Filho (1989), sobre os fatos jornalísticos como recorte de um fluxo contínuo, reafirmam que eles resultam de escolhas que, tecnicamente, estão delimitadas pela matéria objetiva. A seu ver, a matéria atravessa relação dialética entre singular, particular, universal. O ponto de equilíbrio, proposto pelo teórico gaúcho, ganha forma por meio de triângulo equilátero que possibilita consonância entre a singularidade do fato e a particularidade que o contextualiza, no sentido de possibilitar um significado universal.

Para além de buscas por representações de conteúdos ideológicos da notícia e de manipulações de teor mercantil, no cenário midiático, e, a propósito, nesse sentido, critica a Escola de Frankfurt e o *neo-frankfurtiano* brasileiro Ciro Marcondes Filho, o autor explicita as formas pelas quais acredita ser possível chegar a uma notícia equilibrada (entre o singular e o particular). Genro Filho (1989, p. 192) não titubeia ao propor o que classifica como um certo *nível de eficácia jornalística*, e de modo independente do seu conteúdo ideológico:

Aqui entra em jogo não apenas o problema de uma linguagem adequada, mas, principalmente, o enfoque epistemológico que vai presidir essa linguagem e permitir sua eficácia. Há um grau mínimo de conhecimento objetivo que deve ser

---

<sup>24</sup> Embora trate de questões bastante caras para o jornalismo e, sobretudo, para o seu entendimento enquanto campo de estudo e prática científicos, esse trabalho acadêmico, de Adelmo Genro Filho, foi desenvolvido sob orientação metodológica da área das Ciências Sociais. A sua primeira apresentação ocorreu na condição de dissertação de mestrado, na Universidade Federal de Santa Catarina.

proporcionado pela significação do singular (pelo *singular-significante*<sup>25</sup>), que exige um mínimo de contextualização do particular, para que a notícia se realize efetivamente como forma de conhecimento. A partir dessa relação minimamente harmônica entre o singular e o particular, a notícia *poderá* — dependendo de sua abordagem ideológica — tornar-se uma apresentação crítica da realidade.

Na sequência, o autor pondera que o chamado poder de síntese dos jornalistas, na formulação de matérias, fator este muito facilitado pelo emprego do *lead*, não pode, por assim dizer, destruir a forma de manifestação de determinado evento. Alerta que no corpo do fenômeno é que “a notícia insinua o conteúdo, sugere uma universalidade através da significação que estabelece para o singular no contexto do particular” (GENRO FILHO, 1989, p. 197). Inteligentemente, demonstra o caminho inverso da construção noticiosa que propõe, para especificar como se daria a captação do conteúdo [ou sentido] da matéria.

A tese de Genro Filho (1989) também avança no sentido de supor eventuais desequilíbrios ao suposto triângulo equilátero. Trata-se da *singularização* extrema dos fatos, o que, segundo ele, descamba para o jornalismo sensacionalista. Conforme o autor, esse teor extremado provoca distorção do concreto, a partir do papel destacado conferido à sensação, na reprodução da realidade.

A singularidade transforma-se no conteúdo que, dessa forma, afirma a reprodução, o mundo como algo dado. Ao propor a singularidade radical, ou seja, o aspecto sensível do fenômeno como conteúdo, a universalidade que se reforça é a mesma subjacente ao senso comum, que vê o mundo preponderantemente como positividade. A singularização extrema, em si mesma, possui um conteúdo conservador. Além disso, os jornais sensacionalistas geralmente produzem um discurso de reforço dos valores, como meio para excitar não apenas as sensações como também os preconceitos morais do público (GENRO FILHO, 1989, ps. 197, 198.).

Do seu lado, contudo, Marcondes Filho (1986) sustenta ser a notícia informação transformada em mercadoria, por meio de apelos estéticos emocionais e sensacionais.

De acordo com Erbolato (2008), a reportagem é uma notícia aprofundada resultante de pesquisa em arquivos de jornais e de bibliotecas e da coleta de dados secundários ao fato principal. A prática da reportagem originou a denominação jornalismo interpretativo, pelo qual o repórter apresenta vários ângulos para uma só notícia, com “esforço analítico e documental” (MELO, 2003, p. 47).

Erbolato (2008, p. 31) não se furta de alertar: “Não se poderia, a rigor, falar em interpretação, sem que se oferecesse ao leitor algo de opinião. E opinar é privilégio, por

<sup>25</sup> Nessa citação, o emprego de fonte itálica, em duas oportunidades, advém da escrita original do referido autor.

exemplo, dos editoriais, que representam o pensamento da direção de qualquer matutino ou vespertino”.

A propósito, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 9) descrevem a reportagem como “uma narrativa — com personagens, ação dramática e descrições de ambiente — separada, entretanto, da literatura por seu compromisso com a objetividade informativa, (...) a narração sem comentários, sem subjetivações”. Propõem as principais características de uma reportagem: a) predominância da forma narrativa; b) humanização do relato; c) texto de natureza impressionista; d) objetividade dos fatos narrados.

Nesse perfil, os autores (1986, ps. 45, 52, 64) apontam três modelos para a reportagem:

- a) *Reportagem de fatos (fact-story)*: “Trata-se do relato objetivo de acontecimentos, que obedece na redação à forma da pirâmide invertida. Como na notícia, os fatos são narrados em sucessão, por ordem de importância”;
- b) *Reportagem de ação (action-story)*: “É o relato mais ou menos movimentado, que começa sempre pelo fato mais atraente, para ir descendo aos poucos na exposição dos detalhes. O mais importante, nessas reportagens, é o desenrolar dos acontecimentos de maneira enunciativa”;
- c) *Reportagem documental (quote-story)*: “É o relato documentado, que apresenta os elementos de maneira objetiva, acompanhados de citações que complementam e esclarecem o assunto”.

Deve-se ainda lembrar que a teoria do espelho, uma das primeiras entre as análises teóricas da notícia, sustenta que o jornalista é comunicador desinteressado que reflete a realidade tal como ela é. “Mas a teoria do espelho, intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico, é uma explicação pobre e insuficiente, (...) [ainda que, ao se afirmar isso, não se tenha] qualquer intuito de [se] pôr em causa a integridade dos seus profissionais” (TRAQUINA, 2005, p. 149).

A própria noção da objetividade sugere que a produção textual dos profissionais desse campo é mais uma “construção da realidade” (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 15; TRAQUINA, 2005, 2005a) do que o seu reflexo em si. Erbolato (2008, p. 35) esclarece algumas das dificuldades da atividade jornalística:

Nenhum jornalista duvida que interpretar objetivamente é mais difícil do que informar, já que, no processo de pesquisa, de investigação e de análise dos acontecimentos, os fatores subjetivos têm mais oportunidade de se manifestarem do que quando simplesmente são descritos os fatos. Contudo, a simples informação, às vezes, também é difícil de ser redigida, dentro de rigorosa objetividade.

Esta prática encontra correspondência nas narrativas que fundamentam os fatos. Com efeito, a essência da técnica jornalística reside “na *espetacularização (sensacionalização)* do acontecimento” (SILVA, 2003, p. 106). Por técnica, abraça-se o que M. Heidegger (1990) chama de um modo para desvelar. Ou, ainda, se aplicada ao jornalismo, conforme Juremir Machado da Silva (2003, p. 107), é cobrir para descobrir, como ele reflete a seguir:

A narrativa jornalística muda com o tempo e com as culturas. Hoje, incorpora, cada vez mais, os elementos da narrativa dramática, como se fosse uma ficção, uma novela, uma intriga, com personagens, tensão crescente, trama, desfecho, oposição marcada de papéis (bem e mal), simulação de contradições para dar profundidade psicológica aparente aos personagens.

### 3.1 *FAIT DIVERS*, UM COMPONENTE PARA AS COBERTURAS SENSACIONALISTAS

O *fait divers*, notícia que causa impacto ao leitor, como crimes envolvendo pessoas conhecidas (ERBOLATO, 2008), apresenta caráter quente e circunstancial (MAFFESOLI, 1988). Relatos assim abastecem a imprensa sensacionalista com ingredientes insólitos e extravagantes, para a manchete de capa. O formato apresenta carga suficiente de interesse humano, para causar a “tênue sensação de algo vivido no crime, no sexo e na morte” (ANGRIMANI, 1995, p. 26). É quando a dramatização prepondera sobre a informação (MORIN, 1997).

Segundo Roland Barthes (1982), ao contrário da notícia, estrito senso, que remete a outros discursos e realidades, o *fait divers* possui estrutura fechada, cujas chaves para compreendê-lo estão nele mesmo, entendido como informação total ou imanente. Sem contexto, possui sentido de base “altamente ambíguo” (ESCOBAR, s/d, p. 113).

Barthes (1982) exemplifica a sua proposta, do *fait divers* como notícia, por meio da divulgação de assassinato: “Se é político, é uma informação, se não o é, é uma notícia” (p. 57). A notícia geral, ou, melhor, os *faits divers*, no entendimento de Barthes (1982), consiste em classificar o inclassificável. Na primeira situação, o fato remeteria a conhecimento exterior a ele, o contexto político. Trata-se de informação parcial. Compara com fragmentos de romances, ou seja, do saber incompleto e variante.



Por outro lado, afirma que o *fait divers* contém em si todo o seu saber. “Ele não remete formalmente a nada além dele próprio; (...) seu conteúdo não é estranho ao mundo: desastres, assassínios, raptos, agressões, acidentes, roubos, esquisitices, tudo isso remete ao homem, a sua história, a sua alienação, a seus fantasmas, a seus sonhos, a seus medos” (BARTHES, 1982, p. 59). Acrescenta a característica de ele ser notável e conter relações surpreendentes.

O autor aponta as causas *perturbada* e *esperada* para o *fait divers* de *causalidade*. A *causa perturbada* aborda o desconhecimento causal e a possibilidade de pequeno fato produzir grande efeito, motivado, sobretudo, pela imprecisão dos motivos ou pelo ilógico das “perturbações da causalidade”, alimentadas por “poderosos estereótipos: drama passional, crime por dinheiro, etc.” (1982, p. 60). O grau de *excepcionalidade* é o conflito formalizado, “inexplicável aos recursos da racionalidade (...), cujo código de fala é a língua da *emocionalidade*” (RAMOS, 2001, p. 125).

Quanto à *causa esperada*, Barthes (1982) refere que, de certa forma, a causalidade é normal. Embora a sua ênfase não esteja na relação de espanto, que constitui a estrutura narrativa, trata-se do que ele denomina *dramatis personae* (criança, velho, mãe, etc.), “espécies de essências emocionais encarregadas de vivificar o estereótipo” (p. 60).

A causalidade estrutural do *fait divers* termina por ser menos reveladora que o acaso que suscita (ESCOBAR, s/d). Essa peculiaridade leva Barthes (1982, p. 63) a problematizar a questão causal:

Todos esses paradoxos da causalidade têm um duplo sentido; por um lado, a ideia de causalidade sai deles reforçada, já que se constata que a causa está em toda parte: com isso, o *fait divers* nos diz que o homem está sempre ligado a outra coisa, que a natureza é cheia de ecos, de relações e de movimentos; mas, por outro lado, essa mesma causalidade é constantemente minada por forças que lhe escapam; perturbada sem, entretanto, desaparecer, ela fica de certo modo suspensa entre o racional e o desconhecido, oferecida a um *espanto*<sup>26</sup> fundamental; distante de seu efeito (e é isto, no *fait divers*, a própria essência do *notável*), a causa aparece fatalmente penetrada por uma força estranha: o acaso; no *fait divers*, toda causalidade é suspeita de acaso.

O semiólogo francês traça, contudo, os limites de extensão causal. Para ele, a ignorância real da causa de um crime misterioso obriga o *fait divers* a estender-se por vários dias, a ponto de perder o seu caráter efêmero, característico da natureza imanente. No limite,

---

<sup>26</sup> Nessa citação, as palavras grifadas em itálico foram reproduzidas da redação original do autor.

“o atraso causal não exaspera nele o crime, mas o desfaz” (BARTHES, 1982, p. 62). Ao perder a relação fundamental que o caracteriza, o *fait divers* desaparece.

Ele ainda enumera o segundo tipo de relação que pode articular a estrutura do *fait divers*. Trata-se da *coincidência*, quando repetir é significar algo, já que, em situações assim, quebra-se a lógica de que o acaso deveria variar os acontecimentos. Exemplos não faltam: uma joalheria assaltada três vezes; mulher que põe em fuga quatro bandidos, caso este em que a coincidência paradoxal tem a função de unir dois percursos distintos num só (BARTHES, 1982).

Enquanto isso, Antonio Hohlfeldt (2002) alerta para o risco de se confundir *fait divers* com sensacionalismo. Destaca que, embora seja possível, a coincidência entre ambos não é obrigatória:

O *sensacionalismo* advém do tratamento dado ao tema, enquanto que a perspectiva do *fait divers* é pura e simplesmente o conteúdo em si mesmo, que quebra o ritmo cotidiano das séries de acontecimentos a que estamos acostumados a descobrir nas páginas do noticiário que acompanhamos. É correto dizer-se, contudo, que o *fait divers* está sempre presente em um jornal sensacionalista, porque constitui matéria-prima que pode vir a ser inclusive posteriormente explorada pela publicação, que a desenvolverá ou lhe dará tratamento de exceção (HOHLFELDT, 2002, p. 146).

No que conceitua como *dramas do destino humano*, Patrick Charaudeau (2006) sugere categorias para classificar o tratamento que a mídia dá aos fatos, entre as quais, encontra-se o *trágico*, que descreve o conflito entre paixão e razão, entre pulsões de vida e de morte.

Charaudeau (2006) comenta que o jornal francês Libération foi o primeiro a considerar que os *fait divers* são fatos da sociedade, capazes de revelar a realidade, da mesma forma que os da política. Em 1995, o periódico publicou série de textos nessa linha.

Baseado em Alain Monestier (1982) e Romi (1962), Danilo Angrimani (1995) conta que muitas obras-primas da literatura basearam-se em *fait divers*. Em **O sofrimento do jovem Werther**, publicado, pela primeira vez, em 1774, Johann Wolfgang Von Goethe inspirou-se nas próprias desilusões amorosas, devidas a paixões por mulheres comprometidas, e no suicídio de Karl Wilhelm Jerusalem, pessoa próxima a amigo seu, Christian Kestner, cuja noiva, Charlotte Buff, também fora cortejada pelo escritor alemão. Em 1773, Jerusalem desferiu um tiro na própria cabeça, já que a esposa de um colega não correspondera a seu amor (TOLLE, 2006).

No livro, Werther idealizava Carlota, que se casara com Alberto. Atormentado, o protagonista envia cartas de despedida aos entes mais próximos, inclusive, a ela, adiantando o suicídio. Assim, é narrado:

Um vizinho viu o clarão da pólvora e ouviu o tiro (...). No dia seguinte, pelas seis horas da manhã, o criado entrou na câmara com luz; achou seu amo caído no chão, para um lado a pistola, e todo alagado em sangue (...). A bala, havendo penetrado o coronal na parte superior ao olho direito, tinha ofendido essencialmente o cérebro. (...). Werther morreu ao meio-dia (GOETHE, 2006, ps. 162-163).

### 3.2 HISTÓRIA DAS PRÁTICAS SENSACIONALISTAS

Nos séculos XV e XVI, na Europa, a igreja, a taverna e a praça do mercado eram os palcos onde menestréis, verdadeiros contadores de histórias ou cantores de baladas, disputavam a atenção pública com relatos ou cantigas sensacionalistas (GONTIJO, 2004). Nesse período, brochuras informativas, os *occasionnels*, continham *fait divers*<sup>27</sup>.

Entre 1560 e 1631, os jornais franceses Gazette de France e Nouvelles Ordinaires já traziam *fait divers* e notícias sensacionais. Subsequentes aos *occasionnels*, surgem os *canards*, “relatos de acontecimentos singulares ou prodigiosos que se poderia crer tirados da imaginação do autor, o *canardier*” (HOHLFELDT, 2003, p. 245).

Na seção *Notícias escritas à mão, gazetas impressas Cymbal e Butter*, de **Inscrever e apagar**, Roger Chartier (2007) destaca a publicação, em 1631, da comédia intitulada *The staple of news* [O comércio de notícias], assinada por Ben Jonson. A trama desenrola-se em uma oficina [escritório], onde são reunidas, copiadas e vendidas as notícias da Corte, da cidade e do mundo.

Segundo o historiador francês, em contexto profundamente transformado pela circulação das primeiras gazetas impressas, Jonson fará da oposição e do parentesco, entre manuscrito e impresso, entre as notícias escritas à mão e os periódicos saídos das prensas, um dos temas essenciais de sua comédia.

Na referida obra, Chartier (2007) também relata que, anos antes, em 1620, em balé para a Corte da época, uma máscara, de título *Newes from the New World* [Notícias do novo

<sup>27</sup> A grosso modo, traduzido como *atos diversos*.

mundo], Jonson havia encenado diálogo divergente entre um *factor* ou gazeteiro, aquele que comercializa notícias manuscritas, e um impressor de *occasionnels*. Enquanto o último diz que as notícias manuscritas não são mais verdadeiras que as impressas, o gazeteiro retruca. De forma radical, e até ilógica, revela a sua crença, de que, ao ser impressa, a notícia deixa de ser o que é. Mas, se manuscrita, mesmo que falsa, continuaria sendo notícia.

Ben Jonson desenha assim um dos traços essenciais do novo jornalismo, tal como o vê e despreza, ou seja, marcado pela ausência de toda credibilidade.

A autenticidade das notícias conta pouco para a primeira cliente do *staple of news* mostrada no palco: uma camponesa que vem à cidade vender seus produtos [a *Butterwoman*]. O que ela quer são notícias frescas, não muito caras [a *groatswoth of any newes*, ou seja, do valor de um *groat*, uma peça que valia quatro pence], cujo tema não importa [*I care not what*], e possa levar no próximo sábado ao pastor de sua vila.

Os editores dos *occasionnels* e das gazetas têm menos crédito ainda. Eles também falsificam as datas das notícias para fazer [com] que as velhas se passem por recentes ou para publicar várias vezes as mesmas correspondências (CHARTIER, 2007, ps. 139, 142, 143).

Em 1690, o Publick Occurrences, primeiro jornal dos Estados Unidos, já apresentava as ditas características sensacionalistas (AMARAL, 2006).

O lançamento do New York Sun, em 1833, marca a presença dos jornais baratos da *penny press*. Além dos assuntos políticos e econômicos, o jornal trazia histórias de crimes, escândalos, tragédias e notícias interessantes ou divertidas (TRAQUINA, 2005). O grande repórter, conhecido como *muckracker*, “desencavava os escândalos” (NEVEU, 2006, p. 22). Em menos de quatro anos, este periódico alcançou a venda diária de 30 mil exemplares, superando, em quinze vezes, a tiragem inicial.

É no final do século XIX, por sua vez, que dois jornais norte-americanos darão o acabamento final para o estilo sensacionalista conhecido atualmente, originando o termo “imprensa amarela” (ANGRIMANI, 1995, p. 21). O New York World, editado por Joseph Pulitzer, aos domingos, publicava história em quadrinhos chamada *Hogan's Alley*, cujo personagem principal era um menino de feições engraçadas, e que vestia camisola amarela, chamado *Yellow Kid*.

O modelo foi copiado por William Randolph Hearst, diretor do Morning Journal, ao contratar do periódico concorrente Outcault, autor dos quadrinhos. No World, a tarefa ficaria a cargo de George Luks. A partir de conteúdo sensacionalista, como fatos inventados, ambas as folhas chegavam a fazer circular um milhão de exemplares ao dia.

Márcia Franz Amaral (2006) conta que, no Brasil, desde 1840, eram observados os primeiros elementos de sensacionalismo na imprensa, por meio dos chamados *folhetins*. Ela relata o porquê de, no país, o termo *imprensa amarela* ter dado lugar à nomenclatura *imprensa marrom*:

Há quem diga que a expressão *jornalismo marrom* veio da referência à expressão francesa *impremeur marron* pela qual se conheciam os impressores ilegais do século XIX na Europa. Já o jornalista Alberto Dines afirmou em entrevistas que a expressão ficou generalizada a partir do uso no jornal *Diário da Noite* [RJ] em 1960. Dines, repórter do jornal na época, soube que alguém havia se matado por ter sido chantageado por uma revista de escândalos e fez uma manchete mencionando que a imprensa amarela havia levado um cineasta ao suicídio. Calazans Fernandes, chefe de reportagem, teria alterado a manchete: trocou a expressão *imprensa amarela* por *imprensa marrom*, relacionando *marrom* à *cor de merda*. Desde então, a expressão *jornalismo marrom* é usada no Brasil para designar jornais e revistas de escândalos (AMARAL, 2006, p. 19).

### 3.3 O DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL DO GÊNERO DO SENSACIONALISMO

A produção de matéria capaz de emocionar e escandalizar é a tônica dramática do jornalismo sensacionalista, que contém noticiário de *fait divers*, para representar uma cena, a ponto de o leitor, como observador *voyeur*, sentir-se presente ao quadro exposto (HOHLFELDT, 2002). O veículo com essas características “opera como um meio de liberação da culpabilidade do ato, que o leitor realiza na imaginação, sobre as personagens dos acontecimentos” (PEDROSO, 2001, p. 51). No lugar da consciência, a prática oferece ao leitor uma representação de consciência (LAGE, 2001).

Não basta ter um acontecimento com potencial de causar emoção para se fazer sensacionalismo, é preciso um tratamento exacerbado do fato, de acordo com os interesses de cada produto jornalístico. Em outras palavras: a equação: fatos diversos + linguagem exacerbada (ou tratamento exagerado) = sensacionalismo. O *sensacionalismo*, então, extrapola, por meio da linguagem (texto, som e imagem), o que já é implícito na natureza do próprio fato. Em uma leitura ideológica, o sensacionalismo é uma maneira mais mercadológica de vender a notícia a serviço da estrutura hegemônica da sociedade (SANTOS, 2010, p. 1.101).

Enquanto isso, Danilo Angrimani (1995) utiliza verbetes de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986) para conceituar *sensacional*, *sensacionalismo* e *sensacionalista*. O primeiro termo aponta para a produção de sensação intensa, do espetacular. No caso seguinte,

há referência a divulgar e explorar, em tom espalhafatoso, matéria capaz de emocionar ou escandalizar. O último termo designa a presença de caráter sensacional.

Está muito arraigada a convicção de que somente o jornal sensacionalista — sensacionalismo aqui empregado como o sistema de concessões à curiosidade mórbida das mais baixas categorias de leitores — obtém fácil aceitação, tendo elevadas astronomicamente as tiragens e, conseqüentemente, oferecendo melhores lucros aos editores. Consta-se que a procura de jornais aumenta durante as investigações de crimes ou a realização de processos penais e, por isso, o editor-financista defende o princípio de que a boa notícia não produz receita, enquanto que a má notícia é muito mais vendida, em manchetes e grandes títulos (BELTRÃO, 1960, p. 191).

Segundo Ciro Marcondes Filho (1986), a prática baseia-se no trinômio *escândalo-sexo-sangue* que, para ele, aponta para os três níveis de maior enfoque do jornal sensacionalista, “sendo a moral, o tabu e a repressão sexual e, por fim, a liberação de tendências sádicas do leitor o fundo sócio-psicológico desse tipo de jornalismo” (p. 91). Ao trabalhar com emoções, a imprensa sensacionalista também está “ligada a exacerbações de neuroses coletivas” (p. 89). E emenda:

O jornal deve vender-se pela sua aparência. O que vai diferenciar um jornal dito sensacionalista de outro dito sério é somente o grau. Sensacionalismo é apenas o grau mais radical de mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade, vende-se aquilo que a informação interna não irá desenvolver melhor do que a manchete (MARCONDES FILHO, 1986, p. 66).

Marcondes Filho (1986) acrescenta que o sensacionalismo está aliado ao nutriente psíquico, ao desviante ideológico e à descarga de pulsões instintivas. Cabe à manchete vender aparência chocante. Conforme o mesmo autor, esta frase vem carregada de apelos às carências psíquicas das pessoas e explora-as de forma sádica, caluniadora e ridicularizadora. Assim, o jornalista tem a responsabilidade de extrair cargas apelativas capazes de chocar o leitor e, por consequência, aumentar a circulação do periódico, em acentuado ritmo mercantil, através dos “tentáculos da emoção” (RAMOS, 2001, p. 125).

Conforme Antonio Hohlfeldt (2002), à constante busca do ser humano por experiências emocionais, os meios de comunicação atendem mediante práticas de sensacionalismo. Para ele, tal fator retiraria dos veículos de imprensa a reputação de explorador de recursos sensacionalistas. Em última análise, Hohlfeldt (2002) observa que, ao invés de instigadora, desse ponto de vista, a mídia estaria na condição de refletora de uma tendência evidente no próprio perfil dos leitores, de um modo geral.

Angrimani (1995) também é cauteloso, quanto a encarar a abrangência habitual do termo *sensacionalista*, geralmente, empregado para designar veículo que não tenha correspondido às expectativas do público. Tanto pensa assim, que aponta incongruências em tal tratamento. Considera que essa generalização chega a gerar confusão entre qualificativos editoriais, como audácia, imprecisão, distorção. O autor, assim, conceitua:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de *sensacionalizar* [sic] aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se, para isso, de um tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção de noticiário que extrapola o real, que superdimensiona [sic] o fato. Em casos mais específicos, inexistente a relação com qualquer fato e a notícia é elaborada com o mero exercício ficcional. O termo *sensacionalista* é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

Rosa Nívea Pedroso (2001) não difere, muito, das colocações acima, pois também acredita que o sensacionalismo cause alterações na informação da atualidade. Ela cita recursos como exagero gráfico, temático, linguístico e semântico. “E é no distanciamento entre leitura e realidade que a informação sensacional se instala como cômica ou trágica, chocante ou atraente” (p. 52).

No estudo que desenvolve, tendo como objeto o jornal paulista *Notícias Populares*, Pedroso (2001) enfatiza o papel das manchetes, nas chamadas matérias sensacionalistas. De certo modo, acompanha um grau de acentuação também referido por Marcondes Filho (1986), em obra já comentada. A autora afirma:

Por isso, [a manchete] é a oração principal do sistema produtivo do discurso jornalístico, onde os efeitos discursivos estão concentrados. O superinvestimento de sentido na manchete a responsabiliza pelo consumo das representações construídas pelo enunciador (PEDROSO, 2001, p. 80).

Ainda que à luz do periódico analisado por ela, a constatação que se segue reforça o presente raciocínio: “As manchetes são apelativas e atrativas porque a sua mensagem apresenta alto grau de originalidade e de imprevisibilidade (...)” (PEDROSO, 2001, p. 81).

Nesse engendramento, proposto pela narrativa sensacional, o que está em jogo é uma construção da realidade. Então, Pedroso (2001, p. 83) arremata:

A leitura do fato construído, efetuada por intermédio de uma narrativa unidimensional, mantém uma certa distância entre o real que está ali repetido, na página do jornal, e o discurso que o descreve. Não só porque o noticiário, que a

manchete anuncia, não é narrado nem identificado sob uma rubrica permanente e explícita, mas também porque na narrativa-crime as vítimas e os criminosos só existem como relatos, enquanto notícia.

De acordo com Márcia Franz Amaral (2006), boa parte da sistematização da história do sensacionalismo, na imprensa brasileira, iniciou-se com as palestras da Semana de Estudos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em 1969. Os palestrantes reafirmaram tese corrente em alguns segmentos do jornalismo, a de que todo o processo comunicativo seria sensacionalista em si, ao mexer com sensações físicas e psíquicas e apelar a emoções primitivas.

Naquela ocasião, o jornalista Alberto Dines afirmou que em toda a imprensa ocorreria o processo sensacionalista. Para ele, o próprio *lead* seria um recurso nesse sentido, servindo para enfatizar os elementos mais palpitantes de dada história, com o intuito de seduzir o leitor.

No seu relato, sobre aqueles seminários, Amaral (2006) acrescenta que, à época, Dines dividiu o sensacionalismo em três grupos: o *sensacionalismo gráfico*; o *sensacionalismo linguístico*; e o *sensacionalismo temático*. Este último, muito especialmente, refere-se à procura de emoções e sensações, mas “sem considerar a responsabilidade social da matéria jornalística” (AMARAL, 2006, p. 20).

A mesma autora reafirma caracterizações também utilizadas por Angrimani, em obra já referida. Entre essas, exagero, intensificação, valorização da emoção, exploração do extraordinário. Ao mesmo tempo, defende estar ultrapassada a noção tradicional do gênero *sensacionalista*. A seu ver, se o termo serviu para caracterizar a imprensa de determinados períodos, no momento, não pode, mais, servir como sinônimo de veículo de comunicação popular.

Amaral (2006) prossegue o raciocínio, no sentido de que o rótulo de *sensacionalista* acomodou-se sobre jornais voltados a segmentos populares, caso do Diário Gaúcho, no Rio Grande do Sul. Ao passo que concorda com a posição crítica dos jornalistas, quanto a possíveis exageros cometidos por periódicos dessa linha, enfatiza a necessidade de se abandonarem preconceitos, no que tange ao universo cultural do leitor em questão.

Categoricamente, ela considera que, em alguma medida, todos os jornais são sensacionalistas, acompanhando a tese de Dines, embora não deixem de cumprir as funções de “produtor de conhecimento e de construtor da realidade pública” (AMARAL, 2006, p. 23).



Em sentido convergente ao da posição acima, porém, munido de exemplos mais efetivos, Leonel Azevedo de Aguiar, que coordena a Mesa *Ética e Sensacionalismo*, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), em congressos anuais, vem constatando que, regularmente, a própria comunidade jornalística tem procurado valorizar as reportagens oriundas de jornais populares.

Antes, porém, cabe pontuar algumas bases teóricas de Aguiar (2009). Ele se vale da constatação de Nelson Traquina (2005a), de que a comunidade jornalística é uma tribo interpretativa, cujos preceitos, quanto aos tipos de valor-notícia, fazem-na tomar decisões sobre o que deva ser notícia e o que deva constituir o produto final, a matéria ou a peça [no português da obra de Traquina]. Entre os valores e as normas da chamada *ideologia profissional*, estariam a *objetividade*, a *independência* e o *imediatismo*.

Aguiar (2010) também se apropria da teoria de H. Gans (1979), para quem a prática jornalística gira em torno de dois critérios, que são antagônicos, geralmente: *notícia importante* e *notícia interessante*.

A capacidade da notícia, de provocar interesse, enquadrar-se-ia num suposto nível de entretenimento, a quarta função<sup>28</sup> da comunicação, da qual fala Charles R. Wright (apud BOSI, 1986). Neste caso, existe a intenção de distrair, divertir o receptor, ou seja, o leitor.

Dito isso, o autor mostra-se à vontade para confiar no julgamento da comissão, formada, exclusivamente, por jornalistas que, todo ano, avaliam os melhores trabalhos de jornalismo do país, aos quais é conferido o Prêmio Esso de Jornalismo, e que, em variadas edições, concederam ao jornal carioca e popular *O Dia* sete prêmios de melhor reportagem. Dos 1.182 trabalhos inscritos em 2008, 533 eram reportagens.

Para Aguiar (2009), a conjunção dos pontos de vista jornalístico e social daqueles textos permite que se pense na possibilidade da prática editorial de *notícia importante e interessante*, ao mesmo tempo, numa só matéria.

Retomando-se a máxima de que todo jornalismo seria sensacionalista, não deixa de ser útil, aqui, outra abordagem, a proposta por Marialva Barbosa (2007). Ao referir que, periodicamente, no decurso da história, as tragédias cotidianas reaparecem sob a forma de notícia, ela percebe haver um *fluxo do sensacional*, tendo contínuas representações de crimes e mortes violentas.

---

<sup>28</sup> Para Wright, os outros três objetivos da comunicação de massa são: 1) *detecção prévia do meio ambiente*; 2) *interpretação e orientação*; 3) *transmissão de cultura*.

A autora<sup>29</sup> também se vale de O Dia. Porém, ao invés de enxergá-lo sob a ótica do jornalismo popular, prefere o que chama de *jornalismo de sensações*. Para ela, o exagero, a hipérbole, a descrição densa, a linguagem incisiva são o que permanece dos dramas do cotidiano dos ditos grupos populares.

Portanto, quando consideramos este tipo de jornalismo [o jornalismo sensacionalista] como *de sensações*, não o fazemos apenas porque esses textos apelam às sensações físicas e psíquicas<sup>30</sup>. As sensações a que nos referimos encontram-se na relação da leitura com o extraordinário, com o excepcional, aproximando esse tipo de notícia do inominável. São sensações contidas nas representações arquetípicas do melodrama e que continuam subsistindo nos modos narrativos dessas tipologias de notícias. Tal como os gostos e anseios populares — formados na longa duração — também as sensações desse tipo de narrativa mesclam os dramas cotidianos, os melodramas, em estruturas narrativas que apelam ao imaginário que navega entre o sonho e a realidade (BARBOSA, 2007, ps. 216-17).

Diante disso, cabe, aqui, reiterar um dos princípios que norteiam as pretensões deste trabalho. Está-se a procurar, num primeiro momento, desvinculações de rótulos pejorativos, tão habituais para classificar o trabalho da imprensa. Ao passo que a prática do dito sensacionalismo, obviamente, catalisa sensações e, não raras vezes, para não dizer, em sua maioria, também provoca distorções na matriz informativa, continua sendo arriscado taxar jornal ou notícia de sensacionalista. O que se pode é examinar a *sensacionalização* dos recursos narrativos de determinada matéria jornalística.

A classificar este ou aquele texto como *sensacionalista* ou *não sensacionalista*, não se titubeia, ao se preferir, com efeito, uma vinculação ao critério de se pesquisar teores de *sensacionalização* nas narrativas que geraram o produto final da imprensa, a matéria jornalística. Para tanto, serão propostas categorias entendidas como codificadoras do gênero *jornalismo sensacionalista*<sup>31</sup>, a fim de possibilitar maior precisão de análise, no decorrer deste trabalho.

---

<sup>29</sup> Ressalte-se, contudo, que Marialva Barbosa procura universalizar, como sendo em nível de Brasil, as experiências da imprensa do eixo Rio — São Paulo, em sua predominância, ao longo de **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. De toda maneira, aqui, interessa, somente, o seu conceito de *jornalismo de sensações*.

<sup>30</sup> Como pressupõe Ciro Marcondes Filho, em obra já referida.

<sup>31</sup> Esta sistematização será mais bem detalhada no capítulo que trata das estratégias metodológicas desta dissertação.

### 3.4 ALGUNS FATORES DAS DITAS MATÉRIAS SENSACIONAIS

O crime, natureza dos tópicos a serem analisados neste trabalho, acompanha a rotina dos povos desde os períodos mais remotos. A **Bíblia Sagrada** registra, em tom alegórico, o primeiro homicídio da história da humanidade. Foi quando Caim matou Abel, seu irmão, sendo ambos filhos de Adão e Eva, supostamente, os primeiros habitantes humanos da Terra.

O livro do *Gênese* conta que Abel tornou-se pastor e Caim, lavrador. Para agradar a Deus, os dois resolveram dar a Ele graças e sacrifícios, de acordo com os seus próprios meios de vida. Enquanto Caim oferece frutos da própria colheita, em oblação ao Senhor, Abel concede o primeiro cordeiro a nascer do seu rebanho.

Na passagem, é demonstrada a inveja de Caim, após Deus ter preferido as primícias do rebanho, apresentadas por Abel, às frutas do solo que ofertara. Tomado por ciúmes, Caim armou uma emboscada que resultou na morte do seu irmão. Coube ao Criador sentenciar-lhe o banimento do solo, que passaria a negar-lhe qualquer espécie de cultivo, e a condição de errante pelo mundo, indo habitar a região de Nod, a oriente do Éden (MONGES DE MAREDSOUS, 1997).

Desde então, os crimes vêm provocando, sobretudo, curiosidade, além de desejo de vingança, espanto e medo inclusive, entre aqueles que, sequer, tenham sido atingidos por fatos desse caráter. Grande parte da popularização das histórias que envolvem casos, muito especialmente, aqueles insolúveis, ou envoltos de complexos enredos e enigmas, deve-se à consagração do romance policial, literatura esta que, muito, vai inspirar os primeiros redatores de reportagens policiais.

Quanto ao crime misterioso, conhece-se sua fortuna no romance popular; sua relação fundamental é constituída por uma causalidade deferida: o trabalho policial consiste em preencher de trás para diante o tempo fascinante e insuportável que separa o acontecimento de sua causa; o policial, emanação da sociedade inteira sob sua forma burocrática, torna-se então a figura moderna do antigo decifrador de enigmas (Édipo), que faz cessar o terrível *porquê*<sup>32</sup> das coisas; sua atividade, paciente, obstinada, é o símbolo de um desejo profundo: o homem tapa febrilmente a brecha causal, empenha-se em fazer cessar uma frustração e uma angústia (BARTHES, 1982, p. 61).

---

<sup>32</sup> O autor é quem grifa essa palavra em itálico.

Ernest Mandel (1988) conta que o moderno romance policial deriva da literatura popular, sobre os “bons bandidos” (p. 17), casos de Robin Hood e Til Eulenspiegel.

A tradição das histórias dos bandidos é venerada no mundo ocidental, começando com os movimentos sociais que contestavam os regimes feudais e recebendo um poderoso ímpeto com o início da decadência do feudalismo e o surgimento do capitalismo no século XVI (MANDEL, 1988, p. 17).

Logo, as pessoas leem textos do gênero para se distraírem, não para melhorarem o intelecto. O advento da fotografia, em meados do século XIX, contribuiu para a afirmação desse modelo de romance (MANDEL, 1988), em termos de caracterizações das cenas, nos enredos das tramas.

De acordo com Mandel (1988), a expressão *romance policial* (*detective story*) foi utilizada, pela primeira vez, pela romancista americana Anna Katharina Greene, em 1878, no livro **The Leavenworth case**. Mas, se popularizou, como gênero, a partir de Arthur Conan Doyle, o criador do personagem detetive Sherlock Holmes.

Na realidade, não seria um exagero despropositado sustentar que o verdadeiro problema do romance policial não é, de forma alguma, o crime — e certamente não é a violência ou o assassinato como tal. É a morte e o mistério, com pronunciada ênfase no segundo. Pois este é o único fator irracional que a racionalidade burguesa não consegue eliminar: o mistério das próprias origens, o mistério das próprias leis do movimento e, acima de tudo, o mistério da destinação final (MANDEL, 1988, p. 53).

Quando um crime envolve pessoas públicas, é considerável o seu potencial para assumir a condição de escândalo. É o *escândalo político*, de que fala John B. Thompson (2002). Antes, cabe pontuar a origem do conceito:

A palavra *escândalo*, e seus cognatos, tornou-se sempre mais comum nas línguas europeias a partir do século XVI, mas a palavra possui uma história bem mais longa, que pode ser retraçada ao pensamento grego, latino e judaico-cristão inicial. Em termos de suas origens etimológicas, a palavra provavelmente deriva da raiz indo-germânica *skand*, significando *pular* ou *saltar*. Os derivativos do grego antigo, tais como *skandalon*, foram empregados de uma maneira figurativa, para significar uma armadilha, um obstáculo ou uma *causa de deslize moral*. Escândalo implicava, por conseguinte, uma transgressão dos códigos morais que poderia ser, mas não necessariamente tinha de ser, de caráter religioso e em referência à qual a ação ou o acontecimento eram denunciados (THOMPSON, 2002, ps. 37, 38, 39).

Thompson (2002) difere *escândalo* de *fofoca* e de *boato*. Embora não despreze o potencial de ambos para alimentar escândalos, atenta que, sobretudo, o boato, ele sempre consiste em notícia não autenticada, enquanto a fofoca pode, ou não, ser verdadeira.

O autor estabelece três tipos de transgressões que julga serem as mais suscetíveis para potencializar um escândalo: *sexo*, *dinheiro* e *poder*. Juntos, fascinam a imaginação popular. Ele também atenta para o que designa como *transgressões de segunda ordem*. O desdobramento dos fatos pode fazer com que a atenção seja “transferida de uma ofensa original para uma série de subsequentes ações que têm como objetivo esconder a ofensa” (THOMPSON, 2002, p. 43).

De toda maneira, o que está em jogo é o *drama de ocultação e revelação*, por meio do qual as pessoas envolvidas lançam mão de estratégias de sigilo, para impedir a vinda à tona de revelações não pretendidas ou [in] desejadas. Até porque, além de se tornar conhecido, dependendo do teor, o acontecimento escandaloso pressupõe a desaprovação pública e o conseqüente risco à reputação pública.

Nesse cenário, os meios de comunicação podem potencializar a difusão de determinada informação escandalosa, porque “as redes de comunicação são tão ramificadas e complexas que é extremamente difícil conter revelações prejudiciais” (THOMPSON, 2002, p. 49).

Portanto, o *escândalo político* sempre é midiático (HOHLFELDT, 2010), pois, ao mesmo tempo em que está inscrito no seio da política, não deixa de se concretizar no âmbito da mídia.

Está claro que “os escândalos não necessariamente destroem a reputação e enfraquecem a confiança, mas eles têm a capacidade de fazer isso” (THOMPSON, 2002, p. 296). Daí, a tônica que atingem no campo político, pois atuam junto ao capital simbólico<sup>33</sup>, o que toca na imagem, na credibilidade, na confiança que o agente público alimenta, na sua relação com a sociedade. Thompson (2002) complementa que, ao *status* dos indivíduos envolvidos, é a natureza da transgressão que preponderará.

A propósito, nessa construção das narrativas midiáticas, menos consideração não merece a força dos estereótipos, recursos utilizados, com frequência, para rotular e intensificar conceitos acerca deste ou daquele fato, indivíduo, incluindo, sobretudo, os chamados atores políticos.

---

<sup>33</sup> Ver, a propósito: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

É Monique Augras (1970) quem indica ter sido Walter Lippmann (1922) o responsável por introduzir a palavra *estereótipo*, com a finalidade de estudar o comportamento da opinião pública, fomentada no âmbito da mídia. O termo refere-se a certo molde de metal, por meio do qual é possível que se reproduzam inúmeros exemplares. “Via de regra, o estereótipo reduz-se a uma palavra: Negro, Judeu, Capitalista, Comunista, etc. (...). Os jornais, o rádio, os meios de comunicação de massa costumam ser ótimos veículos e reforçadores de estereótipos” (AUGRAS, 1970, p. 35).

A autora aponta que a esquematização visa a reduzir as qualidades de determinado objeto a uma só. Trata-se de generalizar o particular (LAGE, 2001). Segundo ela, cabe à simplificação e à persistência facilitar a retenção pela memória, englobando diferentes indivíduos num só conceito. Augras (1970) alerta que, embora se situe no plano da fantasia, o estereótipo consiste em atitude social que pode levar à ação.

A formação do vocábulo *estereótipo* está associada ao grego *stereos* (sólido) e *typos* (figura ou imagem). É um termo introduzido na sociologia para significar preconceitos coletivos que se generalizam na consciência do grupo. A partir e em função disso, os integrantes do grupo passam a julgar pessoas, coisas, situações (KLÖCKNER, 2008, p. 89).

Os rótulos tornaram-se mecanismos recorrentes nas matérias jornalísticas, muito devido à possibilidade de se fixarem *clichês*<sup>34</sup>. Ou seja, basta a menção de nome ou situação para que o leitor, rapidamente, compreenda do que se está falando. Não faltam exemplos: bandido; criminoso; a terminologia *gate*, para casos de crise política, em alusão ao Watergate, que culminou na única renúncia de presidente da república, nos Estados Unidos, a de Richard Nixon, nos anos 1970. Na subsequência, o sufixo reapareceria: Irãgate (anos 1980), Lulagate (anos 2000), etc.

A notícia objetiva seus atores, cria e impõe estereótipos, faz coincidir com estereótipos (já impostos) e, portanto, produz a objetividade aparente porque atribui ao agente um caráter exemplar, universaliza ao convertê-lo em ponto de referência (BARTOLOZZI apud BARROS FILHO, 2003, p. 90).

De forma pioneira (WAINBERG, 2008), após estudo<sup>35</sup> sobre a cobertura do jornal New York Times à Revolução Russa, de outubro de 1917, por meio do qual constatara manipulação tendenciosa de fatos, o jornalista Walter Lippmann aponta tendência de os jornalistas generalizarem sobre outras pessoas, a partir de ideias fixas.

<sup>34</sup> Neste caso, o termo *clichê* é entendido como marca, no seu sentido genérico.

<sup>35</sup> “A test of the news”, de Walter Lippmann e Charles Merz, foi publicado, primeiramente, em agosto de 1920.

Na interpretação de Jacques A. Wainberg (2008), observa-se a posição de Lippmann, de que, vendo através de estereótipos, as pessoas ficam submetidas a meias verdades, mediante a formulação de crenças preconcebidas. “Por decorrência, conclui-se que os mapas mentais que resultam da exposição dos indivíduos à mídia moderna jamais serão capazes de refletir a verdade” (WAINBERG, 2008, p. 14).

Dentro da práxis jornalística, vale referir a experiência, como repórter, do historiador Robert Darnton, na redação do New York Times, em meados dos anos 1960. Ele parte da constatação da historiografia francesa, quanto à permanência das formas narrativas, no jornalismo. Entre 1618 e 1881, ou seja, três séculos, mas sendo publicada, pela primeira vez, em jornal de notícias de Paris, a história de que, por um erro de identificação, pais mataram o próprio filho repetir-se-ia diversas vezes, apenas, com trocas de nomes, datas e locais.

Sob o viés do estereótipo, Darnton (2010) não deixa, de toda maneira, de, em certa medida, construir a sua abordagem a partir da ideia do repertório de precedentes, também comentada por Nelson Traquina (2005a). Embora descarte que os critérios de redação dos jornalistas tenham a influência de mitos primitivos, como sugerem alguns antropólogos, e, a propósito, cita Claude Lévi-Strauss, indica que a formulação noticiosa baseia-se em estereótipos e concepções prévias sobre o que deva ser a matéria jornalística.

Sem categorias preestabelecidas do que constitui a notícia, é impossível classificar a experiência. Há uma epistemologia do *fait divers*. Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio do manejo de imagens padronizadas, clichês, ângulos, pontos de vista e enredos, que vão despertar uma reação convencional no espírito dos editores e leitores. Um redator perspicaz impõe uma velha forma sobre um assunto novo, de uma maneira que cria uma certa tensão — o sujeito vai se adequar ao predicado? —, e a seguir dá-lhe uma solução voltando ao familiar (DARNTON, 2010, p. 103).

Na mesma linha, Lippmann<sup>36</sup> (2008) supõe que as tradições culturais, a partir dos estereótipos, fazem com que, na maior parte dos casos, o cidadão, primeiro, defina aquilo que verá em seguida, e, não, o contrário. “Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos” (p. 84). Mais adiante: “Um padrão de estereótipos não é neutro (...). É a garantia de nosso auto-respeito, é a projeção sobre o mundo de nosso sentido, do nosso próprio valor (...). Os estereótipos estão, portanto, altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles” (p. 97).

---

<sup>36</sup> A obra utilizada resulta de tradução do livro original, realizada, recentemente, por Jacques A. Wainberg.

Enquanto isso, para o entendimento da existência de estruturas prontas que padronizam situações do cotidiano — leiam-se, os estereótipos —, Franklin Fearing (1987) sugere duas características psicológicas: 1) proteger e suportar o *status* (privilégios ou vantagens do indivíduo ou do grupo em dado momento); 2) alta resistência a mudanças. Neste último caso, o autor enfatiza que, em casos extremos, a força de determinado estereótipo pode levar a incompreensões totalmente contraditórias, no que tange ao meio geográfico (ambiente de convivência).

O estereótipo também funciona como artimanha de enunciação (DINIZ, s/d), no sentido de garantir eficiência comunicativa ao *fazer-saber* e ao *fazer-crer*. Seja na comunicação oral ou no texto argumentativo, nas palavras de Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz (s/d), trata-se de se valer de frases feitas de efeito (chavões ou ditados populares).

Seus derivados, estigmatizar, estigmatização, têm o sentido de censurar, condenar, aviltar o nome, a reputação de alguém. No sentido usual, significa prejudicar, ou fazer um julgamento prematuro de alguém; julgar pela aparência. Embora seu caráter disfórico, a estigmatização é um processo comum tanto nas relações interpessoais quanto sociais e ocorre sempre que o individual passa a caracterizar o coletivo (DINIZ, s/d, p. 139).

De toda maneira, a aparente onipotência do estereótipo é questionada por Lippmann (2008). O jornalista atenta para o perigo de sustentá-lo acriticamente. Em caso de abalo a ele, por circunstâncias, as mais diversas, tudo o que havia sido levado em consideração por conta dele entra em decadência. Cético, sentencia: “O espaço real, o tempo real, os números reais, as conexões reais, os pesos reais estão perdidos. A perspectiva, o contexto e as dimensões da ação estão cerceados e congelados no estereótipo” (2008, p. 146).

Segundo Barthes (1984), pôr o estereótipo à distância não é uma tarefa política, já que, para ele, a própria linguagem política constitui-se de estereótipos. Mas, um trabalho crítico, “que visa pôr a linguagem em crise” (p. 270). Fala em atacar a linguagem que finge ignorar que é linguagem.

Logo, fica patente que o estereótipo vive quase que como inserido nas comunicações e nos discursos diversos. Trata-se, na consideração de Barthes (1984, p. 270), de “um oportunismo: conformamo-nos à linguagem reinante ou, antes, àquilo que, na linguagem, parece reger uma situação, um direito, um combate, uma instituição, um movimento, uma ciência, uma teoria, etc.”.



## 4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Qualitativa, a presente pesquisa segue o que Martin W. Bauer, George Gaskell e Nicholas C. Allum (2002, p. 23) chamam de lidar com “interpretações das realidades sociais”. Os autores tratam de diferenças históricas entre as linhas qualitativas e quantitativas. No entanto, crê-se que tal debate não é cabível para esta oportunidade.

A sistemática de trabalho obedecerá à orientação exploratória, baseada no que Antonio Carlos Gil (2008, p. 27) define como “finalidade [de] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Optou-se, assim, por lançar mão da *hermenêutica de profundidade*, no modelo estabelecido por John B. Thompson (1995; 2007), compreendendo as três etapas de análise por ele organizadas: 1) *Sócio-histórica* (evolução histórica da imprensa; contexto geral da imprensa sul-rio-grandense; breves comentários sobre componentes históricos dos casos a serem analisados); 2) *Formal ou discursiva* (utilização da técnica de *análise do discurso das mídias*, de Patrick Charaudeau); 3) *Interpretação e re-interpretação*.

### 4.1 HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE (H.P.)

A hermenêutica consiste em tradição antiga que remonta à Grécia Clássica. Ciente das muitas transformações que sofreu ao longo do tempo, John B. Thompson (1995) constitui referencial metodológico baseado em filósofos hermeneutas dos séculos XIX e XX, com destaque a Hans-Georg Gadamer, Martin Heidegger, Paul Ricoeur e Wilhelm Dilthey. “Esses pensadores nos lembram, em primeiro lugar, que o estudo das formas simbólicas é, fundamental e inevitavelmente, um problema de compreensão e interpretação” (THOMPSON, 1995, p. 357).

Mesmo que sem enfoque metodológico específico para o estudo em torno dos meios de comunicação de massa, o esboço engendrado por Francisco Ricardo Rüdiger (1991) é de útil valia para um melhor esclarecimento conceitual. Ele interpreta a hermenêutica como o

paradigma que repõe à história a pergunta pelo seu fundamento. Observa que a historiografia não pode ser dissociada de estrutura de pré-compreensão do seu campo de estudo, ao permitir a sua configuração como saber. “O passado não se encontra nunca em estado bruto. O historiador precisa compreendê-lo e explicá-lo através de dados pontos de vista, dando-lhes, assim, um sentido no curso do tempo e da história” (RÜDIGER, 1991, p. 100).

Fernando Bastos e Sérgio Dayrell Porto (2005) valem-se do aforismo 22 de **Além do bem e do mal**<sup>37</sup>, de Friedrich Wilhelm Nietzsche, em que o filósofo alemão afirma: “Não há fatos, somente interpretação”. Garantem ser esta a base da teoria geral da interpretação, a hermenêutica.

Ora, a desconstrução hermenêutica não se refere a uma desconstrução radical da destituição dos sentidos e dos significados, mas a uma desconstrução que, ao interrogar e reinterpretar, reelabora historicamente os sentidos e os significados da compreensão humana (...).

(...).

Entendido como ser-no-mundo, como afirma Heidegger, o homem se encontra sempre lançado no horizonte de um projeto, no interior do qual se dão os entes, manifestos e percebidos através de sentidos. Nessa situação ou círculo hermenêutico, sua intencionalidade vincula-se a pré-compreensão originária, a qual permite que a compreensão, mais ampla e mais profunda, se efetive numa interpretação e se expresse pela linguagem. A compreensão é histórica e a linguagem é ontológica (BASTOS & PORTO, 2005, ps. 316, 317).

Inspirado em Heidegger, Thompson (1995) problematiza o conceito de interpretação, já que, ao tentar entender uma forma simbólica, o analista pode estar se voltando a objeto resultante de outra atividade interpretativa. Trata-se de re-interpretar campo pré-interpretado.

Assim, quando os analistas sociais procuram interpretar uma forma simbólica, por exemplo, eles estão procurando interpretar um objeto que pode ser, ele mesmo, uma interpretação, e que pode já ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica é parte. Os analistas estão oferecendo uma interpretação de uma interpretação, estão re-interpretando um campo pré-interpretado (THOMPSON, 2007, p. 359).

Thompson (1995, p. 360) também destaca que “os sujeitos que constituem parte do mundo social estão sempre inseridos em tradições históricas”. Logo, sustenta não fazer sentido estudar qualquer objeto de maneira dissociada do seu contexto sócio-histórico. “(...) a experiência humana é sempre histórica, no sentido de que, ao procurar compreender o que é

---

<sup>37</sup> Os autores não especificam a edição com que trabalham. É sabido que o título foi publicado, pela primeira vez, em 1886. Há outras edições, caso de: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

novo, nós sempre e necessariamente construímos sobre o que já está presente” (THOMPSON, 2007, p. 360).

Portanto, a primeira etapa desse processo metodológico, a *análise sócio-histórica*, visa a reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas.

O mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um *campo-sujeito* que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor (THOMPSON, 2007, p. 358).

Conforme Thompson (1995), a estrutura articulada de construções simbólicas requer segunda análise, a *análise formal ou discursiva*. Para esta etapa, como alternativas, ele indica a *análise semiótica*, *análise da conversação*, *análise sintática*, *análise narrativa* e *análise argumentativa*. A presente pesquisa optará pela *análise narrativa*, por meio de uma *análise de discurso*, a partir da técnica de *análise do discurso das mídias*, de Patrick Charaudeau (2006), processo este que será mais bem explicitado, na sequência.

A possibilidade de o pesquisador tomar escolhas quanto a que técnicas de pesquisa utilizar está prevista no próprio referencial da *hermenêutica*, de Thompson (1995; 2007), como ele esclarece:

A maneira como essas três fases [*análise sócio-histórica*; *análise formal ou discursiva*; *interpretação/re-interpretação*] de análise são mais eficientemente aplicadas, na prática, dependerá do pesquisador. Embora eu queira recomendar e defender o referencial metodológico da H.P., não desejo insinuar que questões referentes aos métodos mais adequados de pesquisa possam ser respondidas *a priori*. Dentro de cada fase do enfoque da H.P., uma variedade de métodos de pesquisa pode estar à disposição, e alguns métodos podem ser mais adequados que outros, dependendo do objeto específico de análise e das circunstâncias específicas da investigação (THOMPSON, 2007, p. 366).

No que tange à *análise formal ou discursiva*, Thompson (2007) esclarece que, embora as instâncias do discurso situem-se em circunstâncias sócio-históricas particulares, elas também podem ser analisadas formalmente, momento em que se faz necessária a realização da *análise discursiva*. Como se disse, empregar-se-á uma análise narrativa. “Os métodos de *análise discursiva* procedem através da análise. Eles quebram, dividem, desconstroem, procuram desvelar os padrões e efeitos que constituem e que operam dentro de uma forma simbólica ou discursiva” (THOMPSON, 2007, p. 375).

Neste ponto, embora o autor se valha de exemplos do campo da literatura, entende-se que, na medida em que matérias jornalísticas constituem-se de relatos, ou seja, narrações, a opção ganha sustentação. “Ao estudar a estrutura narrativa, podemos procurar identificar os efeitos narrativos específicos que operam dentro de uma narrativa particular, ou elucidar seu papel na narração da história” (THOMPSON, 2007, p. 374).

Ele também comenta que a análise precisa manter os fatores sócio-históricos e discursivos imbricados, a fim de que o trabalho analítico não corra o risco de considerá-los isoladamente. Em nenhum momento, uma das etapas pode prevalecer sobre a outra.

Em termos de concepção de pesquisa, Thompson (1995; 2007) prevê que se englobem enfoques tidos como ideais, para compreender o processo da comunicação de massa. O modelo é tríplice e contempla: a) *produção e transmissão ou difusão*; b) *construção da mensagem*; c) *recepção e apropriação da mensagem*.

De maneira lógica, a categoria “a” liga-se com a *análise sócio-histórica*; “b”, com *análise formal ou discursiva*; e “c”, com *interpretação*.

Evidentemente que, pela constituição de fatores históricos, políticos e sociais, porém, com ênfase, sobretudo, nas questões atinentes ao próprio desenvolvimento da imprensa, no contexto sul-rio-grandense, será possível, neste trabalho, ter alguma noção a respeito de cenários internos e externos aos objetos estudados. Mesmo assim, não se tem a pretensão de, mediante breves revisões bibliográficas, dar conta de todo o panorama que compõe a instância de produção e transmissão da notícia, por assim dizer. Menos, ainda, no caso da área de recepção.

Portanto, é na construção da mensagem que se situa o ponto de maior preocupação desta dissertação. “Quando nos centramos nesse aspecto, damos prioridade àquilo que chamei de análise formal ou discursiva, isto é, analisamos a mensagem comunicativa como uma construção simbólica complexa, que apresenta uma estrutura articulada” (THOMPSON, 2007, p. 393).

A execução da terceira e última etapa, a de *interpretação e re-interpretação*, acontece a partir da análise que a antecedeu e dos resultados da *análise sócio-histórica*. Mas, se, anteriormente, houve procedimento de desconstrução das formas discursivas, nessa fase, prevalecerá o caminho em direção à síntese analítica, a serviço do que Thompson (2007) designa potencial crítico de interpretação.

O processo de interpretação, mediado pelos métodos do enfoque da H.P., é simultaneamente um processo de *re-interpretção*. Pois, (...) as formas simbólicas que são o objeto de interpretação são parte de um campo pré-interpretado, elas já são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico. Ao desenvolver uma interpretação que é mediada pelos métodos do enfoque da H.P., estamos re-interpretando um campo pré-interpretado; estamos projetando um significado possível que pode divergir do significado construído pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico (THOMPSON, 2007, p. 376).

## 4.2 DISCURSO DAS MÍDIAS

Eduardo Manhães (2005) explica que a noção de discurso é consequência da premissa hermenêutica, de que a interpretação do sentido precisa considerar a construção da significação no interior da fala de determinado sujeito. É “quando um emissor tenta mostrar o mundo para um interlocutor, numa determinada situação, a partir de seu ponto de vista, motivado por uma intenção” (p. 305).

Ele identifica que, na análise de discurso francesa, a ênfase maior ocorre no que chama de *assujeitamento* (sic) do emissor, cuja expressão se dá a partir da incorporação de discursos sociais já instituídos, o que inclui, entre outros, o discurso jornalístico. “Como analisar significa dividir, a análise de discurso é, na verdade, a desconstrução do texto em discursos, ou seja, em vozes. A técnica consiste em desmontar para perceber como foi montado” (MANHÃES, 2005, p. 306).

Com a tese de que todo acontecimento midiático é construído, o diretor-fundador do Centro de Análise do Discurso, o francês Patrick Charaudeau (2006), desenvolve orientações acerca dessa construção, com vistas a atender a critérios de *atualidade*, *expectativa* e *socialidade*.

Conforme ele, ao impor uma visão de mundo previamente articulada, a mídia apresenta ao cidadão esse olhar, como se fosse a impressão natural dos acontecimentos. “A posição do jornalista é a da testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade ao relatar fielmente o acontecimento e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 157).

Para este estudo, interessa as categorias particulares que chama de *modos discursivos*, e que, segundo ele, correspondem à especificidade das instruções dadas por cada situação de comunicação midiática.

Ela [a notícia] será relatada segundo um modo discursivo que descreve os fatos com minúcia, produzindo um efeito de objetividade, mas também como uma descrição dramatizante [sic], produzindo um efeito emocional suscetível de despertar, naquele que se informa, instintos de *voyeurismo* ou de medo (CHARAUDEAU, 2006, p. 129).

Como se está propondo uma análise em torno de matérias jornalísticas, tal intento se mostra compatível com a instância do *acontecimento relatado*, um dos *modos discursivos* propostos por Charaudeau (2006). O autor explica que a construção do acontecimento se dá pela implicação de fatos e ações dos atores envolvidos.

Trata-se de abordar a maneira pela qual a instância midiática procede à formulação de seu *propósito*, buscando as categorias que permitem, a todo sujeito falante, responder às questões do como descrever (o *descritivo*), como contar (o *narrativo*), como explicar e/ou persuadir (o *argumentativo*); além destas, as categorias particulares, que chamamos de *modos discursivos*, que correspondem à especificidade das instruções dadas por cada situação de comunicação, no caso, a situação de comunicação midiática (CHARAUDEAU, 2006, p. 150).

Ele esclarece que explicar um fato serve como tentativa de dizer o que o motivou, “quais foram as intenções de seus atores, as circunstâncias que o tornaram possível, segundo qual lógica de encadeamento, enfim, que consequências podem ocorrer” (2006, p. 154). Destaca, ainda, a relevância do papel da descrição do fato, junto com as declarações, por meio das quais pode ser evidenciado o grau de interesse que os atores envolvidos demonstram possuir por determinado ocorrido:

O discurso relatado caracteriza-se, então, pelo encaixe de um dito num outro dito, pela manifestação da heterogeneidade do discurso. Essa heterogeneidade está marcada por índices que indicam que uma parte, pelo menos, do que é dito deve ser atribuída a um locutor diferente daquele que fala. Por vezes, essas marcas são discretas e surge, então, o problema da fronteira entre discurso relatado e interdiscursividade, fenômeno geral de inserção de fragmentos de discursos uns nos outros, não necessariamente explicitada. É que pode ser estrategicamente útil jogar com a possibilidade de não fornecer índices do dito relatado, ou de sugerir-los, ou de deixá-los à apreciação do interlocutor. Com isso, o locutor-relator apaga o locutor de origem, como se o que ele enuncia só pertencesse a ele. É nesse jogo de marcação-demarcação, por um lado, não-marcação-integração, de outro, que se situa o discurso das mídias de informação (CHARAUDEAU, 2006, p. 162).

De acordo com Charaudeau (2006), o *discurso relatado* funciona, estrategicamente, como um discurso de prova, tanto em relação ao outro quanto a si mesmo. “Trata-se, nesse caso, de fato relatado (F.R.); mas, também, de palavras com declarações e demais reações verbais dos atores da vida pública: é o que chamamos de dito relatado (D.R.)” (CHARAUDEAU, 2006, p. 150).

A título de organização analítica, vale considerar quatro das diferentes formas que Charaudeau (2006, ps. 165, 166) sugere para o ato de relatar:

- a) *Citando*: Cita o dito de origem que é relatado, mais ou menos integralmente, numa construção que se apresenta como a reprodução fiel do que foi enunciado, com marcas de autonomia no dizer do locutor que relata;
- b) *Integrando*: Integra o dito de origem, na terceira pessoa, ao dizer daquele que relata, com modificações no enunciado de origem;
- c) *Narrativizando*: Narra o dito de origem que é relatado, de tal maneira que se integre totalmente, ou mesmo desapareça, no dito de quem relata. O locutor do dito de origem torna-se agente de um ato de dizer;
- d) *Evocando*: Alude ao dito de origem, que aparece apenas como uma evocação do que o locutor de origem disse ou costuma dizer.

Charaudeau (2006) acrescenta não ter deparado com estudo sistemático sobre a maneira pela qual os veículos de comunicação utilizam os modos de citação, nas matérias jornalísticas. Porém, arrisca algumas constatações:

(...) o modo de citação direta produz um efeito de objetivação, que o modo integrado produz um efeito de vagueza e o modo narrativizado (sic), um efeito de dramatização.

(...)

Na maior parte do tempo, o locutor-relator opera, de maneira consciente ou não, transformações no dito de origem. Assim, essas transformações revelam um certo posicionamento do locutor-relator, quer sejam voluntárias quer não (CHARAUDEAU, 2006, p. 172).

Portanto, do ponto de vista operacional, utilizar-se-á o modo discursivo do *relato*. Retoma-se, aqui, a ideia de que, sendo as matérias jornalísticas constituídas de relatos, ou seja, narrações, é o *discurso relatado* que receberá atenção, para posterior análise. Ademais, para capturar o propósito dos objetos de estudo, caracterizados como a instância midiática de que fala Charaudeau (2006), lançar-se-á mão de categorias teóricas compatíveis com o *contar* (o *narrativo*).

Tal fundamentação emerge de revisão bibliográfica, já explicitada em capítulo anterior, feita junto a autores que desenvolveram estudos sobre imprensa e sensacionalismo. Um quadro preliminar foi formulado. Para cada conceito, existe a correspondente significação semântica.

Quanto à semântica, diz Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2010, p. 691): “Estudo das mudanças ou trasladações sofridas, no tempo e no espaço, pela significação das palavras”. Ou, ainda: “Estudo da evolução do sentido das palavras através do tempo e do espaço; (...) a que estuda a relação entre as palavras e as coisas, ou seja, entre a linguagem, o pensamento e a conduta” (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

Eis, o quadro de referência prévia:

Quadro Codificador do Gênero Jornalismo Sensacionalista <sup>38</sup>		
Referências	Propriedades <sup>39</sup>	Conceitos operacionais
1) AMARAL, Márcia Franz <sup>40</sup>	1- a) Sensação (1º)	I) Surpresa, ou grande impressão <sup>41</sup> ; II) Grande impressão ou surpresa devida a sucesso extraordinário <sup>42</sup> .
	1- b) Emoção (2º)	I) Perturbação do espírito provocada por situações diversas e que se manifesta como alegria, tristeza, raiva, etc.; comoção <sup>43</sup> ; II) Comoção, abalo (sentido físico ou moral) <sup>44</sup> .
	1- c) Exagero (3º)	I) Derivado de exagerar, significa dar ou atribuir a (coisa

<sup>38</sup> Elencam-se verbetes de onde possa ter derivado o suposto *jornalismo sensacionalista*, que, visivelmente, encontra consonância com o *sensacionalismo*, a observar: \**Sensação*: 1. Impressão causada num órgão receptor por um estímulo e que, por via aferente, é levada ao sistema nervoso central. 2. Surpresa, ou grande impressão. 3. Sentimento, algo intuitivo, que uma pessoa tem sobre algo; \**Sensacional*: Que produz sensação intensa; \**Sensacionalismo*: Divulgação e exploração de matéria capaz de emocionar, impressionar, indignar, ou escandalizar (FERREIRA, 2010, p. 693). \**Sensacionalista*: 1. Em que há sensacionalismo ou escândalo; espetacular: *Notícia sensacionalista*. 2. Relativo à doutrina do sensacionalismo (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>39</sup> Na medida em que este quadro assume o caráter de organizar o mosaico teórico proposto, a fim de que se estabeleça uma codificação para o gênero *Jornalismo Sensacionalista*, conceitos de determinado autor que retomem o que já tenha sido apontado pela referência que o antecedeu não serão repetidos, na subsequência do quadro. Hierarquicamente, as referências estão organizadas em ordem alfabética, de cima para baixo, cujo critério leva em conta o sobrenome do teórico.

<sup>40</sup> AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**, São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>41</sup> (FERREIRA, 2010, p. 693).

<sup>42</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>43</sup> (FERREIRA, 2010, p. 278).

<sup>44</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).



		ou fato) proporções maiores que as reais <sup>45</sup> ; II) Apresentar ou descrever fatos ou coisas maiores ou menores do que são realmente <sup>46</sup> .
	1- d) Sensacionalista (4º)	I) Em que há sensacionalismo ou escândalo; espetacular: <i>Notícia sensacionalista</i> <sup>47</sup> .
	1- e) Sensacionalismo (5º)	I) Divulgação e exploração de matéria capaz de emocionar, impressionar, indignar, ou escandalizar <sup>48</sup> ; II) Tendência a divulgar notícias exageradas ou que causem sensação <sup>49</sup> .
2) ANGRIMANI, Danilo <sup>50</sup>	2- a) Sensacional (6º)	I) Que produz sensação intensa <sup>51</sup> ; II) Capaz de produzir grande sensação <sup>52</sup> .
	2- b) Pejorativo (7º)	I) Diz-se de vocábulo de sentido torpe, obsceno ou desagradável <sup>53</sup> ; II) Diz-se da palavra empregada em sentido torpe, obsceno ou, simplesmente, desagradável, depreciativo <sup>54</sup> .
	2) c) Imprecisão (8º)	I) Falta de precisão, de rigor <sup>55</sup> ; II) Falta de precisão, de exatidão <sup>56</sup> .
	2) d) Distorção (9º)	I) Mudar o sentido, a intenção <sup>57</sup> ; II) Deformação, deturpação <sup>58</sup> .
3) AUGRAS, Monique <sup>59</sup>	3- a) Estereótipo (10º)	I) Reduzir as qualidades de determinado objeto a uma só, englobando diferentes indivíduos num só conceito <sup>60</sup> ; II) Imagem mental padronizada, tida coletivamente por um

<sup>45</sup> (FERREIRA, 2010, p. 327).

<sup>46</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>47</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>48</sup> (FERREIRA, 2010, p. 693).

<sup>49</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>50</sup> ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo: Summus, 1995.

<sup>51</sup> (FERREIRA, 2010, p. 693).

<sup>52</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>53</sup> (FERREIRA, 2010, p. 574).

<sup>54</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>55</sup> (FERREIRA, 2010, p. 413).

<sup>56</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>57</sup> (FERREIRA, 2010, p. 260).

<sup>58</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

		grupo, refletindo uma opinião demasiadamente simplificada, atitude afetiva ou juízo incriterioso a respeito de uma situação, acontecimento, pessoa, raça, classe ou grupo social <sup>61</sup> .
4) BARBOSA, Marialva <sup>62</sup>	4- a) Morte (11º)	I) Cessação da vida <sup>63</sup> ; II) Termo da existência <sup>64</sup> .
5) GENRO FILHO, Adelmo <sup>65</sup>	5- a) Preconceito (12º)	I) Ideia preconcebida, suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc. <sup>66</sup> ; II) Conceito ou opinião formados antes de ter os conhecimentos adequados <sup>67</sup> .
6) MARCONDES FILHO, Ciro <sup>68</sup>	6- a) Escândalo (13º)	I) Indignação provocada por mau exemplo, tumulto, escarcéu, fato imoral, revoltante <sup>69</sup> ; II) Irritação, indignação, perplexidade ou sensação provocadas por uma violação flagrante do decoro ou da moralidade <sup>70</sup> .
	6- b) Tabu (14º)	I) Restrição costumeira ou tradicional a certos comportamentos que, se praticados, recebem forte reprovação moral e social <sup>71</sup> ; II) Qualquer coisa que se proíbe supersticiosamente, por ignorância ou hipocrisia. <sup>72</sup>
	6- c) Sádico (15º)	I) Relativo ao prazer com o sofrimento alheio <sup>73</sup> ; II) Que tem prazer no sofrimento alheio <sup>74</sup> .
	6- d) Calúnia (16º)	I) Ato de procurar incriminar

<sup>59</sup> AUGRAS, Monique. **Opinião pública**, Petrópolis: Vozes, 1970.

<sup>60</sup> (AUGRAS, 1970, p. 35).

<sup>61</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>62</sup> BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

<sup>63</sup> (FERREIRA, 2010, p. 517).

<sup>64</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>65</sup> GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**, Brasília: Ortiz, 1989.

<sup>66</sup> (FERREIRA, 2010, p. 605).

<sup>67</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>68</sup> MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**, São Paulo: Ática, 1986.

<sup>69</sup> (FERREIRA, 2010, p. 301).

<sup>70</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>71</sup> (FERREIRA, 2010, p. 724).

<sup>72</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>73</sup> (FERREIRA, 2010, p. 680).

<sup>74</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

		alguém, fazendo-lhe acusações falsas <sup>75</sup> ; II) Imputação falsa, que ofenda a reputação, crédito ou honra de alguém <sup>76</sup> .
	6- e) Ridículo (17º)	I) Que provoca riso ou escárnio <sup>77</sup> ; II) Ato, discurso ou palavras com que se ridiculariza alguém <sup>78</sup> .
7) MATHEUS, Letícia Cantarela <sup>79</sup>	7- a) Crime (18º)	I) Violação da lei penal, delito <sup>80</sup> ; II) Violação das regras que a sociedade considera indispensáveis à sua existência <sup>81</sup> .
8) PEDROSO, Rosa Nívea <sup>82</sup>	8- a) Trágico (19º)	I) Funesto, sinistro <sup>83</sup> ; II) Calamitoso, desgraçado, funesto, triste, catastrófico, sinistro <sup>84</sup> .

A partir do cotejo entre os mais diversos conceitos propostos pela revisão bibliográfica desta dissertação, chegou-se a uma síntese conceitual de 19 verbetes. Tais elementos estão presentes no chamado gênero *jornalismo sensacionalista*. Para melhor codificar essa modalidade jornalística, em tom ilustrativo, foram organizadas quatro categorias. Elas visam a fundamentar o *modo discursivo* do *relato jornalístico*, sob a orientação metodológica de Charaudeau (2006).

Dessa forma, dispõem-se as categorias propostas, com os respectivos verbetes:

- a) *Estrutura: distorção; imprecisão; pejorativo;*
- b) *Características: sensacional; sensacionalismo; sensacionalista;*
- c) *Temática: crime; escândalo; morte; tabu;*

<sup>75</sup> (FERREIRA, 2010, p. 129).

<sup>76</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>77</sup> (FERREIRA, 2010, p. 669).

<sup>78</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>79</sup> MATHEUS, Letícia Cantarela. "Sensacionalismo" in INTERCOM, **Enciclopédia INTERCOM de comunicação**, São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

<sup>80</sup> (FERREIRA, 2010, p. 208).

<sup>81</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

<sup>82</sup> PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**, São Paulo: Annablume, 2001.

<sup>83</sup> (FERREIRA, 2010, p. 748).

<sup>84</sup> (DICIONÁRIO ONLINE, s/d).

- d) *Elementos: calúnia; emoção; estereótipo; exagero; preconceito; ridículo; sádico; sensação; trágico.*

## 5 ANÁLISE

Os casos Kliemann, Daudt e Eliseu são os tópicos propostos para a aplicação das categorias codificadoras do gênero *jornalismo sensacionalista*, com o intuito de verificar a presença, ou não, desse caráter genérico, nos relatos jornalísticos alvos de análise.

Como já se disse, o contexto sócio-histórico da mídia sul-rio-grandense, ao contrário de experiências desenvolvidas em regiões como o Sudeste brasileiro, não apresenta uma tradição voltada a produzir conteúdos jornalísticos de teor sensacionalista, ainda que seja voz corrente, sobretudo, entre aqueles que detêm esclarecimento duvidoso, quanto às regras que norteiam as práticas do campo, taxar o Diário Gaúcho como produto do sensacionalismo, por exemplo.

Tal constatação, no entanto, não impede que, mesmo os pesquisadores da área, a partir de ligeiras observações, comentem que, neste ou naquele caso, algum periódico tenha se comportado de forma compatível com os fundamentos que caracterizam a imprensa sensacionalista.

Pela natureza impactante dos casos elencados que, sem dúvida alguma, enquadraram-se como *fait divers*, ou seja, trata-se de crimes envolvendo pessoas conhecidas, ficam evidentes as possibilidades de se gerarem *sensacionalizações*, por assim dizer.

Não se está a fazer uma análise detida e aprofundada num só caso. Mas, pelo contrário, as matérias servem, de forma alegórica, para verificar comportamentos jornalísticos, a fim de se chegar a alguma consideração, quanto ao nível de presença do gênero *sensacionalista*.

Estão em jogo, portanto, três momentos distintos da história da imprensa do Rio Grande do Sul, a partir dos periódicos Diário de Notícias, Última Hora, Zero Hora, Correio do Povo, RS — O Jornal do Jockymann<sup>85</sup> e Diário Gaúcho.

Na sequência, serão apresentadas breves contextualizações históricas de cada caso e a posterior análise discursiva das respectivas matérias jornalísticas.

---

<sup>85</sup> Não foram encontradas referências bibliográficas a respeito deste jornal. Sabe-se que era um semanário dirigido pelo conhecido jornalista Sérgio Jockymann, recentemente falecido (16/02/2011). Ele dá nome ao título do periódico. O acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, dispõe de edições que vão desde 1987 até 1993.

## 5.1 CASO KLIEMANN<sup>86</sup>

Na tarde de 20 de junho de 1962, uma quarta-feira, Margit Kliemann, esposa do deputado estadual Euclides Nicolau Kliemann, do PSD, foi encontrada morta na sala da sua residência, à Rua Barão do Santo Ângelo, no Bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Segundo a polícia da época, ela teria levado pancadas na cabeça, por meio de atizador de lareira, sendo o marido, Euclides, o principal suspeito do assassinato. A data celebrava os 18 anos de aniversário de seu casamento.

Pelo completo levantamento que se realizou, junto ao acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, nos principais jornais que cobriram o Caso Kliemann<sup>87</sup>, desde a morte de Margit até a de Euclides, no período de 21 de junho de 1962 a 1º de setembro de 1963, foram encontradas 245 edições que trataram deste assunto, nos periódicos Correio do Povo (9), Diário de Notícias (92), Folha da Tarde (6), Jornal do Dia (7) e Última Hora<sup>88</sup> (131).

Nos casos de Diário de Notícias e Última Hora, as coberturas, quase que diárias, extrapolaram o nível de importância dado pelos demais veículos de imprensa, pois ambos, a cada dia, geravam novos capítulos para o mistério, sobre quem assassinara Margit, no perfeito estilo melodramático dos antigos *romances-folhetim*<sup>89</sup>.

Enquanto Última Hora já havia se dedicado a cobrir outros crimes, em tom sensacional, o Diário de Notícias, pelo que se observa, seguiu, muito mais, uma necessidade comercial, a partir da percepção de que seria possível fazer frente à UH. Se, em outros momentos, concorreu com o Correio do Povo, assim como o Diário, um jornal *standard*,

<sup>86</sup> Entre agosto de 2007 e novembro de 2009, o jornalista Fábio Antônio Flores Rausch desenvolveu pesquisa documental para o livro: DE GRANDI, Celito. **Caso Kliemann: A história de uma tragédia**. Porto Alegre: Literalis/Eduisc, 2010. O levantamento para o projeto, dirigido por Celito De Grandi, teve a orientação do coordenador do Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite.

<sup>87</sup> A contextualização do Caso Kliemann, nesta seção, resulta de pesquisas desenvolvidas para a estruturação do artigo “O Caso Kliemann e a hipótese do agendamento entre o Diário de Notícias e a Última Hora”, apresentado junto ao grupo de pesquisa Teoria do Jornalismo, no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Curitiba, em 2009. Entende-se que tais detalhamentos auxiliam na compreensão sobre a própria natureza do trabalho da imprensa da época.

<sup>88</sup> À época da pesquisa, a coleção do Museu Hipólito não apresentava as edições de 21 de junho a 3 de julho de 1962 de Última Hora. Por isso, sempre que forem referidas publicações deste período, estar-se-á utilizando, como referência, os livros de Barros (1999) e de Hohlfeldt (2002).

<sup>89</sup> Conforme Hohlfeldt (2003), o *romance-folhetim* apresenta, entre outros aspectos, enredo complexo, melodramaticidade, diversos personagens e ações eletrizantes que se multiplicam através de capítulos.

nessa ocasião, o DN optou por rivalizar com um tabloide, assumindo, inclusive, características dos veículos dessa natureza.

É o que se pode depreender do que relata o jornalista Renato Cardoso<sup>90</sup>, ex-diretor da extinta TV Piratini. Junto com o DN, ela pertencia ao Grupo Diários Associados. Diz Cardoso: “Era uma necessidade de sobrevivência, porque as notícias eram poucas. Quando estoura uma notícia como essa, se faz uma boa cobertura, com uma certa criatividade”.

Para Jefferson Barros (1999), a dramatização do cotidiano atendia à consciente decisão editorial de Última Hora. João Ribeiro, primeiro secretário de redação deste periódico, confessou que, para abrir espaços na imaginação do leitor, chegava-se a ponto de “a realidade se confundir com a ficção” (BARROS, 1999, p. 68).

Não se pode ignorar, também, que, no período, o deputado estadual Euclides Kliemann, do PSD, fazia oposição ao governo Leonel Brizola, do PTB, que administrou o estado entre 1959 e 1963. De certo modo, Última Hora era inclinada à situação governista.

O jornal assumiu-se como autêntico tabloide, a exemplo dos congêneres Daily Mirror (inglês) e Paris Jour, e documentou o crime da senhora Kliemann em tom sensacionalista. “Quase toda a redação de Última Hora, inclusive a editoria política e o colunismo social, dedicou-se a cobrir o que ficaria famoso na história do jornalismo gaúcho como um crime insolúvel” (BARROS, 1999, p. 124).

Tal interesse encontra ressonância no que Celito De Grandi (2005, p. 122) relata: “Os jornalistas encarregados da cobertura policial não se limitavam, à época, ao registro dos fatos. Muitos deles se travestiam de investigadores e competiam com inspetores e delegados, na busca de pistas que levassem à elucidação dos crimes”.

Em livro que visou a reconstituir os desdobramentos do Caso Kliemann, com enfoques acerca do trabalho da imprensa daquele período, De Grandi (2010) lamenta o fato de a cobertura jornalística ter abandonado os preceitos básicos do chamado *bom jornalismo*. Ele também colhe arrependimento do jornalista Sérgio Jockymann, autor dos principais textos que, à época, foram publicados na Última Hora:

Nós mentimos muito nos jornais, até que um dia eu parei para pensar e vi que o caso todo tinha sido muito importante na minha vida. Passei a ter maior responsabilidade e me arrependo, sinceramente, do que escrevi.  
(...)

---

<sup>90</sup> Entrevista concedida a Fábio Rausch, em 21 de julho de 2009.

Foi um crime transformado em caso político que reflete muito bem aqueles anos. Uma situação típica da época. Dois lados políticos se devorando, com jornalistas no meio mentindo, com policiais fazendo o mesmo (DE GRANDI, 2010, p. 61).

A 21 de junho de 1962, o Diário de Notícias destaca: “Morta a pancadas a esposa do deputado Euclides Kliemann”. No dia seguinte, Última Hora divulga: “Abalado todo o Rio Grande: Primeira conclusão no Caso Kliemann / Polícia: Não é latrocínio”. Fica claro que, ao furo<sup>91</sup> do primeiro jornal, o concorrente responde com suposto esclarecimento ao crime, já classificado como *caso*, em prenúncio ao que viria.

A possibilidade de o próprio deputado ter sido o autor da morte da esposa, de certo modo, acompanha as coberturas da imprensa, ora a partir de citações taxativas, ora indiretamente. No início, em 26 de junho de 1962, UH não perde tempo: “Para a polícia o marido ainda é suspeito”.

No mês seguinte, dia 23: “Kliemann continua suspeito”. Nesta oportunidade, o jornal prioriza suas próprias percepções sobre o caso e escreve: “Analisando os trabalhos policiais até a presente data, UH chegou a uma conclusão: todas as investigações convergem para uma pessoa. E essa pessoa é exatamente o deputado Euclides Kliemann”. A 31 de agosto, o jornal publica fonograma emitido pelo parlamentar, a fim de desmentir o noticiário.

Em paralelo, nunca deixou de ser cogitada a possibilidade de uma dama estar envolvida no crime, a Dama de Vermelho. Até hoje, perduram controvérsias quanto à identidade da personagem e de como ela teria parado nas páginas dos jornais. Tratava-se de moça da sociedade que poderia esclarecer o crime.

Embora Jockymann<sup>92</sup> garanta haver tirado a personagem das publicações do colunista social carioca Ibrahim Sued, o também jornalista Wanderley Soares<sup>93</sup> lembra que o falecido repórter Leopoldo Silva, do Diário de Notícias, foi quem propôs a dama à reportagem policial, para dar fôlego à cobertura.

Lúcio Hageman, natural de Santa Cruz do Sul, jornalista e professor de Psicologia, além de ex-colega de Leopoldo, à época da cobertura, arremata:

Ele não fazia segredo: o crime teria sido praticado por essa Dama de Vermelho, uma senhora da alta sociedade, viciada no uso de morfina. E Margit Kliemann, por um problema de saúde, fazia uso dessa droga, um produto restrito e controlado. Um

<sup>91</sup> Jargão do meio jornalístico que designa a informação em primeira mão, dada por um veículo antes dos demais concorrentes.

<sup>92</sup> Entrevista concedida a Celito De Grandi, em 10 de junho de 2007.

<sup>93</sup> Entrevista concedida a Celito De Grandi, em 22 de outubro de 2008.



cunhado, médico em Santa Cruz do Sul, fornecia-lhe os meios para conseguir a morfina. E esta senhora, sabendo disso, tratou de se aproximar dela. Em algumas ocasiões, teria conseguido, por intermédio da Margit, acesso à morfina (DE GRANDI, 2010, p. 125).

Esta versão encontra força no título de 23 de junho de 1962: “Dama de Vermelho foi vista saindo do local do crime”, confirmando o pioneirismo do Diário de Notícias, na proposição da personagem à cobertura jornalística de então. A moça, de 18 anos de idade, trajando vestido vermelho, teria saído da residência dos Kliemann, logo depois do assassinato, a bordo de um táxi.

Três dias depois, em “Kliemann admite a existência da Dama de Vermelho”, DN colhe os primeiros frutos dessa criação, pois o deputado, segundo a matéria, “aduziu que sua esposa mantinha relação com grande número de pessoas do sexo feminino”.

A 27 de junho, no DN, em depoimento à polícia, o motorista de táxi, Antonio Gonzáles, o Espanhol, admitiu ter transportado a moça, da residência ao centro de Porto Alegre. Em 28 e 29 de junho, prossegue: “Polícia aperta o cerco em torno da Dama de Vermelho”; e “Recado do Delegado Morais<sup>94</sup> à Dama de Vermelho: Já conheço sua identidade. Apresente-se logo ou serei forçado a intimá-la a depor”. Os títulos de 4 e 5 de julho são cômicos: “Polícia de plantão à porta da casa da Dama de Vermelho”; e “Dama de Vermelho: Polícia bateu na porta errada”.

Esta personagem só ganha maior destaque, em UH, no seguinte título, de 6 de julho de 1962: “Há uma mulher que sabe de tudo”, em alusão à tal dama do *society*, que conhecia Margit. Mesmo assim, em 28 e 30 de junho, chegara a publicar: “Polícia esconde mulher-chave”; e “Polícia entra no *society*”.

Na busca por fazer frente à cobertura do DN, o jornal garante que a suposta moça já teria revelado o segredo que carrega consigo ao marido, sendo que este garantiria manter sigilo. Para UH, é questão de dias para que o nome dela venha à tona.

Em 4 de julho, em “Verdades e mentiras andam de mãos dadas”, Jockymann escreve: “O caso, pouco a pouco, foi tomando forma de folhetim, e, a cada depoimento, só fez aumentar ainda mais a dramaticidade”. A 12 de julho, UH refere: “Dama figura outra vez na sequência do crime”. Diz que, se não presenciou o crime, ela saberia os motivos.

A 7 de julho, o DN reforça a importância da moça do *society* no crime: “Polícia confirma: D. Margit lutou com uma mulher antes de ser morta”. No dia 22, reitera que, desde

<sup>94</sup> Refere-se ao delegado Júlio Morais, que coordenava as investigações sobre a morte de Margit Kliemann.

o início, divulgara a sua existência, e lança novos aspectos: “Vestido da Dama de Vermelho tinha aplicações de pele”. Este trecho da matéria faz com que a mulher, de testemunha presencial, chegue à provável assassina: “(...) confirma-se que a mulher com quem dona Margit lutou para salvar a vida é a mesma dama de vermelho”.

A enorme manchete de UH, em 26 de julho, responde às referências do DN, feitas quatro dias antes, de que o vestido da Dama de Vermelho tinha aplicações de pele. Em “Mulheres de *vison* têm álibi”, UH é ainda mais perspicaz, pois afirma que, após 15 dias de investigações, a reportagem constatara a existência de oito casacos de *vison* na capital gaúcha, mas preferiu não divulgar as donas das peças. Alertou que nenhuma delas trajava o modelo, incompatível com a chuva do dia do crime.

A insistência na Dama de Vermelho segue ao longo dos meses subsequentes. A 25 de agosto, Sandra Ribas, uma ex-dançarina de boate da capital, surge como possível identidade da moça suspeita. UH publica: “Dama de gorrinho vermelho foi presa”.

No mesmo dia, ela ganharia a liberdade a partir de um *habeas-corpus*. Cinco dias depois, UH comenta: “Como se sabe, a polícia tem informações segundo as quais a jovem e bela Sandra Ribas manteve relações íntimas com o deputado Euclides Kliemann, embora tanto ela quanto o parlamentar neguem, com veemência, tais informações”. Surge, assim, o viés de cumplicidade entre dois personagens suspeitos do crime.

O DN também abraça esta última proposta, como fica evidenciado nos títulos de 2 e de 12 de setembro: “Sandra, a jovem do gorro vermelho, conta sua odisséia: Conheci o deputado Kliemann e uma vez dancei com ele. Foi só!”; e “Polícia busca enquadrar Sandra no crime do palacete: Seria a Dama de Vermelho”. Mas esta hipótese ganha um balde de água fria: ruim para o caso; bom para a cobertura.

Em 18 de outubro, o DN mostra-se impaciente com a suposta falta de colaboração do motorista de táxi, ao informar: “Antonio Espanhol não reconheceu em Sandra a Dama de Vermelho”. No mesmo dia, UH é taxativo: “Sandra livre”. E arremata: “Com Sandra afastada do caso, a Delegacia de Segurança Pessoal retorna, uma vez mais, para a estaca zero”. A personagem seria citada novamente, por ambos os jornais, mas, não com igual capacidade para gerar maiores desdobramentos.

Por mais que a tal dama não deixe o noticiário, está claro a tentativa de UH de ligá-la a Kliemann, posição que não é muito diversa da adotada pelo DN. Assim, seja pelo envio de notas ou por meio de manifestações públicas, o deputado não deixará de expor o seu

desconforto para com as proporções que as investigações ganham na imprensa. É emblemático o discurso que proferiu na tarde de 25 de outubro de 1962, na Assembleia Legislativa, assim publicado no dia seguinte: “Dep. Kliemann pede a degola de Júlio” (UH) e “Deputado Kliemann pediu ao secretário de segurança afastamento de Júlio Moraes” (DN). Eis, os principais trechos das matérias de ambos os periódicos que datam de 26 de outubro de 1962:

Foram, entretanto, quatro meses em que meu nome e o nome de minha família serviram de repasto com que se regalaram os maus, os torpes, os infames. Nem mesmo o nome e a vida de minha esposa foram poupados. Órgãos de imprensa, que não cito por serem demais conhecidos, fizeram de nossa tragédia exploração sensacionalista. Primeiro, o sensacionalismo. Depois, vieram as insinuações. E não demoraram a infâmia e a calúnia. E este que ora vos fala, ferido tão profundamente, não encontrava forças para reagir. (...) Mas, se é imensa a mágoa que sinto pela atitude assumida por certos jornais, não posso também deixar de reconhecer que o responsável por grande parte do que foi publicado era a própria autoridade que chefiava as investigações. (...) Vi, como todos viram, que todas as medidas tomadas não o eram no sentido do esclarecimento real da tragédia, mas, sim, uma tentativa para incriminar, de qualquer forma, a este que ora se encontra diante de vossas excelências.

Um terceiro suspeito não deixa de ser arrolado pela polícia. Trata-se do sobrinho do ex-parlamentar, filho de uma irmã sua, Luiz Fernando Kurth. Usuário de entorpecentes, ele costumava se envolver em pequenos furtos, vindo a falecer em meados da década de 1980. Os jornais Diário de Notícias e Última Hora divulgam sua prisão preventiva, realizada poucos meses após o crime. A prova maior seriam roupas sujas de sangue que ele teria dispensado em lavanderia da cidade, um dia após a morte de Margit.

Em oportunidade diversa, trabalhou-se sob a orientação da hipótese da *agenda setting*<sup>95</sup>, quando se apontou dois fatos que teriam consolidado a ideia de culpa pela morte de Margit, em Euclides Kliemann, sendo o último, fatal.

No primeiro episódio, a 30 de agosto de 1963, também na Assembleia, ele quase agrediu o deputado Lamaison Porto (PTB). Em discussões políticas, Porto declarou: “Vá cuidar de seus problemas. Vossa Excelência tem muito que provar”.

Na tarde do dia seguinte, na rádio Santa Cruz, em Santa Cruz do Sul, cidade natal de Kliemann, após uma palestra em que defendia as políticas do PSD, no município, o parlamentar teve as suas declarações rebatidas pelo vereador local Floriano Peixoto Karam

<sup>95</sup> Ver: RAUSCH, Fábio. “O Caso Kliemann e a hipótese do agendamento entre o Diário de Notícias e a Última Hora”. In: GP Teoria do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009.

Menezes, do PTB. Quando este falou: “O deputado Euclides Kliemann é o principal suspeito da morte de sua esposa, dona Margit Kliemann”, o acusado levantou-se da sala onde estava, foi até a cabine de locução, abriu a porta e gritou: “Essa não”. Surpreendido, Karam sacou do revólver que portava e disparou uma bala junto ao coração de Kliemann.

Na sequência, DN publicou: “Kliemann morre protestando sua inocência na morte de D. Margit”; e UH: “Kliemann sepultado ao lado de Margit”.

### 5.1.1 Última Hora

a) **Matéria 1 (Última Hora)**: “Polícia sabe quem matou Dona Margit” (13 de julho de 1962):

À perturbação do *fait divers* que se arrasta desde o dia do crime, contra Margit Kliemann, na tarde de 20 de junho de 1962, ou seja, quem seria o autor do assassinato, cujo esclarecimento, por consequência, desfaria o mistério causal, Última Hora responde com esta manchete bombástica. Ao mesmo tempo, contudo, reforça o mistério e a dita perturbação, porque, embora saiba, a polícia, na linha de raciocínio proposta pelo periódico, não estaria querendo revelar a identidade do suposto autor.

Sem referir quem presta os dados que embasam o seu tom analítico, o jornal prefere atribuir as informações a uma fonte fidedigna, cujo nome não pode ser revelado. A abertura da matéria é sensacional:

A polícia já sabe quem matou dona Margit. A revelação não foi feita oficialmente, por julgar a Delegacia de Segurança Pessoal que o pedido de prisão preventiva, para pleno convencimento do juiz, deve seguir com mais algumas provas técnicas e materiais que deverão ser concluídas dentro dos próximos dias. A informação veio de fonte fidedigna, que não pode ser revelada, mas que acompanhou todo o trabalho da polícia, desde o dia do crime.

Pela narrativa, cada parágrafo origina um intertítulo para que, didaticamente, o leitor entenda cada fator encadeado na pressuposição de que a revelação do autor da morte de Margit seria questão de poucos dias.

O posicionamento editorial é feito, inclusive, à revelia do próprio delegado que chefiava as investigações: “Embora o delegado Júlio Morais só, na semana passada, tenha dito

que a Polícia havia descoberto uma pista promissora, na realidade, essa pista já estava sendo investigada há duas semanas”. Assim, a polícia só estaria aguardando a coleta de mais provas, para levar a cabo a revelação.

Outra vez, o periódico refere a impossibilidade de revelar nomes. Diz que, para proteger as provas, a polícia propôs, publicamente, outras investigações, ainda que soubesse que estas não dariam resultado.

Para alcançar a suposta prisão preventiva do culpado, a polícia teria se baseado em exames técnicos. “Donde não houve a necessidade de exumação do corpo”, uma das conclusões a que chega o texto, ao enfatizar a importância de outros exames, os de sangue. O jornal avança nos seus palpites:

Com portas fechadas, a Polícia trabalhou vários dias no palacete da morte, realizando o levantamento de impressões palmares (mãos) e plantares (pés) que existiam dentro da casa. Embora, de início, a Polícia se mostrasse evasiva a respeito e desse a entender que o levantamento tinha produzido muito pouco ou quase nada, a verdade foi outra. Mesmo dentro da confusão, surgiu uma série de provas que confirmavam as já existentes e revelavam quem tinha assassinado dona Margit.

O jornal também acredita que a polícia julga ser difícil juntar a arma do crime às provas existentes, embora ainda haja a possibilidade de o artefato ser encontrado antes do pedido de prisão preventiva. O verbo *trucidar* e o advérbio *barbaramente* dão a tônica de sensação:

Por outro lado, com os elementos que já possui, a Polícia julga que pode dispensar, pelo menos, por enquanto, a arma do crime, para conseguir que o juiz defira o pedido de prisão contra a pessoa que trucidou, barbaramente, Margit Kliemann.

Feitas as colocações do processo de busca pelo assassino, o periódico afirma categoricamente: “Quem matou dona Margit foi uma pessoa de destaque”. Garante que a hipótese está confirmada: “É, justamente, o destaque dessa pessoa e o conseqüente escândalo que a revelação da autoria vai provocar que fazem com que a Polícia estabeleça uma cortina de silêncio”.

Aparentemente convicto de sua tese, o periódico justifica que trouxe o assunto à tona após entender que, ao fazer isso, não prejudicaria o trabalho da polícia. A narrativa encerra-se com a antecipação de resposta, em caso de negativa dos investigadores às informações recém-transmitidas:

Mesmo que a DSP [Delegacia de Segurança Pessoal] se recuse a confirmar, oficialmente, a notícia, o pedido de prisão preventiva servirá de confirmação e, nele, as provas estarão somadas e alinhadas da forma como foi dito. E o pedido de prisão preventiva será a confirmação integral de nossa reportagem. Por enquanto, todos jurarão, de mãos juntas, que não sabem nada. Chefe de Polícia dirá que nada sabe. O delegado Júlio Morais, *idem*. O comissário Vitorino Vargas será capaz de tirar o cachimbo da boca e dizer, com toda tranquilidade, que isso é invenção do jornal.

D) Nível de *sensacionalização* da matéria 1:

I-a) *Estrutura*: o jornal demonstra clara posição de, por assim dizer, competir com a polícia, nos apontamentos acerca da busca pelo autor do assassinato de Margit Kliemann. Aposta numa improvável fonte fidedigna, cuja identidade não pode ser revelada, para embasar as informações que julga serem mais verdadeiras que as da própria polícia. Tal engajamento competitivo com fontes oficiais não está previsto nos fundamentos do jornalismo. Não há dúvida quanto à tentativa de depreciar eventuais posicionamentos da polícia — são contempladas as estruturações: *distorção, imprecisão e pejorativo*;

I-b) *Características*: a matéria é sensacional, pois elenca subsídios para um possível desfecho do crime que a gerou. Ao dizer que a polícia já saberia o nome do autor, o texto exagera nas possibilidades de tal confirmação. Esse sensacionalismo é confirmado pelos próprios problemas de estruturação do texto, já apontados — são contempladas as caracterizações de *sensacional, sensacionalismo e sensacionalista*;

I-c) *Temática*: a matéria não escandaliza, tampouco, problematiza algum tabu — *crime e morte* são as temáticas;

I-d) *Elementos*: ao afirmar que a polícia propôs investigações paralelas, mesmo sabendo que estas não dariam resultado algum, o jornal não deixa de ofender a credibilidade do trabalho policial. Como se disse, o emprego do verbo *trucidar* e do advérbio *barbaramente* dão tônica de sensação ao texto, o que não deixa de, também, ligá-lo a algo de trágico. A rotulação *palacete da morte* caracteriza um estereótipo, ao reduzir uma residência familiar a esta designação. O jornal sustenta ideias preconcebidas, mesmo que à revelia da fonte oficial, e sem claros subsídios para o contraponto pretendido. Quando desdenha de possíveis desmentidos dos investigadores ao que acabara de informar, a matéria os ridiculariza — estão contemplados: *calúnia, emoção, estereótipo, exagero, preconceito, ridículo, sensação e trágico*;

**b) Matéria 2 (Última Hora): “Polícia insiste com Kliemann” (23 de julho de 1962):**

O texto inicia adjetivando o trabalho da polícia, nas investigações em torno do Caso Kliemann, pois o classifica como “um papel bizarro de espectadora diante do noticiário de todos os jornais”. A matéria assume tom analítico e critica a condução das investigações:

Consegui [a polícia], mesmo com mais habilidade diplomática do que policial, convencer a Assembleia Legislativa de que se mantém absolutamente imparcial e que não fala para não incriminar A ou B ou prejudicar esse ou aquele. Essa é a atitude oficial da polícia, muito diversa da outra atitude, revelada pelas investigações.

Na sequência, é referido que, até então, a polícia tinha feito o deputado Kliemann alvo de todas as investigações. Prossegue, também, a crítica de que, ao invés de se preocupar com o crime, ela se interessa pela vida pregressa do casal Kliemann.

Ao comentar que Euclides Kliemann foi ouvido pela terceira vez, o jornal garante que 95% das perguntas já haviam sido feitas no primeiro depoimento. O detalhe é que não existe menção a fonte policial que embase esse índice. “Só pode haver uma finalidade: a polícia pensou que, com um novo depoimento, o deputado poderia cair em contradição”, escreve a reportagem.

A utilização de adjetivos prossegue, acompanhada por acúmulo de interrogações. A essas, a própria matéria responde com novas interrogações ou ironias, de evidente teor opinativo. Expõe nova conclusão analítica: “Porque, até agora, a polícia tem feito o deputado Kliemann alvo de todas as investigações, suspeito único, contra quem devem ser coligidas todas as provas”.

O texto sustenta, com base em suposições próprias, sem qualquer referência a fontes, o que denomina de *teoria do triângulo*: uma dama que presencia o crime, a que é assassinada e o cavalheiro. E assevera: “O assassino só pode ser o cavalheiro”. E questiona: “E quem?”. E responde: “Nem é preciso responder”. Dada a sua posição editorial, procura transferir a responsabilidade pela desinformação: “No entanto, a polícia insiste em dizer que não está acusando o deputado Euclides Kliemann. Quem, então? Quem mais sobra?”.

A reportagem também supõe existir um enfrentamento entre a polícia e a imprensa, incluindo, sem dúvida, a própria Última Hora. Depois, questiona o porquê de o Caso Kliemann receber maior atenção que outros semelhantes:

A tática policial de enfrentar a imprensa é muito estranha. Primeiro, fala em não prejudicar as investigações. Depois, não quer provocar escândalo. Em seguida, diz que precisa se munir de muitas provas. Ora, aí está o caso do Posto do Avião para servir de paralelo. Onde está a cautela? Um rapaz inocente foi preso com grande alarido. Por que justamente cautela no caso Kliemann? Porque o suspeito é importante. Mas que outra pessoa importante existe no caso? O curioso é que a polícia fica muito espantada, quando é acusada de fomentar suspeitas.

Vêm à tona, segundo o próprio jornal, as quatro hipóteses iniciais da polícia, acerca do teor do crime contra Margit: crime político, latrocínio, vingança ou passional. Não é um jurista, tampouco, advogado criminalista, quem diz isso:

E afastou logo a primeira hipótese: latrocínio não foi. E quase imediatamente afastou a terceira: não foi vingança. Sobra o quê? Crime passional. Mas, se a esposa é assassinada, quem é o suspeito número um? O marido. E volta a teoria do triângulo que sempre está em primeiro plano para a polícia. Em todos os triângulos que a polícia tentou compor, o marido é sempre o vértice culpado.

Posteriormente, a narrativa conta que a polícia nega ser o deputado o principal suspeito, ao mesmo tempo em que garante que ela faz todas as investigações andarem em volta do parlamentar. O que está em jogo é uma teoria e a consequente conclusão:

Nega [a polícia] que esteja seguindo este caminho e só se preocupa com ele. Diz uma coisa e faz outra. Inclusive, o silêncio da polícia, a falta de notas oficiais, tudo isso se encaixa dentro da teoria, porque aí todas as notícias teriam uma só finalidade: pressionar o deputado. Até mesmo o mistério dos depoimentos, aquele cuidado furioso em proteger as testemunhas, parece apenas visar a aumentar essa pressão. Das duas, uma: ou a polícia é ingênua ou é maliciosa. E se é maliciosa, está agindo com uma ingenuidade fantástica.

Embora não integre o texto analisado, vale inserir, a título de esclarecimento, o comentário situado na capa da presente edição, que serviu como chamada para a matéria em questão. Este trecho explícita, ainda mais, a posição editorial de Última Hora:

Analisando os trabalhos policiais até a presente data, UH chegou a uma conclusão: todas as investigações convergem para uma pessoa. É essa pessoa é exatamente o deputado Euclides Kliemann. A polícia só tem uma preocupação, que pode ser despiste: checar o depoimento do deputado.

## II) Nível de *sensacionalização* da matéria 2:

II-a) *Estrutura*: as informações apresentam-se sem base em fontes, com o intuito de firmar posição, o que seria mais adequado para um espaço editorial, e, não, para uma reportagem. Fica claro, aqui, um viés mais opinativo do que



interpretativo. Adjetivos como “papel bizarro” depreciam o trabalho da polícia — os verbetes *distorção*, *imprecisão* e *pejorativo* estão contemplados;

II-b) *Características*: ao propor uma teoria de triângulo envolvendo a vítima, Margit, o deputado Euclides Kliemann e a suposta Dama de Vermelho, o jornal, claramente, faz emergir níveis de *sensacionalização* da narrativa. Cria-se uma trama que cerca o enigma causal do assassinato — *sensacional*, *sensacionalismo* e *sensacionalista* estão evidenciadas;

II-c) *Temática*: a matéria foi estruturada para relatar desdobramentos cujas bases, contudo, situam-se no âmbito das suposições. O trabalho policial, bem como, a sua relação com o próprio deputado suspeito e a imprensa, assume caráter escandaloso, por suposto mau exemplo que a polícia estaria dando, em termos de condução das investigações. O tabu fica evidenciado na possível transgressão moral que se confirmaria, caso o marido fosse o responsável pela morte da esposa, tese esta que, habilidosamente, o texto procura estruturar — *crime*, *escândalo*, *morte* e *tabu* são as temáticas contempladas;

II-d) *Elementos*: fica tácito um teor de calúnia, ao se tentar incriminar o deputado Kliemann, pela morte da esposa. Há exagero no emprego de adjetivos e na depreciação às investigações, em torno do caso. As ideias preconcebidas são evidentes, ao passo que a tal “teoria do triângulo” expõe a polícia ao ridículo. Ao cabo da matéria, dois estereótipos são formados: a polícia é incompetente; e o marido, o culpado — são contemplados cinco elementos: *calúnia*, *estereótipo*, *exagero*, *preconceito* e *ridículo*.

### **5.1.2 Diário de Notícias**

c) **Matéria 3 (Diário de Notícias)**: “Carta escrita em alemão (de Santa Cruz) confirma depoimento da médium à polícia” (24 de julho de 1962):

A finalidade do texto é noticiar o surgimento de carta que sustenta a versão de uma das fontes ouvidas pelo jornal, sobre as investigações em torno da morte de Margit Kliemann. Sustenta versão da médium esotérica Alda Marina Lopes Saraiva, de que haveria uma testemunha do crime, amiga íntima e confidente da assassinada:

Conforme noticiamos, tal pessoa, de acordo com as declarações da médium esotérica Alda Marina Lopes Saraiva, teria acompanhado a esposa do deputado Euclides Klimenan em sua visita ao bazar da astróloga, um dia antes de ser assassinada, ocasião em que revelou, amedrontada, que sabia que seria morta e que o criminoso tentaria simular um acidente, para encobrir o crime e confundir a polícia.

O periódico conta que o inspetor Antoninho, da DSP (Delegacia de Segurança Pessoal), havia ido ao bazar de Alda Marina, a fim de esclarecer questões levantadas por ela e propor a identificação de pessoas amigas do casal Kliemann, por meio da exibição de fotos. O investigador teria a expectativa de que a esotérica apontasse a pessoa procurada.

A partir de então, o enredo baseia-se numa tal fonte digna para reforçar as declarações da médium, cujas versões parecem, de certo modo, agradar ao jornal. Entra em cena um suposto missivista alemão:

Outro fato que veio a reforçar o rumo das investigações policiais nesse sentido refere-se a uma carta anônima que, ontem, a polícia recebeu. Soubemos de fonte digna que chegou às mãos do Delegado Júlio Moraes uma carta escrita em alemão, postada em Santa Cruz do Sul, na qual o missivista faz referências aos mesmos fatos que a sra. Alda Marina revelou às autoridades, dizendo que tinha ouvido dos lábios de dona Margit, quando de sua visita na véspera do dia do crime, em seu bazar.

O remetente dessa dita correspondência não é identificado. De toda maneira, ao caracterizá-lo como alemão e oriundo de Santa Cruz, o jornal dá força a sua figura. Trata-se da cidade natal dos Kliemann e do idioma de origem da família.

Segundo o Diário de Notícias, ao traduzirem a carta, as autoridades teriam percebido o detalhamento de pormenores que, até então, só eram de conhecimento da própria polícia.

O jornal acrescenta que, ao término da sua redação, o tal missivista, que teria assinado, somente, com as iniciais do seu nome, havia declarado que ficaria aguardando o desenrolar dos acontecimentos. “Mas, se for necessário, não se importará com os transtornos que sua atitude lhe poderá causar e sairá do anonimato dizendo, publicamente, tudo quanto sabe”, registra.

### III) Nível de *sensacionalização* da matéria 3:

III-a) *Estrutura*: os trechos “conforme noticiamos” e “soubemos de fonte digna” contrariam a própria natureza do gênero *reportagem*. Quebra-se o princípio da objetividade jornalística, pautada na terceira pessoa do singular, e abre-se margem para a primeira pessoa do plural, característica mais condizente com editoriais e outros formatos opinativos. Além disso, a própria não identificação

de quem informou sobre a chegada da carta à polícia e a ausência da identidade do tal missivista alemão quebra outro princípio não só do gênero, mas da própria finalidade do jornalismo, qual seja: informar baseando-se em fontes. A sustentação à versão da esotérica, por meio de fontes não identificadas, dá margem a exercícios textuais que extrapolam o próprio viés interpretativo, até possível em uma reportagem genérica. Ou seja, o contexto, proposto nessa abordagem, deixa claro uma tomada de partido, pela qual o periódico fixa uma posição editorial a partir de texto cujo gênero pressupor-se-ia informativo, estrito senso — são contempladas as estruturações: *distorção* e *imprecisão*;

III-b) *Características*: o texto não chega a provocar um sensacionalismo escandaloso. No entanto, dá margem à curiosidade em torno do conteúdo da carta e das possibilidades de haver uma pessoa que sabe mais do que, supostamente, está revelando acerca do crime em questão. Além disso, as declarações da médium sobre o que Margit teria falado, em tom de desabafo, quando da sua consulta, são sensacionais, pelo puro e simples fato de terem sido reproduzidas na matéria — *sensacional*, *sensacionalismo* e *sensacionalista* estão contemplados;

III-c) *Temática*: a matéria não escandaliza, tampouco, problematiza algum tabu — *crime* e *morte* são as temáticas;

III-d) *Elementos*: tem-se, aqui, o curioso estereótipo resultante da fabricação das fontes ideais. Alemão, oriundo de Santa Cruz, o missivista, embora não seja identificado, não só já sabe a respeito do que está sendo debatido no âmbito policial, como ameaça revelar algo que ainda permanece encoberto. Do seu turno, a médium tem as suas versões reiteradas pelo tal missivista. Há, assim, um quê de sensação, mas, no campo da curiosidade, como se disse. Na própria declaração da médium, sobre a suposta consulta com Margit, residem a intensidade de sensação da matéria e o viés trágico da personagem assassinada — estão contemplados: *emoção*, *estereótipo*, *exagero*, *sensação* e *trágico*;

**d) Matéria 4 (Diário de Notícias):** “Antônio Espanhol não reconheceu em Sandra a Dama de Vermelho” (18 de outubro de 1962):

É sabido que, para o Diário de Notícias, a morte de Margit Kliemann passa por uma dama de vermelho, tanto que foi o periódico o responsável por trazer a personagem à baila das investigações. Ao ver frustrada a possibilidade de encaixar Irene Ribas (também conhecida

como Sandra) no papel, o jornal demonstra inconformismo, como fica evidenciado no decorrer da narrativa.

A cada acontecimento, atribui-se um qualificador. Para o jornal, o interrogatório a que Sandra se submeteu foi *pesado*. Segundo o periódico, nada de positivo ficou provado contra ela. Logo, incriminá-la, conforme o incongruente teor editorial desta notícia, seria o ideal, na visão da matéria, que não consegue disfarçar o lamento:

Sandra, ontem, pela manhã, quando submetida ao terceiro interrogatório, manteve-se na negativa, dizendo que jamais conheceu o deputado Euclides Kliemann e de nada sabia com relação ao assassinato da sra. Margit Kliemann. Todas as armadilhas e ardis preparados pelos investigadores da DSP [Delegacia de Segurança Pessoal] foram infrutíferos para colher Sandra numa contradição e enredá-la no inquérito. A moça, falando pouco, porém, com grande segurança, conseguiu passar pela astúcia do delegado Júlio Morais, sem se comprometer.

Em seguida, o Diário de Notícias dá a entender que conversou com o policial responsável pelas investigações, o delegado Júlio Morais, de quem recebeu o parecer de que as declarações de Sandra poderão auxiliar no decorrer das investigações.

Por outro lado, quando o investigador nega-se a responder, o jornal busca em uma dita fonte segura versões complementares. Insatisfeito com a negativa em torno de Sandra, o periódico classifica o resultado de suposta acareação entre Sandra e o motorista de táxi Antonio Gonzales, o Espanhol, como desanimador, ao mesmo tempo em que não se conforma com o fato de o taxista não reconhecer, nela, a identidade da Dama de Vermelho. Portanto, outra decepção:

O delegado Júlio Morais não quis confirmar, nem desmentir, a pergunta que lhe fizemos: se, ontem, pela manhã, por ocasião da sua última entrevista com Sandra, procedeu a uma acareação entre ela e o motorista Antonio Gonzales, o ‘Espanhol’, que conduziu, em seu táxi, a misteriosa ‘Dama de Vermelho’, da casa dos Kliemann para o centro da cidade, na tarde do dia do crime. Entretanto, colhemos de fonte segura que, assim, foi feito e os resultados obtidos foram desanimadores. Pelo que soubemos, o motorista Antonio ‘Espanhol’ está muito ‘esquecido’ a respeito do caso. Ontem, depois de deparar com Sandra, dominou o nervosismo, titubeou e gaguejou uma afirmação: ‘Não é esta a minha passageira daquela tarde’.

De toda maneira, o delegado também se mostra inquieto, diante da suposta falta de lembrança dos fatos, por parte do taxista, no que tange aos instantes posteriores ao assassinato de Margit. De forma irônica, Morais não frustra, por completo, as esperanças do Diário de Notícias: “Espera, apenas, aquela autoridade [o delegado] que se concretizem certas provas

que estão coligindo em investigações demoradas e trabalhosas para, então, com bases sólidas, voltar a conversar com a ex-bailarina da boate Riviera”.

IV) Nível de *sensacionalização* da matéria 4:

IV-a) *Estrutura*: não cabe à imprensa formular teses e, tampouco, ficar insatisfeita quando tais não se confirmam. A dita fonte segura, que confirma o que o delegado Moraes não dissera, parece, muito mais, um artifício para o jornal sustentar as suas próprias suposições, sobre o desenrolar das investigações do Caso Kliemann. O uso da primeira pessoa do plural, ao invés da terceira do singular, quebra outro princípio fundamental da notícia. Ao ironizar o suposto esquecimento do taxista, quanto aos momentos posteriores ao crime de 20 de junho de 1962, o periódico não deixa de depreciar o papel desempenhado por esse depoente — são contempladas as estruturações: *distorção, imprecisão e pejorativo*;

IV-b) *Características*: o tom de inconformismo da matéria, em torno dos resultados dos últimos depoimentos aos investigadores do Caso Kliemann, gera certa *sensacionalização*. Se a Dama de Vermelho é a figura-chave para desvendar o crime conta Margit, e, ao mesmo tempo, a revelação de sua identidade fica postergada, então, a perturbação causal desse *fait divers* ganha mais fôlego, sobretudo, porque o Diário de Notícias dá indícios de que Sandra ainda voltará a depor. Se fosse tratada como uma notícia formal, muito provavelmente, esse não reconhecimento da suposta dama não seria narrado com tanto alarde. Há, apenas, um interesse nesse caso, vivificar o estereótipo de culpa na ex-dançarina. É uma tentativa de confirmar uma tese editorial do periódico — *sensacional, sensacionalismo e sensacionalista* estão contemplados;

IV-c) *Temática*: A revolta, evidenciada na presente narrativa, chega ao ponto de escandalizar o fato de o taxista não reconhecer, em Sandra, a tal Dama de Vermelho — *crime, escândalo e morte* são as temáticas;

IV-d) *Elementos*: como se disse, o jornal quer sustentar o estereótipo de culpada pelo crime, em Sandra, que encarnaria a Dama de Vermelho, suposição da própria folha. Não deixam de serem calúnias as ironias de que a narrativa se vale, para questionar a suposta falta de colaboração, por parte do taxista. A consequência é o descrédito imputado às suas declarações, no sentido de ridicularizá-lo. A convicção do jornal, acerca de Sandra como sendo a Dama,

caracteriza ideia preconcebida — estão contemplados: *calúnia, emoção, estereótipo, exagero, preconceito, ridículo e sensação*.

## 5.2 CASO DAUDT

Outro conhecido crime insolúvel, na história política do Rio Grande do Sul, chama-se Caso Daudt. O fato remonta à noite de 4 de junho de 1988, um sábado, quando o deputado estadual, pelo PMDB, José Antônio Daudt foi assassinado, no momento em que cruzava o portão de entrada do edifício onde residia, no bairro Moinhos de Vento, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Alvejado no peito, ele ainda seria encaminhado ao Pronto Socorro. Conforme a edição de Zero Hora da segunda-feira subsequente ao crime, o parlamentar morreu à 0h40 da madrugada de domingo.

Desde as 20h30 daquela noite, um carro cinza, modelo Monza, estava estacionado à Rua Quintino Bocaiúva, quase esquina com a Rua Marquês do Herval. Um homem de barba grisalha e rala, sem bigode, de jaqueta de couro preta e calças brancas, situava-se no interior daquele veículo. Ficaria fumando até as 22h15, quando Daudt passaria com o seu Monza, em direção ao estacionamento do posto que distava 20 metros da sua residência.

Enquanto Daudt atravessava a rua, o desconhecido o observava, atento. Continuou atento ao ver o deputado abrir o portão de ferro que ainda hoje protege o Edifício Cristine, onde morava. Daudt puxou da caixa de correspondência a edição dominical do jornal Zero Hora e, de costas, bateu o portão, sem fechá-lo. Nem bem o aço da fechadura beijou a grade e um turbilhão de balins de chumbo, num estrondo, explodiu de um dos canos da 12, vergastou as folhas das dracenas na calçada e fez saltar uma fatia do gradil. Daudt virou-se, surpreso, e, com o revólver na mão direita, ele, que era canhoto, esboçou uma reação. Antes de colocar-se em posição de tiro, a 12 vomitou outra chuva de balins que rasgaram-lhe o pulmão esquerdo, dilacerando-lhe a veia cava superior, o tronco da artéria pulmonar e o miocárdio do ventrículo esquerdo. Daudt cambaleou (COIMBRA, 1993, p. 12).

Essas descrições resultam de revisão no livro do jornalista David Coimbra (1993), responsável pela obra de maior vulto, já produzida acerca daquele fato. Na reconstituição do crime, ele procura dar voz ao principal suspeito da morte de Daudt, o seu ex-colega de bancada, o também deputado peemedebista Antônio Dexheimer, que chegaria a prefeito de Erechim, no limiar dos anos 1990.

Em **Dexheimer: 800 noites de junho**, Coimbra (1993) tenta derrubar a tese de que Dexheimer seria o autor da morte de Daudt. Antes, cabe pontuar alguns dos fatores que incrustaram, em Dexheimer, a culpa pelo assassinato.

É no velório daquele correligionário que Antônio Dexheimer fica sabendo já estar elencado como o suspeito número um da tragédia, mediante denúncia levantada por Vera Mincarone, sua ex-mulher e irmã do deputado federal, também peemedebista, Paulo Mincarone.

O motivo seria ciúmes devido à proximidade dela com Daudt. Dexheimer também tinha um Monza, modelo popular da época. Supostamente, ela vinha se mostrando interessada pelo parlamentar morto, mas, de confirmado, o que havia entre ambos seria amizade, até porque, decorrido o fato, vem à tona a homossexualidade de Daudt.

Para manter um acompanhante consigo, Daudt veio a inventar suposto filho. Era o manequim Toni Russo, a quem conheceu ao se exercitar, aos sábados, no Parcão, situado no bairro onde morava.

A questão do homossexualismo, sobretudo, consistirá no tabu íngreme desse caso. Precisa ficar claro que Daudt encarnava o estereótipo do gaúcho macho, irritadiço e inconformado com os problemas que assolavam a Segurança Pública do estado. Tanto era assim, que não poupava das críticas, sequer, o governador Pedro Simon, também do seu partido e responsável pela inserção de Daudt na política.

Com passagens por veículos de comunicação de Porto Alegre, ficou emblemático o tal soco na mesa, quando o também radialista registrava o ápice de inconformismo com falcatruas estatais e privadas, durante comentários no programa *Portovisão*, da antiga TV Difusora. Ele também atuou na Rádio Gaúcha.

A cada denúncia, literalmente berradas em frente às câmeras, cerrava o punho e desferia um violento golpe na mesinha do estúdio. Um inocente e estratégico copo d'água que repousava nas proximidades saltava com o impacto, eletrizando os telespectadores (COIMBRA, 2003, p. 5).

Cerca de dois anos preenchem o hiato entre o dia do crime e o julgamento final de Dexheimer, iniciado em 20 de agosto de 1990, se estendendo até as 2h15 da madrugada de 23 de agosto daquele ano, uma quinta-feira. O Pleno do Tribunal de Justiça o absolve por 14 votos a sete. O advogado de defesa, o famoso criminalista Oswaldo de Lia Pires, alcança a maior consagração profissional com essa vitória, no Caso Daudt.

Antes disso, o réu ainda amargaria episódios desconfortáveis. Um deles deu-se no julgamento de 19 de maio de 1989. A surda-muda Lindóia Gonçalves aponta-lhe o dedo e indica ser ele o matador de Daudt, que houvera visto no dia do crime, já que residia no edifício ao lado daquele onde morava o ex-parlamentar. Três intérpretes intermediaram o depoimento de Lindóia.

Argutamente, Lia Pires encontrou contradições no depoimento da testemunha. Então, valeu-se de programa de computação gráfica, o mesmo utilizado pela televisão, como recurso de tira-teima. O mecanismo ficaria famoso por apontar erros irrefutáveis de arbitragem, em jogos de futebol.

Áudio de transmissão radiofônica, acessado junto ao Arquivo Sonoro da Rádio Guaíba, reproduz trechos da peça de defesa de Lia Pires. Por meio do recurso, com imagens tridimensionais, o advogado tentou provar que, a partir do ponto de onde Lindóia garantia ter visto saírem os tiros, Daudt, em hipótese alguma, haveria de ser atingido pela segunda bala, na altura do peito, tampouco, a primeira teria acertado a fechadura. Mas, com efeito, levando em conta o campo de visão da surda-muda, a segunda bala teria pego o crânio do deputado.

Segundo consta do arquivo de áudio pesquisado, assim Lia Pires descreve a sequência de imagens, exibida em um telão:

Vou mostrar como era impossível que esta mulher enxergasse, como é incrível e inverossímil, a trajetória da bala, se o tiro tivesse sido como ela disse, frente a frente. Teria tirado o felpo da cabeça de Daudt. Teria atingido em cheio. Jamais, a um metro e dez de altura. (...). Aqui, está, na tridimensional, aquilo que a Lindóia diz que viu: um homem saiu do automóvel. Um homem alto e magro, com uma arma que precisou as duas mãos. Chegou na frente do portão e disparou os dois tiros. Aonde teria acertado os tiros, se essa versão fosse real? Olha, a cabeça de Daudt, ali. Aqui, está Daudt, um metro e setenta e cinco. E, aqui, está o portão, a um metro e dez. Consequentemente, um tiro disparado por alguém que tenha um metro e oitenta de altura, deve dar um metro e sessenta, porque baixa vinte centímetros para colocar no ombro. E, no momento em que coloca no ombro, e atira, lá, está a dispersão do chumbo e aonde atingiria. Jamais, poderia, em hipótese alguma, atingir a fechadura do portão, que está ali. Jamais, poderia, de forma alguma, pegar as mãos do Daudt, o cotovelo de Daudt, o peito de Daudt.

Na parte final de sua explanação, o advogado critica o inquérito policial, presidido pelo delegado Ben Hur Marchiori. Para Lia Pires, as suposições do documento não deixam dúvida quanto à falta de sustentação, para as possíveis provas de acusação a Dexheimer:

Diz o delegado Ben Hur, depondo: ‘(...) parece que o deputado já não estava no local, quando o Azevedo, covardemente, chamou a polícia’. (...) Não é não estava. Parece. Mas, continua. Falando sobre a perícia no automóvel: ‘se me recordo, por



ocasião, na perícia, no carro, houve prejuízo da mesma, uma vez que o réu já teria lavado o veículo'. Se me recordo. Não tem se me recordo. Ele não sabia se tinha sido lavado ou não. (...). Depois, a hora do crime (...). Olha o que ele diz: 'a nosso juízo, foi às 22h18 (...)'.  
 O criminalista comenta que, a partir das 22h, o deputado Dexheimer encontrava-se sentado, à frente de uma lareira, conversando com o casal Marcos e Maria Alice Arcoverde. De acordo com Lia Pires, Marcos Arcoverde declarou, em juízo, ter visto o relógio marcar 22h, ao perceber o momento em que o deputado chegava em casa. "Isso é prova. Isto não é parece, eu penso, eu imagino, nem eu não vi. (...). Não há prova de que esse homem tenha sido o autor".

Lia Pires também se valeu de episódio impressionante, para enfatizar a facilidade com que as pessoas se enganam, quando se trata de precisar horários, sem ter um relógio à frente dos olhos, no momento em que determinado fato aconteça.

Durante a transmissão do julgamento, uma lâmpada de iluminação de televisão explodira no tribunal. Nesse instante, ele anotara o horário do episódio em um papel, entregando-o, depois, a um dos desembargadores presentes. Horas depois, trouxe aquela situação à tona. Ninguém conseguiu precisar que o ocorrido havia se dado às 18h58.

Eis o detalhe ao qual a acusação sempre se prendeu, já que, em momento algum, Dexheimer conseguia explicar o que estava fazendo nos 70 minutos que antecederam o homicídio. Ele teria saído para comprar cigarro e resolvido passear de carro, pela cidade. Mas, para Coimbra (1993), ele revelou:

O que ninguém ficou sabendo nestes 26 meses de litros de tinta gastos e milhares de neurônios queimados na elaboração de teorias policiais, jurídicas e jornalísticas acerca do assassinato de Daudt é que, das 21h às 22h10 de 4 de junho de 1988, Dexheimer estava acompanhado.

Semanas após a interrupção de um casamento de 17 anos com Vera Conceição Mincarone, o deputado exercitava-se caminhando por uma praça perto da casa dos pais quando encontrou uma antiga namorada (...). Só havia um problema: a moça era, e continua, cinco anos depois, casada. Bem casada. (...). O marido, um executivo muito conhecido da Capital.

(...). Seus últimos minutos de ardor foram aplacados na noite gelada e dramática de 4 de junho de 1988 (COIMBRA, 1993, ps. 12-13).

### 5.2.1 Zero Hora

e) **Matéria 5 (Zero Hora)**: “No Pleno, surda-muda reconhece Dexheimer” (20 de maio de 1989), assinada por Renato Dorneles:

Os critérios de ordenamento das informações, por ordem de importância, ficam claros nessa notícia de Zero Hora. Embora objetivo, o texto não oculta a natureza sensacional das informações reveladas. Não é todo dia que um suposto assassino é identificado por uma pessoa surda-muda, caso de Lindóia Ribeiro Gonçalves que, em depoimento, reconheceu, em Antônio Dexheimer, o homem que ocupava o Monza, visto estacionado no local do crime.

No final do interrogatório, por solicitação do procurador Paulo Olímpio Gomes de Souza e do desembargador Décio Antônio Erpen, Lindóia percorreu todo o auditório do Tribunal Pleno, olhando uma a uma as pessoas presentes, até que, próximo ao local onde estava sentada, reconheceu o deputado Antônio Dexheimer como o homem que ocupava o Monza visto defronte ao edifício de Daudt.

Ao longo de toda a sessão, ela se comunicava por meio do auxílio de três intérpretes de surdo-mudos. “Ainda assim, foram encontrados muitos problemas para a transmissão das perguntas e a tradução dos gestos da testemunha”, contou o jornal.

Dadas as informações principais no *lead*, a narrativa assume estrutura envolvente, pois descreve diversas etapas do julgamento, ao mesmo tempo em que rememora fatos da fatídica noite do assassinato:

Daudt vinha chegando com as mãos no bolso. Quando ela já chegava defronte ao prédio onde mora, na rua Marquês do Herval (mais precisamente entre seu edifício e o do deputado assassinado), viu alguém caído (mais tarde viria a confirmar que se tratava de ‘seu vizinho que trabalhava na Televisão’) e que neste momento viu que o Monza saiu em disparada, com seu motorista ‘nem se importando’ com que havia ocorrido. De forma confusa, devido à dificuldade encontrada pelos intérpretes, em dado momento, foi acrescentado no depoimento que Lindóia chegou a ver uma arma, em determinado momento.

O tom vibrante do relato prossegue, no sentido de melhor caracterizar o desfecho, anunciado logo, na sua abertura. Após referir que Lindóia passava a descrever o ocupante do Monza, o texto atém-se a detalhar o comportamento do deputado Antônio Dexheimer: “(...) única pessoa autorizada a fumar no auditório, já acendia e apagava um cigarro atrás do outro”.

V) Nível de *sensacionalização* da matéria 5:

V-a) *Estrutura*: não há o que criticar. O texto é objetivo. O tom sensacional que, por vezes, assume deve-se à qualidade da redação do repórter e à própria capacidade dos fatos despertarem curiosidade e envolvimento, junto ao leitor. O texto assume viés interpretativo do desenrolar das etapas do julgamento. O caráter testemunhal dá a entender que o jornalista esteve presente à sessão, o que torna a matéria mais verossímil — não são contempladas estruturações de sensacionalismo;

V-b) *Características*: a notícia é sensacional por natureza, ou seja, eventuais exageros, em termos de sensação, devem-se ao próprio caráter dos fatos — *sensacional* é contemplado;

V-c) *Temática*: o julgamento de um réu deixa claro os temas que estão em jogo — *crime e morte* são as temáticas;

V-d) *Elementos*: a trama descrita provoca emoção por meio das sensações de curiosidade, por conta do desenrolar do julgamento. A descrição da angústia do réu dá margem a uma certa ambiguidade: estaria ele preocupado por revelarem a sua culpa, ou porque, não sendo culpado, sentir-se-ia injustiçado e sem meios para rebater. De toda maneira, impõe-se o estereótipo do réu tomado de nervosismo cujas reações resumem-se a gozar do suposto privilégio de fumar incessantemente — estão contemplados: *emoção, estereótipo e sensação*;

**f) Matéria 6 (Zero Hora):** “Deputado festeja a absolvição e diz que terminou o caso Dexheimer” (24 de agosto de 1990), assinada por Humberto Trezzi:

A matéria baseia-se, unicamente, em entrevista com o deputado Antônio Dexheimer, então recém-absolvido, depois de quase dois anos como réu, no processo envolvendo a morte de José Antônio Daudt. Na tentativa de explicitar as sensações do parlamentar, o texto divide-se em pequenos blocos, delimitados por intertítulos, e em diversas citações entre aspas. O repórter torna-se um porta-voz dos sentimentos ou, melhor, do desabafo de Dexheimer. Eis, o caráter emocional:

‘Acabou o caso Dexheimer. Agora, começa o caso Daudt’. Emocionado, o deputado estadual Antônio Dexheimer (PMDB) define com esta frase o gosto da liberdade readquirida. Foram dois anos carregando o peso de uma notoriedade indesejada, que alcançou não pela carreira parlamentar e sim por ter sido indiciado criminalmente como o provável matador de um colega de bancada e vizinho de gabinete, o conhecido radialista José Antônio Daudt.

Depois de referir que o ex-réu continua interessado no desfecho do caso, com a identificação do assassino de Daudt, o texto relata breves festejos pela absolvição e dramatiza:

‘O momento mais crítico da minha vida foi quando o Élio Falcão Vieira me pegou pelo braço e avisou que eu era dos suspeitos da morte do Daudt. Foi um choque, acumulei surpresa e medo no mesmo instante’, rememora. Fumando um cigarro após o outro, tomando copos de café, o agora sorridente Dexheimer garante que nunca perdeu as esperanças. ‘Nem quando me vi sentado naquela cadeira, durante o júri. Um lugar desconfortável, uma poltrona que não é a minha’.

A narrativa ainda descamba para um dispensável sentimentalismo. De acordo com o relato, o deputado teria conseguido voltar a acreditar na solidariedade humana, como fica registrado: “Ele acha que nada é mais importante do que descobrir laços afetivos insuspeitados, amizades fortalecidas”.

#### VI) Nível de *sensacionalização* da matéria 6:

VI-a) *Estrutura*: mesmo que o enfoque fosse o sofrimento do deputado Dexheimer, por estar indiciado como suspeito de matar Daudt, poderia ter havido coleta de declarações de familiares e amigos, por exemplo. Há uma distorção do fundamento jornalístico que versa sobre a pluralidade de fontes. De certo modo, o texto inclina-se para a posição de revelar a situação de uma figura supostamente injustiçada, que, por dois anos, teria carregado notoriedade indesejada, por conta de acusação, pela responsabilidade do crime contra Daudt — *distorção é contemplada*;

VI-b) *Características*: há notável interesse em exagerar nas sensações de um réu pós-julgamento e nas caracterizações do suposto sofrimento que o assolou, no período em que esteve indiciado — *sensacional, sensacionalismo e sensacionalista* estão contemplados;

VI-c) *Temática*: trata-se de absolvição da acusação de envolvimento em crime que resultou em morte — *crime e morte* são temáticas;

VI-d) *Elementos*: o enredo da matéria provoca emoção por meio do exagero. As frases estão carregadas de adjetivos. Em última análise, impõe-se o estereótipo do injustiçado. O teor trágico da morte de Daudt é transferido para o principal suspeito, que teve, conforme o texto, de se submeter a ocupar um lugar, no Tribunal do Júri, que, estrito senso, não era seu — estão contemplados: *emoção, estereótipo, exagero, sensação e trágico*.

### 5.2.2 RS — O Jornal do Jockymann

**g) Matéria 7 (RS — O Jornal do Jockymann):** “O que a polícia não diz” (12 de junho de 1988):

Embora o jornalista Sérgio Jochymann não assine esse texto e nem o subsequente que será analisado, fica claro uma retomada do estilo que utilizara anteriormente, na cobertura do Caso Kliemann, em Última Hora. Verdadeiros teoremas, divididos em intertítulos, sustentam teses, as mais diversas, sobre o desenrolar das investigações acerca do assassinato de Daudt.

A riqueza de informações de cada texto permite presumir que, eventualmente, Jockymann até pudesse ter conseguido acesso a dados privilegiados ou que, ao contrário dos veículos de imprensa tradicionais, optasse por não ocultar as entrelinhas dos fatos que observava e que, sem o afã das edições diárias da maior parte dos jornais, conseguisse reproduzi-los em formato de análises prolongadas.

O maior problema é que este texto se apresenta como reportagem interpretativa de profundidade. Seria mais apropriado, contudo, que Jockymann assinasse uma coluna, por meio da qual poderia externar as suas opiniões. Apresentadas como resultantes de pesquisa, as informações não evidenciam correspondência com as devidas fontes. O uso de suposições é o que prevalece sobre o necessário embasamento técnico que norteia a prática jornalística.

A primeira seção do enredo termina em tom trágico. Sem dúvida, trata-se de um texto verdadeiramente sensacional:

O primeiro impacto errou o alvo e atingiu a fechadura. Daudt tentou se proteger com as mãos, mas, antes que tivesse tempo de consumir seu gesto, foi ferido mortalmente pelo segundo disparo.

— Socorro, gritou, me ajudem, sou o Daudt!

(...). Daudt ainda tentou dar um passo e, logo, em seguida, caiu ao chão. Cinco segundos depois, chegavam os dois brigadianos que faziam a ronda na Marquês do Herval e corriam em seu socorro, mas já não havia mais nada o que fazer. Entrando no táxi, Daudt murmurou:

— Olha, amigão, o que fizeram comigo.

Fechou os olhos e pendeu a cabeça. Ainda antes de Daudt chegar ao Pronto Socorro, todas as contradições de sua vida começam a enredar os fios de sua trama, criando o Mistério do Ano.

A matéria formula o que poderia ser o estereótipo de Daudt: personagem controverso, pois, mesmo sendo homossexual, sofria constante assédio de belas mulheres, o

que incluía Vera Mincarone, esposa do seu colega de bancada, Antônio Dexheimer. Ela chegaria a se separar do marido. É ressaltado que Daudt costumava resistir a tais insistências femininas:

Segundo seus amigos, com várias delas, ele obedecia aos rituais costumeiros da corte masculina sem jamais, no entanto, chegar às últimas consequências. No momento em que a amizade ameaçava se transformar em afeto, Daudt recuava, desfazia os laços afetivos e se afastava. Nem por isso se livrava do assédio feminino, que se tornou ainda maior depois de sua eleição. Mas, já bem antes dela, o próprio Daudt se mostrava preocupado com os boatos que circulavam na cidade a respeito de seu comportamento sexual.

Esse controvertimento, apontado pela reportagem, ganharia mais força a partir do suposto filho que morava em São Paulo. Segundo a matéria, Daudt aceitou-o, mesmo que não fosse seu filho legítimo. Nas palavras do jornal, a aceitação não passava de esquisitise do deputado.

Então, o periódico arrisca-se a classificar o que chama de primeiro engano da polícia, que teria acreditado no fato de Dexheimer nutrir ciúmes pela ex-mulher e, porventura, estar conduzindo o carro misterioso que Daudt acusava notar que o seguia, invariavelmente. Os investigadores ainda seriam surpreendidos pelo fato de que, conforme o próprio Dexheimer, à hora do crime, ele estaria em companhia do casal Arcoverde.

Não fica claro que, para afirmar que Vera Mincarone e o ex-chefe de gabinete de Daudt, José Antônio Azevedo, acreditassem na culpabilidade de Dexheimer, o jornal tivesse conversado com tais fontes. Essas interpretações dão margem para uma série de suposições, tidas como verdadeiras:

No momento em que teve conhecimento de que o carro do assassino era um Monza, José Antônio Azevedo passou a crer que o matador de Daudt era o deputado Antônio Dexheimer. A suspeita ainda se tornou maior, quando a própria ex-esposa do deputado levou uma arma, calibre doze, para a polícia. Também ela acreditava que seu ex-marido era o assassino. Essa convicção se tornou tão forte entre os amigos e assessores mais chegados de Daudt, que influenciou decisivamente nas investigações policiais. Ainda na segunda-feira, se acreditava, na polícia, que a confissão do deputado Antônio Dexheimer era uma questão de horas. Para alguns policiais veteranos, esse engano foi tão grande que influenciou até na preparação do famoso 'retrato falado', que, tirando a barba e o boné, se parece mesmo com o deputado.

Na sequência, são referidos os perigos de algumas intervenções políticas no caso e uma suposta falta de interesse da polícia para com Vera Mincarone, considerada como forte

suspeita, pelo jornal que, no entanto, atribui esta opinião a supostos amigos de Daudt. Ela é irmã do então deputado federal peemedebista Paulo Mincarone.

O texto acrescenta que os investigadores já haviam descartado possibilidades como latrocínio ou crime político. Denuncia, também, que a máquina do governo do PMDB, então chefiado por Pedro Simon, estaria protegendo de qualquer investigação os familiares de Dexheimer. “Os amigos de Daudt temem que esse envolvimento político termine criando um novo Caso Kliemann, que tornou o crime oficialmente insolúvel, e proteja o verdadeiro criminoso”, prognostica a matéria.

#### VII) Nível de *sensacionalização* da matéria 7:

VII-a) *Estrutura*: a própria abertura da análise da presente matéria evidencia questões atinentes à estrutura. Além disso, cabe frisar que o trabalho da polícia e a personalidade de Daudt são depreciados. Ao invés de ser apresentado como reportagem, o enredo deveria constar de coluna opinativa e, quem sabe, assinada por Sérgio Jockymann — *distorção, imprecisão e pejorativo* são contemplados;

VII-b) *Características*: há exagero nos apontamentos sobre o desenrolar das investigações. Os relatos são sensacionais e geram, ainda mais, perturbação às possíveis causas contidas no crime, até então, insolúvel, situação esta que se confirmaria no decorrer dos anos — *sensacional, sensacionalismo e sensacionalista* estão contemplados;

VII-c) *Temática*: o comportamento controvertido que o jornal atribui a Daudt, caracterizado, sobretudo, nas questões de ele ser homossexual e sofrer contínuos assédios femininos e de ter reconhecido, como filho, um rapaz que não o era, legitimamente, assume condicionantes para catalisar o nível escandaloso do chamado Caso Daudt. Esse perfil controverso explicita tabus: aceitar como filho alguém que não o é, até porque não existe menção a eventual adoção; e manter encontros sociais com mulheres, mesmo sendo homossexual e resistente a assédios femininos. Além disso, se, conforme afirma o texto, ele se mostrava preocupado com boatos acerca do seu comportamento sexual, a própria homossexualidade de Daudt caracterizaria outro tabu — *crime, escândalo, morte e tabu* são as temáticas;

VII-d) *Elementos*: os estereótipos, empregados para caracterizar Daudt, não deixam de promover descrédito, no que diz respeito à sua reputação. As

suposições, com pouco embasamento, alcançam o nível do exagero. Também não pode passar despercebida a tentativa de incriminar Vera Mincarone, a tal forte suspeita. A descrição do momento em que Daudt agoniza é sensacional e trágica, ao extremo. “Olha, amigão, o que fizeram comigo” — esta teria sido a última frase do ex-parlamentar, em vida. Não há como não se emocionar diante de tal declaração. Mesmo baleado, o deputado é afável, ao chamar de “amigão” o policial militar que o acompanhava, no táxi. O perfil comportamental de Daudt e as considerações sobre o trabalho da polícia, no caso, revelam preconceito. Quanto aos estereótipos: personagem controverso, mistério do ano, polícia equivocada — estão contemplados: *calúnia, emoção, estereótipo, exagero, preconceito, sensação e trágico*;

**h) Matéria 8 (RS — O Jornal do Jockymann):** “Polícia distorceu o inquérito” (10 de julho de 1988):

O tom analítico, em formato de teorema, prossegue nessa matéria, muito provavelmente, idealizada por Sérgio Jockymann. A construção textual não dispensa a demarcação de posições editoriais, no decorrer da narrativa. O texto passa a evidenciar que a polícia, aos poucos, estaria perdendo autonomia, ao ceder espaço para interesses de cunho político, que influenciariam nas tomadas de decisão e no próprio entendimento dos investigadores, em relação ao Caso Daudt:

‘Se o Dexheimer confessar o crime, estamos salvos. Se não confessar, Deus nos livre...’. A frase de um dos delegados que trabalhou nas investigações define bem a opinião dos policiais veteranos a respeito do indiciamento do deputado como assassino de José Antônio Daudt. Na opinião da maioria dos investigadores, as provas apresentadas, além de serem circunstanciais, são insuficientes e podem levar até ao arquivamento puro e simples do processo. ‘Esse caso’, disse um dos delegados, ‘não foi conduzido pela Polícia mais pelos políticos’. Realmente muito antes do deputado Wilson Müller iniciar as investigações, as lideranças do PMDB haviam julgado e condenado o deputado Antônio Dexheimer, levadas pelos argumentos de sua acusadora mais veemente: sua ex-esposa Vera Mincarone Dexheimer.

Posteriormente, o jornal atém-se a tratar de Vera Mincarone, ex-mulher de Dexheimer. Atribuí ao fato de ela assessorar o seu irmão e deputado federal, Paulo Mincarone, a suposta capacidade de articulação política que demonstra, ao acessar, com facilidade, gabinetes como o de Simon, governador à época.



Seja como for, Vera era o que se chama de ‘uma mulher do partido’ e possuía grande influência dentro do PMDB. Tão logo teve conhecimento da morte de Daudt, ela telefonou a vários amigos, culpando o marido. Veio dela o boato que circulou pelo velório e que, ainda na manhã de domingo, chegava ao Palácio.

O periódico relata o caso das cartas roubadas, em que, no gabinete de Daudt, o ex-marido teria roubado bilhetes da bolsa de Vera Mincarone, os quais eram supostamente endereçados a Daudt. Na oportunidade, Vera se encontrava na sala da Presidência da Assembleia Legislativa. Depois de acreditar em suposta brincadeira do ex-chefe de gabinete de Daudt, Dexheimer decidiria, porém, vingar-se do colega de bancada:

Essa versão foi levada pelo deputado Cezar Schirmer ao Secretário de Segurança e ao Governador. Os dois confiaram na irmã de Paulo Mincarone e deram Antônio Dexheimer por culpado. Vem daí a famosa frase de Simon: ‘Doa a quem doer, esse crime deve ser esclarecido’. Na noite de domingo, a Polícia passou a dirigir a Polícia e, extra-oficialmente, o deputado Wilson Müller deixou de merecer a confiança oficial, porque era PDT.

A matéria comenta que, com poder de persuasão, Vera incutiu, na polícia, a ideia de que, para aliviar a própria consciência, Dexheimer confessaria suposta participação no assassinato de Daudt. Questiona o porquê de não ter havido uma acareação entre Dexheimer e Vera, visto que os depoimentos de ambos estariam em contradição.

Quanto a Toni Russo, apresentado como filho de Daudt, mas que ficaria conhecido como o amante de Daudt, a polícia o deixaria de lado, depois de descobrir que ele estaria namorando a filha de pessoa influente. “As investigações, agora, se esforçavam para criar o clássico drama passionnal: esposa, amante e marido vingativo”, analisa o jornal.

O texto prossegue e ridiculariza: “O Caso Daudt, na opinião irônica dos delegados veteranos, daria um excelente filme de televisão. Ele é cem por cento quadrado, um clássico drama passionnal”.

Para a narrativa, haveria problema classificado como seríssimo: “Daudt era homossexual e nunca (não apareceu nenhum caso) manteve relações sexuais com uma mulher. Nem com Vera, conforme suas próprias palavras”. Arremata com a tese de que, há muitos anos, pessoas ricas não mais matavam esposas adúlteras e, tampouco, seus amantes.

A crença do periódico, na suspeição de Vera Mincarone, ganha outro reforço: ela teria sido muito precipitada, ao partir para a acusação de Dexheimer, mesmo sem possuir os detalhes do crime contra Daudt. As suposições continuam:

Há quem pense que, descobrindo a verdade sobre Daudt, ela contratou alguém para matar o deputado e aproveitou a ocasião para se vingar do marido. Existe alguma coisa que aponte para Vera? Ela jamais foi investigada. Desde o primeiro momento, ela foi poupada de qualquer investigação. Até hoje não foi acareada com seu ex-marido. No entanto, de todos os envolvidos, foi quem mais se valeu da influência política para evitar problemas. O indiciamento de Dexheimer é, antes de mais nada, uma vitória pessoal de Vera, que sempre se manifestou favorável a ele. Mas a imagem de marido ciumento e vingativo não se adapta a Antônio Dexheimer.

O próprio jornal arrisca-se a apontamentos conclusivos sobre o caso, ao entender que ainda não haveria prova concreta contra o deputado Dexheimer. Enquanto isso, garante que as circunstâncias políticas estariam beneficiando o real culpado pela morte de Daudt.

#### VIII) Nível de *sensacionalização* da matéria 8:

VIII-a) *Estrutura*: a construção narrativa reúne emaranhado de suposições e conclusões, sem qualquer menção a fontes consistentes, capazes de embasar tais apontamentos. O que deveria ser um relato assume-se como comentário analítico. Existe evidente intenção de depreciar a imagem de Daudt, pelo fato de ele ser homossexual e, supostamente, não conseguir manter relações sexuais com mulheres — *distorção, imprecisão e pejorativo* são contemplados;

VIII-b) *Características*: o enredo do relato comentado é sensacional. As investigações caminham no ritmo de supostas intervenções políticas. Toni foi apresentado como sendo filho de Daudt. Mas, na realidade, encarnou o papel de amante do suposto pai, classificação esta que, portanto, não ultrapassou o limite de teor alegórico. Se isso suscitaria alguma suspeita, ela teve que ser abandonada, já que o mesmo rapaz passaria a namorar a filha de uma dita pessoa influente. Afora isso, a pura e simples ânsia de Vera Mincarone, de incriminar o ex-marido, seria outra possível razão para enquadrá-la como suspeita do crime contra Daudt. Acrescente-se que as justificativas, aventadas pelo jornal, beiram vieses estapafúrdios. Assim, ela também é ignorada pela polícia, pois se afirma como mulher de boa articulação partidária. Menos sensacional não é a constatação de que o suposto amante da ex-mulher de Dexheimer, Vera Mincarone, além de homossexual, não teria mantido relações sexuais com mulheres — *sensacional, sensacionalismo e sensacionalista* estão contemplados;

VII-c) *Temática*: crime e morte são os fatores condicionantes para a investigação, abordada na matéria. A questão envolvendo Daudt e o suposto filho, Toni, designa evidente tabu: de pai alegórico ele passa a amante, de fato.

Tal comportamento, vindo à tona, sem dúvida, seria classificado, pela opinião pública, como imoral, escandaloso — *crime, escândalo, morte e tabu* são as temáticas;

VIII-d) *Elementos*: o exagero de suposições da matéria não traz dúvida quanto ao posicionamento preconceituoso do jornal, acerca dos possíveis desfechos das investigações. A trama construída gera emoção, sensação. Essas constatações ganham sustentação, sobremaneira, no trecho em que Sérgio Jockymann supõe como teria sido o crime, se cometido a mando de Vera Mincarone, o que não deixa de ser uma calúnia infundada. Os comentários também apontam para o ridículo. Exemplo disso encontra-se na parte em Jockymann ventila a possibilidade de o Caso Daudt se adequar a perfis de filme de drama passional. Quatro estereótipos ganham vez: Daudt reduzido ao rótulo de homossexual; Vera, a uma mulher do partido, ou seja, qualquer deslize que tivesse cometido seria acobertado pela sua capacidade de articulação política; polícia manipulada pela política; e o sistema político como onipotente e capaz de mudar os rumos das investigações, sem maiores problemas — estão contemplados: *calúnia, emoção, estereótipo, exagero, preconceito, ridículo, sensação e trágico*.

### 5.3 CASO ELISEU

Às 21h27 de 26 de fevereiro de 2010, noite de uma sexta-feira, o então secretário municipal de Saúde de Porto Alegre, Eliseu Santos, foi assassinado com quatro tiros, à Rua Hoffmann, Bairro Floresta, próximo à igreja evangélica da qual ele era pastor. As balas atingiram a cabeça, o tórax, a canela e o coração de Eliseu, que morreu imediatamente.

Ao contrário dos demais casos, analisados até aqui, houve quase que imediata busca pelos suspeitos do assassinato, por parte dos policiais. Cinco dias de diurnas investigações foram suficientes para que a Polícia Civil localizasse o xará da vítima, Eliseu Pompeo Gomes, tido como um dos assassinos, conforme revelação dos investigadores.

Antes de ser atingido, de forma fulminante, Eliseu Santos teria trocado alguns tiros com os bandidos. A polícia identificou três rapazes que integrariam o grupo que abordou o ex-secretário, na fatídica noite. Um dos tiros disparados por Santos alcançou Eliseu Pompeo.

A polícia desvendou a ligação entre os personagens, por meio de acesso a prontuário médico de hospital de Esteio, onde o bandido deu entrada, ferido, momentos após o assassinato. Depois, o esclarecimento definitivo veio mediante a comparação do DNA do sangue colhido no local do crime com o código sanguíneo de parentes de Gomes. A versão policial classificou o crime contra Eliseu Santos como latrocínio (roubo com morte), resultante da tentativa de roubo ao seu carro, modelo Toyota Corolla.

Mesmo assim, outra interpretação contrapôs-se à anterior. O Ministério Público passou a sustentar a possibilidade de execução sumária. Ou seja, supostos mandantes teriam encomendado a morte do ex-secretário. O motivo seria eventual discordância com relação a contratos de prestação de serviço, na Secretaria de Saúde.

Em 13 de outubro do mesmo ano, o Ministério Público traria outra informação sobre o teor do crime. Durante entrevista coletiva simulada, em aula do Curso de Jornalismo, da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a promotora Lúcia Callegari revelou a alunos universitários que um carro, com as mesmas características do veículo de propriedade de Eliseu Santos, fora visto nas imediações do fato.

A promotora sugeriu que, se os criminosos estivessem motivados, apenas, pela intenção de roubar, teriam optado pelo Corolla situado em frente a um bar, em vez de aguardar Eliseu Santos sair de culto religioso, com a mulher e a filha. Lúcia buscou reforçar a tese de que o assassinato seria consequência de emboscada, planejada por supostos desafetos.

### **5.3.1 Correio do Povo**

**i) Matéria 9 (Correio do Povo):** “Eliseu Santos é assassinado” (27 de fevereiro de 2010):

Esta matéria traz a ideia do registro jornalístico, estrito senso. Ou seja, preocupa-se, apenas, em pontuar as informações necessárias para a compreensão do leitor. O *lead* e o *sub-lead*, simples e objetivos, demonstram a exata intenção:

O secretário da Saúde de Porto Alegre e ex-vice-prefeito de José Fogaça entre 2005 e 2008, Eliseu Santos, foi assassinado com quatro tiros, ontem, às 21h27min, na rua Hoffmann, bairro Floresta, próximo da igreja evangélica da qual ele era pastor. As balas atingiram a cabeça, o tórax, a canela e o coração. O secretário teve morte instantânea.

De acordo com informações iniciais da Polícia, três ou quatro homens armados chegaram em um carro Vectra prata na avenida Cristóvão Colombo. Dois homens desceram com as armas e caminharam cerca de 50 metros pela rua Hoffmann até encontrar a vítima, que saía da igreja acompanhado da mulher, Denise, e da filha menor — ele tinha quatro filhos.

Para informar, o Correio do Povo baseia-se em fontes e não se furta de fazer as devidas referências, sempre que necessário. Para isso, consulta um delegado que informa haver registros de que o secretário vinha sofrendo ameaças.

Logo, surge um ponto de emoção. É que qualquer crime, sobretudo, aqueles que envolvem pessoas importantes, políticos, por exemplo, chama atenção e, de certo modo, provoca comoção:

Com a confirmação de que a vítima era o secretário Eliseu Santos, uma grande aglomeração se formou na rua Hoffmann e imediações ontem, no final da noite. Amigos, assessores e políticos ligados ao PTB, partido de Eliseu Santos, buscavam, consternados, mais informações sobre o crime. (...). O crime surpreendeu e movimentou a área política. O vice-prefeito José Fortunati se disse ‘chocado e estarrecido’ com o fato. Segundo o relato de Fortunati, o secretário era um homem de bem. ‘É impossível avaliar as razões deste crime bárbaro’. O prefeito José Fogaça também foi ao local. ‘Estou estarrecido’, garantiu. O corpo será velado hoje na Assembleia.

O *fait divers* em questão é de coincidência. Como relembra a matéria, o assassinato ocorreu em localidade próxima de onde houvera acontecido outro crime, de igual teor, a morte do ex-vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, Marco Antônio Becker, cujas razões permanecem desconhecidas.

IX) Nível de *sensacionalização* da matéria 9:

IX-a) *Estrutura*: a matéria atende aos fundamentos que norteiam a prática do dito jornalismo objetivo — as categorias não são contempladas;

IX-b) *Características*: o enredo do relato é objetivo e busca, apenas, como já foi comentado, apresentar informações. No entanto, o próprio caráter informativo contém viés sensacional, pois o ex-secretário é baleado diante da mulher e da filha, uma criança — a categoria *sensacional* é contemplada;

IX-c) *Temática*: os depoimentos da polícia e das fontes políticas giram em torno de consequências de um crime envolvendo a morte de um ex-secretário municipal — *crime e morte* são as temáticas;

IX-d) *Elementos*: o perfil objetivo do texto não dá margem à presença de caracterizadores de sensacionalismo. Porém, a reação das autoridades e o desfecho do assassinato (morrer diante da família) trazem sensações — estão contemplados: *emoção, sensação e trágico*;

**j) Matéria 10 (Correio do Povo): “DNA prova participação de suspeito no crime”**  
(4 de março de 2010):

A lógica de se ater a divulgar a informação permanece nesta matéria do Correio do Povo. O resultado de exame de DNA já seria suficiente para se falar em possível desfecho para um dos mistérios do Caso Eliseu, ou seja, a autoria do crime. Todavia, o texto não garante que houve a descoberta do assassino. Limita-se a tratar da identificação de um dos suspeitos. No local do crime, não havia outras marcas de sangue. A objetividade do texto revela cautela:

O resultado do exame de DNA possibilitou à Polícia chegar à identidade de um dos suspeitos de ter participado da tentativa de assalto que culminou com a morte do ex-secretário municipal da Saúde, Eliseu Santos, ocorrida no final de fevereiro. De acordo com o diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), delegado Ranolfo Vieira Júnior, a conclusão do teste saiu à 1h50min da madrugada de ontem, quando foi confirmado que Eliseu Pompeu Gomes, 22 anos, esteve na cena do crime. Outros dois homens também foram identificados, estes através de informações de testemunhas e descrições físicas. Os três estão com a prisão temporária decretada pela Justiça.

Conforme o delegado entrevistado, Gomes e os outros dois suspeitos identificados ainda não haviam sido presos. O trio pertenceria a uma quadrilha de roubo de veículos, com base em Sapucaia do Sul e atuação na capital. O texto conta que os policiais já teriam localizado um Vectra roubado, ano 2007, semelhante ao utilizado no dia do crime.

Posteriormente, é explicado como a polícia desvendou o caso:

Encontraram, então, Gomes, atendido no hospital São Camilo, em Esteio, com dois tiros na perna. O suspeito contou que havia sofrido uma tentativa de assalto, porém, os policiais desconfiaram da história, que teria ocorrido na noite da morte de Eliseu. Ele foi logo liberado, mas a investigação derrubou a versão do suspeito e, em seguida, a Polícia conseguiu um mandado de busca e apreensão, cumprido na manhã de ontem. O delegado de Homicídios, Bolívar Llantada, acompanhado de peritos do IGP, foram até a residência de Gomes, situada no Parque Santo Inácio, em Esteio, mas ele não estava. Os peritos então colheram a saliva da mãe e de um irmão do

suspeito para comparar com a amostra do sangue que ficou na cena do crime. ‘Era madrugada, quando o IGP [Instituto Geral de Perícias] nos ligou, dizendo que o resultado do DNA tinha sido positivo, o código genético batia com o encontrado na cena do crime’, contou Bolívar.

X) Nível de *sensacionalização* da matéria 10:

X-a) *Estrutura*: o texto atende aos fundamentos que embasam a prática do chamado jornalismo objetivo — as categorias não são contempladas;

X-b) *Características*: o enredo do relato é objetivo e busca, apenas, como já foi comentado, apresentar informações — as categorias não são contempladas;

X-c) *Temática*: é a descoberta da identidade de um dos suspeitos de assassinar o ex-secretário — *crime e morte* são as temáticas;

X-d) *Elementos*: o perfil objetivo do texto não dá margem à presença de caracterizadores de sensacionalismo — nenhuma categoria é contemplada.

### 5.3.2 Diário Gaúcho

I) **Matéria 11 (Diário Gaúcho)**: “Secretário é executado” (27 de fevereiro de 2010):

O Diário Gaúcho, jornal popular do Grupo RBS, talvez tenha sido, nos últimos tempos, o periódico que mais vem recebendo críticas infundadas e rótulos pejorativos. Pela predominância de assuntos envolvendo crimes, destacados em suas capas, ele, por vezes, é classificado como sensacionalista. Tais considerações, ligeiras, sem dúvida alguma, devem ser confirmadas pelas manchetes e pelos aspectos gráficos. Não se ignora que a manchete da presente notícia (“Secretário é executado”) seja sensacional.

Este estudo, porém, não leva em conta machetes, nem características gráficas. É pela narrativa textual que se observa o conteúdo abordado pelo Diário Gaúcho:

O secretário municipal da Saúde, Eliseu Santos, foi assassinado ontem à noite na Capital. Ele saía de um culto da igreja Assembleia de Deus e foi morto com três tiros quando se dirigia para o seu carro, um Toyota Corola cinza, na Rua Hoffmann, entre a Avenida General Neto e a Avenida Cristóvão Colombo, no Bairro Floresta, em área de um supermercado. Conforme informações de testemunhas, o secretário acabara de comprar um pastel para sua filha e sua esposa, quando foi atingido pelos disparos. Três homens estacionaram um Vectra Elite prata na Avenida Cristóvão Colombo e caminharam em direção ao secretário, disparando sete tiros. Conforme informação da perícia, ele foi atingido por três disparos, dos quais dois atingiram o

coração e morreu no local. Os bandidos voltaram caminhando para o carro em que chegaram e fugiram em direção à Avenida Farrapos.

Não há dúvida de que, em relação ao Correio do Povo, periódico tradicional pela sua sobriedade, essa matéria, do Diário Gaúcho, pouco difere, no que tange à prática de abordagens concisas, objetivas. Curto, o texto poderia se adequar a *slogan* característico do Correio: *ir direto ao ponto*.

A notícia refere que a polícia ainda não havia obtido informações sobre o motivo do assassinato. “Mas praticamente descartavam a hipótese de assalto principalmente pelo número de tiros que atingiram a vítima”, registra o texto.

XI) Nível de *sensacionalização* da matéria 11:

XI-a) *Estrutura*: a matéria contempla os fundamentos do jornalismo objetivo — as categorias não são contempladas;

XI-b) *Características*: o enredo do relato é objetivo e busca atender a critérios de caráter informativo. De toda maneira, o episódio, em si, não deixa de ser sensacional. Motivo: o ex-secretário morre após ser atingido por três disparos, na saída de culto religioso, e em companhia da mulher e da filha, uma criança — *sensacional* é a categoria contemplada;

XI-c) *Temática*: informar o assassinato contra Eliseu Santos — *crime e morte* são as temáticas;

XI-d) *Elementos*: é referida a morte de Eliseu Santos a tiros, e em companhia da família — *emoção, sensação e trágico* estão contemplados;

**m) Matéria 12 (Diário Gaúcho):** “A caçada a um assassino” (4 de março de 2010), assinada por Carlos Wagner, Humberto Trezzi e José Luís Costa, repórteres de Zero Hora<sup>96</sup>:

A abertura da matéria é sensacional por natureza, já que expõe um *fait divers* de *coincidência*. Antecedente ao enredo, há manchete intensa (“A caçada a um assassino”). O texto também expõe destinos antagônicos:

Eliseu matou Eliseu. Esta é a conclusão a que chegou a Polícia Civil gaúcha, após cinco dias de investigações sobre o assassinato do ex-secretário municipal da Saúde de Porto Alegre Eliseu Santos, 63 anos. Os policiais afirmam que um dos assassinos é Eliseu Pompeu Gomes, 22 anos.

<sup>96</sup> De certo modo, o Diário Gaúcho reflete um pouco do trabalho integrado dos veículos da RBS. Por vezes, matérias desenvolvidas por repórteres da Zero Hora são reproduzidas no Diário, mas de forma mais compacta. Os textos mantêm a assinatura do autor.



Ele teria cometido o crime ao tentar roubar o carro do médico e xará, na noite de sexta-feira, na Rua Hoffmann, Bairro Floresta, na Capital. Na troca de tiros entre criminoso e vítima, Gomes foi baleado, mas sobreviveu. O ex-secretário morreu no local.

Ao explicar o desenrolar das investigações, na busca pelos suspeitos que atiraram em Eliseu Santos, a matéria menciona, sem base em fontes, alguns fatores que desencadearam o cerco ao suspeito. Segue outra afirmação:

Por fim, funcionou a perícia. O Instituto-Geral de Perícias (IGP) coletou sangue da vítima e também de um dos assassinos. Quando Gomes surgiu como suspeito, o IGP comparou o DNA de familiares dele com o sangue coletado no local do crime. O resultado foi positivo.

## XII) Nível de *sensacionalização* da matéria 12:

XII-a) *Estrutura*: a matéria revela diversas informações acerca do processo investigativo, para identificar um dos suspeitos de ter atirado em Eliseu Santos, sem que estas estejam embasadas em fontes policiais. Ao afirmar que a perícia funcionou, a notícia assume viés opinativo, o que seria mais compatível com um espaço editorial — *distorção* e *imprecisão* estão contempladas;

XII-b) *Características*: a coincidência da troca de tiros entre xarás, sendo que um vive e outro não, é sensacional por natureza, como se disse — *sensacional* está contemplada;

XII-c) *Temática*: a descoberta de um dos suspeitos de assassinar Eliseu Santos é o tema da notícia — *crime* e *morte* são as temáticas;

XII-d) *Elementos*: as investigações recebem um rótulo estereotipado: cerco ao suspeito. A morte de Eliseu, provocada por um xará, e os destinos diversos de ambos, provocam sensação e denotam consequência trágica — *emoção*, *estereótipo*, *sensação* e *trágico* estão contemplados.

## 6 CONCLUSÃO

Os estudos, desenvolvidos sobre 12 matérias jornalísticas, deixam a nítida impressão de que não se pode falar no jornalismo sensacionalista deste ou daquele jornal analisado. Mas, com efeito, em níveis de *sensacionalização*. Até porque a oscilação da presença, ou não, de determinada categoria, reforça essa interpretação.

Na medida em que cada tópico teve a sua contextualização histórica e posterior análise à luz do quadro codificador do gênero *jornalismo sensacionalista*, entende-se que o processo analítico de cada matéria consistiu em uma re-interpretação de fenômenos específicos, em relação a eles mesmos, dentro do que determina John B. Thompson (1995; 2007). Ou seja, as análises falam por si, não precisando referir se este ou aquele verbete apareceu uma, duas, três, quatro vezes, etc. À exceção do *sádico*, este que não foi observado, pelo menos, sob a ótica de interpretação deste analista.

Quanto ao referido quadro, houve significativo esforço no intuito de sistematizar uma forma didática e prática de aplicação das estratégias metodológicas. Para verificar as categorias discursivas, inseridas nas narrativas dos relatos jornalísticos, como orienta Patrick Charaudeau (2006), foi necessário apurar, de antemão, o caráter semântico de cada verbete escolhido como instrumento codificador de gênero.

Ressalte-se que tal escolha não foi arbitrária. Ela se baseou em oito autores que se dedicaram a problematizar a temática do sensacionalismo na imprensa. É evidente que um verbete não poderia ser elencado à deriva. Precisaria, com efeito, ter alguma relação com o jornalismo, a fim de trazer perspectivas de utilidade de análise.

Listados os 19 verbetes, de acordo com as fundamentações explicitadas no capítulo 3, buscou-se ordená-los em quatro categorias, por aproximação de sentido. Eles ganharam operacionalidade a partir de: a) *estrutura (distorção; imprecisão; pejorativo)*; b) *características (sensacional; sensacionalismo; sensacionalista)*; c) *temática (crime; escândalo; morte; tabu)*; d) *elementos (calúnia; emoção; estereótipo; exagero; preconceito; ridículo; sádico; sensação; exagero)*.

Considera-se que essa organização levou a maiores condições de explicitar a presença, ou não, de componentes sensacionalistas, nas narrativas das 12 matérias de seis jornais gaúchos que se propuseram a cobrir, jornalisticamente, os casos Kliemann, Daudt e

Eliseu. Logo, foi possível verificar as sutilezas que levam os sentidos dos relatos a oscilarem, dentro desse quadro de significações do gênero.

Para além de intenções deturpadas de encarar a prática jornalística, como indica o relato, em tom de arrependimento, do jornalista Sérgio Jockymann, com relação às concepções vigentes no seu tempo, em meados dos anos 1960, e que tanto influenciaram na cobertura do Caso Kliemann, fica evidente que, em última análise, as matérias reproduzem o perfil de cada época, com os seus condicionantes sócio-históricos.

A situação do jornalismo gaúcho não é diferente. Nos anos 1960, o estado refletia transformações do restante do país, como a implantação do jornalismo objetivo e o aperfeiçoamento de recursos gráficos. Retoma-se, aqui, a perspectiva de que o jornalismo brasileiro só veio a existir a partir da importação de fundamentos técnicos e conceituais, sobretudo, dos norte-americanos, no período mais recente. Na fase publicística, no século XIX, eram mais sentidas as influências europeias.

No que tange ao Diário de Notícias e à Última Hora, portanto, não se pode pensar em textos estruturados, com o objetivo de informar, como o principal, algo mais compatível com o Correio do Povo e a Zero Hora dos últimos anos. Escritores, ex-policiais, artistas, tantas eram as especialidades daqueles anos que se aventuravam a praticar o jornalismo, panorama este que ainda se repete na atualidade, contanto que se guardem as devidas proporções.

Por isso, pode-se defender que a cobertura de imprensa ao Caso Kliemann é *sui generis*, quando se pensa em um jornalismo sensacionalista, no Rio Grande do Sul. Mais próximo dele, talvez, o Caso Daudt, desde que sob a perspectiva de RS — O Jornal do Jockymann. Não resta dúvida de que Jockymann retomou o estilo que houvera praticado em Última Hora, como já foi comentado.

Propositalmente, na contextualização do Caso Kliemann, preferiu-se fazê-la por meio do próprio relacionamento que o Diário de Notícias e a Última Hora estabeleceram entre si. Foi nessa mistura entre jornalismo, política e polícia que ambos *sensacionalizaram*, ao extremo, com invenções, estereótipos, calúnias e todos os outros recursos verificados, e que já estão explicitados neste trabalho.

A situação mais curiosa, porém, ficou por conta do Diário Gaúcho. Diversas vezes, este jornal é taxado de sensacionalista, por meio de leituras rápidas, entre públicos, em geral. No entanto, sobretudo, na matéria em que noticia a morte de Eliseu Santos, ele fica bastante

próximo do Correio do Povo, naquilo que se convencionou chamar de fazer o simples registro informativo, indo, assim, de encontro a opiniões preconcebidas.

Por tudo que se examinou até aqui, não resta dúvida de que as sensações são a natureza do jornalismo, algo que se enquadra na linha defendida por Alberto Dines. Mesmo o texto informativo por excelência, e, no caso desta análise, o Correio do Povo e a Zero Hora e, por que não dizer, o Diário Gaúcho, em certa medida, estariam mais próximos deste conceito, as *sensacionalizações* poderão estar presentes.

De toda maneira, que ao jornalismo sensacionalista prevaleça aquele dedicado a transmitir as sensações que emanam dos fatos, capazes de provocar interesse jornalístico e, por consequência, a curiosidade da busca pelos veículos de comunicação. Ao invés de *sensacionalizarem* a informação, espera-se que os jornais encontrem uma forma de utilizá-la a serviço da sociedade, mais próximo de um jornalismo comprometido com a cidadania.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel Azevedo de. “A lógica das sensações no discurso jornalístico: Uma contribuição para o campo das teorias do jornalismo”. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Informar ou entreter: Questões sobre a importância e o interesse das notícias”. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- AMARAL, Luís. **Jornalismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**. São Paulo: Summus, 1995.
- AUGRAS, Monique. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. **O problema da imprensa**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- BARROS, Jefferson. **Golpe mata jornal**. Porto Alegre: Já Editores, 1999.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BASTOS, Fernando; PORTO, Sérgio Dayrell Porto. “Análise hermenêutica”. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. “Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento”. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. **Literatura e crítica na imprensa do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1982.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina / ARI, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina: Omnia, 2006.

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. “Madame Du Châtelet”. In: BETTIOL, Maria Regina Barcelos; e HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **O século das luzes**. Porto Alegre: Tomo e Movimento, 2009.

BIZ, Osvaldo. “RBS, a hegemonia no sul”. In: GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo (Orgs.). **Diário Gaúcho: Que discurso? Que responsabilidade social**. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAMPOS JR., Celso de; LEPIANI, Giancarlo; MOREIRA, Denis; e LIMA, Maik Rene. **Nada mais que a verdade: A extraordinária história do jornal Notícias Populares**. São Paulo: Summus, 2011.

CARVALHAL, Tania Franco. “A crítica literária na França do século XVIII”. In: BETTIOL, Maria Regina; e HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **O século das luzes**. Porto Alegre: Tomo e Movimento, 2009.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar**. São Paulo: UNESP, 2007.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COIMBRA, David. **Dexheimer: 800 noites de junho**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1993.

COSTA, Lailton Alves da. “Gêneros jornalísticos”. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DE GRANDI, Celito. **Caso Kliemann: A história de uma tragédia**. Porto Alegre: Literalis/Edunisc, 2010.

\_\_\_\_\_. **Diário de Notícias**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DICIONÁRIO ONLINE. **Michaelis Melhoramentos**, s/d. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1987.

\_\_\_\_\_. **Correio do Povo: História e memórias**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva. “Estereótipo na mídia”, s/d. Disponível em: <[http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/MDiniz\\_T001.pdf](http://www.faac.unesp.br/posgraduacao/comunicacao/textos/MDiniz_T001.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2010.

- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ELMIR, Cláudio Pereira. **A democracia reconquistada (1983-2004)**. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 2008.
- ERICKSEN, Nestor. **O sesquicentenário da imprensa rio-grandense**. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- ESCOBAR, Carlos Henrique de. “Comunicação e *fait divers*”. In: PORTELLA, Eduardo (Org.). Revista Tempo Brasileiro — Comunicação e cultura de massa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s/d, n. 19-20, p. 105-119.
- FEARING, Franklin. “A comunicação humana”. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.
- FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: O dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Tese de doutorado.
- FORTES, Gabriel Pereira Borges (Org.). **Relatório da Diretoria (1976/77)**. Porto Alegre: S.A. Moinhos Rio-Grandense, 1977.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.
- GALVANI, Walter. **Um século de poder: Os bastidores da Caldas Júnior**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- GANS, H. **Deciding what’s news**. New York: Pantheon Books, 1979.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Brasília: Ortiz, 1989.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOETHE, Johann Wolfgang Von. **O sofrimento do jovem Werther**. São Paulo: Hedra, 2006.
- GONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GUARESCHI, Pedrinho. “Para uma mídia socialmente responsável”. In: GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo (Orgs.). **Diário Gaúcho: Que discurso? Que responsabilidade social**. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho; BIZ, Osvaldo (Orgs.). **Diário Gaúcho: Que discurso? Que responsabilidade social**. Porto Alegre: Evangraf, 2003.

HABERMAS, Jürgen. “Do jornalismo literário aos meios de comunicação de massa”. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.

HEIDEGGER, M. “La question de la technique”. In: **Essais et conférences**. Paris: Gallimard, 1990.

HEINZ, Flávio M. **O Parlamento em tempos interessantes: Breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados — 1947-1982**. Porto Alegre: CORAG, 2005.

HOHLFELDT, Antonio. “Caso Kliemann numa contextualização renovada e esperada”. In: DE GRANDI, Celito. **Caso Kliemann: A história de uma tragédia**. Porto Alegre: Literalis/Edunisc, 2010.

\_\_\_\_\_. **Deus escreve direito por linhas tortas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

\_\_\_\_\_. “O projeto da *Enciclopédia* e seus desdobramentos sobre a liberdade de imprensa”. In: BETTIOL, Maria Regina Barcelos; e HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **O século das luzes**. Porto Alegre: Tomo e Movimento, 2009.

\_\_\_\_\_. **Última Hora**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. “Um crime que diagnostica a sociedade”. In: *Revista Norte*, Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010a, n. 14, junho-julho, p. 32-34.

HOHLFELDT, Antonio; RAUSCH, Fábio Flores. “A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1937: Discussão sobre critérios para uma periodização”. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Distrito Federal, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0431-1.pdf>>. Acesso em: 15 Jan. 2011.

INTERCOM. **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso**. Porto Alegre: AGE / EDIPUC, 2008.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LAGE, Nilson. **A reportagem**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular/EDUFSC, 2001.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Public opinion**. New York: MacMillan, 1922.

MAFFESOLI, Michel. **Une forme d'agrégation tribale**. Paris: Autrement, 1988.



- MANDEL, Ernest. **Delícias do crime**. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- MANHÃES, Eduardo. “Análise do discurso”. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**. São Paulo: Hacker, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Kairós, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1986.
- MATHEUS, Letícia Cantarela. “Sensacionalismo”. In: INTERCOM, **Enciclopédia INTERCOM de comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, ps. 1.099-1.100.
- MEDEIROS, Benício. **A rotativa parou: Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: Um produto à venda**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- MIRANDA, Marcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa (Orgs.). **Jornais raros do MUSECOM: 1808-1924**. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.
- MONESTIER, Alain. **Fait Divers**. Paris: Musée National des Arts et Traditions Populaires, 1982.
- MONGES DE MAREDSOUS. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Ave-Maria, 1997.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, v.1.
- NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.
- PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- PROJETO EXPERIMENTAL EM JORNAL. “A imprensa e o caso Daudt”. In: Bastidores da imprensa gaúcha. Porto Alegre: Famecos-PUCRS, jul. 2007, p. 18-19.
- RAMOS, Roberto. “Roland Barthes: Semiologia, mídia e *fait divers*”. In: Revista Famecos, Porto Alegre: PUCRS, abril 2001, p.119-127.

RAUSCH, Fábio. “A questão (ou distorção) dos gêneros jornalísticos em matérias sensacionalistas”. In: GP Teoria do Jornalismo, X Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa, XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1818-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. “O Caso Kliemann e a hipótese do agendamento entre o Diário de Notícias e a Última Hora”. In: GP Teoria do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1701-1.pdf>>. Acesso: 15 jan. 2011.

ROMI. **Histoire des fait divers**. Milão: Port Royal, 1962.

RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e teoria social moderna**. Porto Alegre: Fênix, 1995.

\_\_\_\_\_. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Edicon, 2003.

\_\_\_\_\_. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003a.

\_\_\_\_\_. “O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul”. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre: UFRGS, n.13, 1985, p. 116-43.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do estudo da história**. Porto Alegre: IEL/IGEL, 1991.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Marli dos. “Sensacionalismo e jornais”. In: INTERCOM, **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010, p. 1.100-1.101.

SCHIRMER, Lauro. **A Hora**. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Jandira M.M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Corag, 1986.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**. São Paulo: Summus, 1986.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TEIXEIRA, Tattiana. “O segredo da pirâmide, 20 anos depois”, s/d. Disponível em: <[http://tattiana.jor.br/wp-content/uploads/2008/08/palestra\\_adelmo.pdf](http://tattiana.jor.br/wp-content/uploads/2008/08/palestra_adelmo.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2010.

THIER, Fábio Chelkanoff. **O design gráfico como ferramenta para potencializar a estrutura editorial de um jornal popular**. Porto Alegre: Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, 2009. Dissertação de mestrado.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **O escândalo político**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOLLE, Oliver. “Introdução”. In: GOETHE, Johann Wolfgang Von. **O sofrimento do jovem Werther**. São Paulo: Hedra, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005, v.1.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005a, v.2.

VIANNA, Lourival. **A imprensa gaúcha (1827-1852)**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

WAINBERG, Jacques A. “Prefácio”. In: LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

WEILL, Georges. **El periódico**. México: UTEHA, 1962.

## ANEXO A

a) **Matéria 1 (Última Hora)**: “Polícia sabe quem matou Dona Margit” (13 de julho de 1962):

A polícia já sabe quem matou dona Margit. A revelação não foi feita oficialmente, por julgar a Delegacia de Segurança Pessoal que o pedido de prisão preventiva, para pleno convencimento do juiz, deve seguir com mais algumas provas técnicas e materiais que deverão ser concluídas dentro dos próximos dias. A informação veio de fonte fidedigna, que não pode ser revelada, mas que acompanhou todo o trabalho da polícia, desde o dia do crime.

### **O caminho da solução**

Embora o delegado Júlio Morais só, na semana passada, tenha dito que a Polícia havia descoberto uma pista promissora, na realidade, essa pista já estava sendo investigada há duas semanas. A teoria policial, que surgiu de um depoimento, ganhou corpo e, pouco a pouco, foi sendo comprovada por outras provas. A gravidade do caso e a repercussão que a revelação da autoria terá fizeram com que a Polícia se cercasse de todo o sigilo e deliberasse somar o maior número de provas, antes de solicitar a prisão preventiva.

### **Depoimento e suspeita**

Não se pode revelar nomes, mas a pista foi fornecida por um depoimento tomado pela Delegacia de Segurança Pessoal, que, imediatamente, seguiu o caminho apontado. As provas testemunhais foram se acumulando e, delas, a Polícia tirou o fio da meada. Quando as provas eram, apenas, indiciárias (isto é, provenientes de testemunhas, contradições e falta de comprovação), a Polícia ainda se mantinha silenciosa, ou encenava publicamente outras investigações, que já sabia, de antemão, que não dariam o menor resultado. O sigilo colaborou com o trabalho policial, que, de posse das provas indiciárias, foi em busca de outras, técnicas e materiais, que reforçassem o pedido de prisão preventiva.

### **Técnica colaborou**

O laudo, cujo teor oficial não foi revelado pela Polícia, ao contrário do que se pensava, colaborou na elucidação do crime e forneceu elementos vitais. Onde não houve a necessidade de exumação do corpo. Por outro lado, os exames de sangue foram outro fator de importância. Realizados em Santa Maria, foram enviados a São Paulo para confirmação, uma

vez que a Polícia pretende se cercar de todas as cautelas, a fim de não dar uma só oportunidade de escape para quem matou dona Margit.

### **Exames realizados**

Afora os exames de sangue, a Polícia tinha solicitado outros, que deram o resultado esperado. Foram realizados exames de resquícios epidérmicos, fragmentos de tecidos e grafoscópicos e grafológicos de cartas e bilhetes encontrados no palacete da morte e nas suas imediações. Todos esses exames foram realizados em seguida e, somente agora, a Polícia se encontra com os primeiros resultados em mão. Somando essas provas técnicas às provas indiciárias, a Polícia partiu para a parte mais difícil do caso: a coleta de provas materiais que, em sua maior parte, tinham sido prejudicadas pelo grande número de pessoas que estavam no local do crime, quando foi feito o levantamento do local.

### **Provas materiais**

Com portas fechadas, a Polícia trabalhou vários dias no palacete da morte, realizando o levantamento de impressões palmares (mãos) e plantares (pés) que existiam dentro da casa. Embora, de início, a Polícia se mostrasse evasiva a respeito e desse a entender que o levantamento tinha produzido muito pouco ou quase nada, a verdade foi outra. Mesmo dentro da confusão, surgiu uma série de provas que confirmavam as já existentes e revelavam quem tinha assassinado dona Margit.

### **Em busca da arma**

A Polícia julga muito difícil poder juntar a arma do crime às provas já existentes. No entanto, não abandonou as esperanças, e, embora fraca, existe a possibilidade de que a arma do crime (que a Polícia já sabe qual é) seja encontrada antes do pedido de prisão preventiva. Por outro lado, com os elementos que já possui, a Polícia julga que pode dispensar, pelo menos, por enquanto, a arma do crime, para conseguir que o juiz defira o pedido de prisão contra a pessoa que trucidou, barbaramente, Margit Kliemann.

### **Pessoa de destaque**

Quem matou dona Margit foi uma pessoa de destaque. A hipótese já está confirmada. É, justamente, o destaque dessa pessoa e o conseqüente escândalo que a revelação da autoria vai provocar que fazem com que a Polícia estabeleça uma cortina de silêncio e desconverse, sempre que interrogada pela imprensa. Esse fator pesou nas investigações, e a Delegacia de Segurança Pessoal espera encaminhar o pedido de prisão preventiva de forma completa e

irretorquível, que coloquem a Polícia a salvo de qualquer ataque e que demonstrem, sem sombra de dúvida, a autoria do crime.

### **Rompido o silêncio**

O silêncio, no entanto, foi rompido, após UH julgar que a revelação do fato, com a omissão do nome da pessoa que matou dona Margit Kliemann, não poderia, de forma alguma, prejudicar o trabalho da Polícia. Mesmo que a DSP se recuse a confirmar, oficialmente, a notícia, o pedido de prisão preventiva servirá de confirmação e, nele, as provas estarão somadas e alinhadas da forma como foi dito. E o pedido de prisão preventiva será a confirmação integral de nossa reportagem. Por enquanto, todos jurarão, de mãos juntas, que não sabem nada. Chefe de Polícia dirá que nada sabe. O delegado Júlio Moraes, *idem*. O comissário Vitorino Vargas será capaz de tirar o cachimbo da boca e dizer, com toda tranquilidade, que isso é invenção do jornal.

## ANEXO B

### **b) Matéria 2 (Última Hora): “Polícia insiste com Kliemann” (23 de julho de 1962):**

Há trinta e quatro dias, a polícia nega qualquer pronunciamento oficial sobre o Caso Kliemann e mantém um papel bizarro de espectadora diante do noticiário de todos os jornais. Conseguiu, mesmo com mais habilidade diplomática do que policial, convencer a Assembléia Legislativa de que se mantém absolutamente imparcial e que não fala para não incriminar A ou B ou prejudicar esse ou aquele. Essa é a atitude oficial da polícia, muito diversa da outra atitude, revelada pelas investigações. Porque, até agora, a polícia tem feito o deputado Kliemann alvo de todas as investigações, suspeito único, contra quem devem ser coligidas todas as provas.

### **Os depoimentos**

Nas últimas semanas, a Delegacia de Segurança Pessoal não tem feito outra coisa, senão ouvir pessoas ligadas, desse ou daquele modo, ao casal Kliemann. Ouviu a atual e a ex-empregada do casal, não uma, mas duas vezes. Ouviu todas as empregadas da vizinhança e a maior parte dos vizinhos, não preocupada com o dia do crime, mas com a vida passada do casal. Prova disso é que ouviu o namorado da atual empregada, que, dias antes do crime, deixou de visitar o palacete, visando apenas saber algo da vida do deputado e de dona Margit. O próprio Comissário Bergmann foi a Santa Cruz do Sul inquirir pessoas sobre a conduta do casal. Para confirmar tudo isso, aproveitou uma visita ocasional do deputado à Delegacia de Segurança Pessoal, para uma reinquirição, fazendo com que Euclides Kliemann repetisse, pela terceira vez, o seu depoimento. Noventa e cinco por cento das perguntas feitas da terceira vez já tinham sido feitas no primeiro depoimento. Feitas e tomadas por escrito. Para que serem repetidas? Só pode haver uma finalidade: a polícia pensou que, com um novo depoimento, o deputado poderia cair em contradição.

### **A checada**

O depoimento do deputado Euclides Kliemann tem sido checado várias vezes, ultrapassando longe o trabalho de rotina num caso semelhante. O garçon da Adega Espanhola foi ouvido três vezes. O funcionário da Casa Masson foi ouvido duas vezes. O funcionário da tabacaria foi ouvido duas vezes. A compra da pulseira foi vista e revista. A polícia esmiuçou o depoimento do deputado Euclides Kliemann e bateu nas mesmas portas duas e três vezes.

Para quê? Só pode haver uma finalidade: procurar uma contradição. Contradição de quem? Das testemunhas e, conseqüentemente, do deputado.

### **A dama**

A polícia insiste com uma dama seja lá como estiver vestida. Oficialmente não confirmou nada. Mas o motorista já foi ouvido várias vezes. Depois surgiu o laudo e os pelos de um casaco ou abrigo de peles, onde havia a presença da dama. Antes disso, houve a cartomante que contou a sua história, por sinal muito conveniente ao rumo que as coisas tomavam. E, mais uma vez, surgiu a dama. Se a dama não matou, como a polícia deu a entender, e houve até um delegado fazendo um apelo para que ela se apresentasse e contasse tudo, quem poderia ter morto. Um amigo da dama. Mas que amigo? Um amigo que tivesse a chave da casa. A intenção está evidente. A polícia insiste em compor um triângulo. Mas um triângulo muito curioso: onde existem duas damas e um cavalheiro. Uma delas é vítima; a outra, testemunha. O assassino só pode ser o cavalheiro. E quem? Nem é preciso responder. No entanto, a polícia insiste em dizer que não está acusando o deputado Euclides Kliemann. Quem, então? Quem mais sobra?

### **A cautela**

A tática policial de enfrentar a imprensa é muito estranha. Primeiro, fala em não prejudicar as investigações. Depois, não quer provocar escândalo. Em seguida, diz que precisa se munir de muitas provas. Ora, aí está o caso do Posto do Avião para servir de paralelo. Onde está a cautela? Um rapaz inocente foi preso com grande alarido. Por que justamente cautela no caso Kliemann? Porque o suspeito é importante. Mas que outra pessoa importante existe no caso? O curioso é que a polícia fica muito espantada, quando é acusada de fomentar suspeitas.

### **O motivo**

A polícia disse oficialmente que existiam quatro hipóteses: crime político, latrocínio, vingança ou passional. E afastou logo a primeira hipótese: latrocínio não foi. E quase imediatamente afastou a terceira: não foi vingança. Sobra o quê? Crime passional. Mas, se a esposa é assassinada, quem é o suspeito número um? O marido. E volta a teoria do triângulo que sempre está em primeiro plano para a polícia. Em todos os triângulos que a polícia tentou compor, o marido é sempre o vértice culpado.



### **A pressão**

A polícia nega que o deputado seja o principal suspeito e faz todas as investigações andarem em volta dele. Nega que esteja seguindo este caminho e só se preocupa com ele. Diz uma coisa e faz outra. Inclusive, o silêncio da polícia, a falta de notas oficiais, tudo isso se encaixa dentro da teoria, porque aí todas as notícias teriam uma só finalidade: pressionar o deputado. Até mesmo o mistério dos depoimentos, aquele cuidado furioso em proteger as testemunhas, parece apenas visar a aumentar essa pressão. Porque, até agora, em nenhum caso, a polícia procedeu assim. E aí estão os suspeitos do crime do Posto do Avião, entrando no meio de foguetes, na Delegacia de Segurança Pessoal, com os depoimentos abertos para a imprensa. Das duas, uma: ou a polícia é ingênua ou é maliciosa. E se é maliciosa, está agindo com uma ingenuidade fantástica.

## ANEXO C

c) **Matéria 3 (Diário de Notícias)**: “Carta escrita em alemão (de Santa Cruz) confirma depoimento da médium à polícia” (24 de julho de 1962):

As autoridades da Delegacia de Segurança Pessoal prosseguem na busca da identidade da testemunha que seria amiga íntima e confidente de dona Margit Kliemann. Conforme noticiamos, tal pessoa, de acordo com as declarações da médium esotérica Alda Marina Lopes Saraiva, teria acompanhado a esposa do deputado Euclides Klimenan em sua visita ao bazar da astróloga, um dia antes de ser assassinada, ocasião em que revelou, amedrontada, que sabia que seria morta e que o criminoso tentaria simular um acidente, para encobrir o crime e confundir a polícia.

A prova de que a polícia continua procurando identificar e ouvir essa testemunha é que, ontem ainda, o inspetor Antoninho, da DSP, esteve no bazar da sra. Alda Marina, à rua Lima e Silva, fazendo-lhe perguntas relativas às suas declarações e mostrando fotografias de pessoas amigas do casal Kliemann, na esperança de que, entre as fotos, se encontrasse a pessoa procurada.

### **Uma estranha carta**

Outro fato que veio a reforçar o rumo das investigações policiais nesse sentido refere-se a uma carta anônima que, ontem, a polícia recebeu. Soubemos de fonte digna que chegou às mãos do Delegado Júlio Morais uma carta escrita em alemão, postada em Santa Cruz do Sul, na qual o missivista faz referências aos mesmos fatos que a sra. Alda Marina revelou às autoridades, dizendo que tinha ouvido dos lábios de dona Margit, quando de sua visita, na véspera do dia do crime, em seu bazar.

Traduzida a carta, apuraram as autoridades que o missivista se declarava conhecedor de muitas coisas relacionadas com o crime, inclusive mencionou certos pormenores que, até então, somente a polícia tinha conhecimento. Ao finalizar a carta, ao pé da qual colocou suas iniciais, diz o missivista que, por enquanto, ficará aguardando o desenrolar dos acontecimentos, mas, se for necessário, não se importará com os transtornos que sua atitude lhe poderá causar e sairá do anonimato, dizendo, publicamente, tudo quanto sabe.

## ANEXO D

**d) Matéria 4 (Diário de Notícias):** “Antônio Espanhol não reconheceu em Sandra a Dama de Vermelho” (18 de outubro de 1962):

Irene Ribas (Sandra) suportou os pesados interrogatórios a que foi submetida na Delegacia de Segurança Pessoal, pelo delegado Júlio Morais e seus auxiliares, sem fraquejar. Ontem, foi ouvida pela terceira e última vez, sem que nada de positivo ficasse provado contra ela. Liberada definitivamente, pelo titular da DSP, ontem, mesmo, voltou com seu pais, para Passo Fundo.

Sandra, ontem, pela manhã, quando submetida ao terceiro interrogatório, manteve-se na negativa, dizendo que jamais conheceu o deputado Euclides Kliemann e de nada sabia com relação ao assassinato da sra. Margit Kliemann. Todas as armadilhas e ardis preparados pelos investigadores da DSP foram infrutíferos para colher Sandra numa contradição e enredá-la no inquérito. A moça, falando pouco, porém, com grande segurança, conseguiu passar pela astúcia do delegado Júlio Morais, sem se comprometer.

### **Não foi reconhecida**

Sandra, além de interrogada, foi solicitada a que reconhecesse e identificasse objetos, pessoas e endereços relacionados com o Caso Kliemann. Segundo colhemos junto ao delegado Júlio Morais, a bela jovem, muito pouco ou quase nada, adiantou ao experimentado policial, pois, durante as horas em que permaneceu na DSP, sendo interrogada, manteve-se na conhecidíssima atitude do “não sei” e “nada vi”. Por outro lado, o delegado Morais, abordado pela nossa reportagem, disse nada poder declarar por enquanto, mas afirmou que se encontra satisfeito com os resultados obtidos nos interrogatórios a que submeteu Sandra. E acrescentou:

— Além de ouvir esta moça, em todos os assuntos que me interessavam, mostrei-a a diversas testemunhas que foram arroladas no inquérito, e nenhuma delas a reconheceu como sendo das relações do deputado Kliemann. Porém, vários outros indícios me levam a acreditar no contrário. De outra parte, diversos pontos dos depoimentos desta moça me foram de grande valia para as investigações. Embora ela negue, terminantemente, os principais pontos das perguntas que lhe fiz, estou satisfeito com os resultados que obtive ouvindo-a.

### **Espanhol esqueceu**

O delegado Júlio Morais não quis confirmar, nem desmentir, a pergunta que lhe fizemos: se, ontem, pela manhã, por ocasião da sua última entrevista com Sandra, procedeu a uma acareação entre ela e o motorista Antonio Gonzales, o ‘Espanhol’, que conduziu, em seu táxi, a misteriosa ‘Dama de Vermelho’, da casa dos Kliemann para o centro da cidade, na tarde do dia do crime. Entretanto, colhemos de fonte segura que, assim, foi feito e os resultados obtidos foram desanimadores. Pelo que soubemos, o motorista Antonio ‘Espanhol’ está muito ‘esquecido’ a respeito do caso. Ontem, depois de deparar com Sandra, dominou o nervosismo, titubeou e gaguejou uma afirmação: “Não é esta a minha passageira daquela tarde”.

Por outro lado, colhemos junto ao delegado Morais que o motorista tem se mostrado estranho toda a vez em que mantém contatos com a polícia. O próprio delegado declarou:

— O ‘Espanhol’ está agindo de má fé comigo. Agora, deu para dizer que não se lembra de nada. Se continuar com esta atitude, vou ter que usar outro tratamento com ele. Aí, aposto que ele se abrirá e me contará o que sabe ao certo.

### **Voltará a Sandra**

Durante a breve palestra que manteve com a reportagem do Diário de Notícias, o delegado Morais afirmou que, mais tarde, voltará a ouvir Sandra Ribas. Espera, apenas, aquela autoridade que se concretizem certas provas que estão coligindo em investigações demoradas e trabalhosas para, então, com bases sólidas, voltar a conversar com a ex-bailarina da boate Riviera.

Sandra passou a noite de anteontem hospedada no Hotel Paz, em companhia de seu pai e, ontem, às 19 horas, embarcou no trem noturno, para Passo Fundo. Teve medo de ser procurada na casa de seu tio, à rua Irmão Weber, no Partenon, onde estava hospedada anteriormente, e trazer complicações para seus familiares.

## ANEXO E

e) **Matéria 5 (Zero Hora):** “No Pleno, surda-muda reconhece Dexheimer” (20 de maio de 1989), assinada por Renato Dorneles:

O depoimento mais importante, entre os sete prestados ontem por testemunhas arroladas pela acusação, foi o da surda-muda Lindóia Ribeiro Gonçalves, 45 anos, residente no edifício ao lado do prédio onde morava o deputado José Antônio Daudt, e que teria visto o provável homicida, na noite do crime. No final do interrogatório, por solicitação do procurador Paulo Olímpio Gomes de Souza e do desembargador Décio Antônio Erpen, Lindóia percorreu todo o auditório do Tribunal Pleno, olhando uma a uma as pessoas presentes, até que, próximo ao local onde estava sentada, reconheceu o deputado Antônio Dexheimer como o homem que ocupava o Monza visto defronte ao edifício de Daudt.

Para auxiliar no depoimento de Lindóia, foram levados três intérpretes de surdos-mudos: Ely Prieto, considerado um dos melhores do país, Ricardo Ernani Sander e Maria Helena Alves da Fontoura Rodrigues. Ainda assim, foram encontrados muitos problemas para a transmissão das perguntas e a tradução dos gestos da testemunha. No início, o desembargador que presidiu a sessão ainda tentou interrogá-la através de perguntas escritas. Acabou desistindo, no entanto, devido à dificuldade de Lindóia em se comunicar desta maneira.

Via intérpretes, Lindóia afirmou que havia saído de sua casa naquela noite de 4 de junho, para levar seu cachorro para passear. Deu duas voltas na quadra, e já na primeira viu um homem dentro do Monza, estacionado defronte ao prédio da esquina das ruas Quintino Bocaiúva e Marquês do Herval. Continuou caminhando e mais tarde viu quando o ocupante do automóvel caminhava na calçada, junto ao Monza, olhando diversas vezes seu relógio.

O mesmo homem retornou para o interior do veículo. Daudt vinha chegando com as mãos no bolso. Quando ela já chegava defronte ao prédio onde mora, na rua Marquês do Herval (mais precisamente entre seu edifício e o do deputado assassinado), viu alguém caído (mais tarde viria a confirmar que se tratava de “seu vizinho que trabalhava na Televisão”) e que neste momento viu que o Monza saiu em disparada, com seu motorista “nem se importando” com que havia ocorrido. De forma confusa, devido à dificuldade encontrada pelos intérpretes, em dado momento, foi acrescentado no depoimento que Lindóia chegou a ver uma arma, em determinado momento.

### **Reconhecimento**

A expectativa no Tribunal Pleno ia aumentando na medida em que, respondendo às perguntas que lhe eram feitas, Lindóia descrevia o ocupante do Monza: “homem, branco, magro, alto, sem barba, sem bigode, com boné, roupa escura e fechada”. Em seguida, lhe perguntaram se o homem que viu no carro naquela noite apareceu na televisão e no jornal nos dias seguintes, e ela respondeu afirmativamente. A esta altura, o deputado Antônio Dexheimer, única pessoa autorizada a fumar no auditório, já acendia e apagava um cigarro atrás do outro.

Diante da descrição feita por Lindóia, o desembargador ensaiou um reconhecimento entre as pessoas presentes. O réu, que tomava um cafezinho, como se estivesse paralisado, manteve-se imóvel por alguns segundos, com a xícara próxima a boca. O advogado de defesa, Oswaldo de Lia Pires, protestou e o presidente da sessão momentaneamente desistiu do reconhecimento.

Porém, logo em seguida, o procurador Paulo Olímpio pediu o reconhecimento. Argumentou que caso a testemunha não reconhecesse ninguém, ou indicasse outra pessoa que não o deputado Dexheimer, isso favoreceria a defesa. O desembargador, aumentando a expectativa, suspendeu a sessão por dez minutos.

Durante o intervalo, Décio Antônio Erpen colocou, estrategicamente, cerca de dez homens calvos espalhados pelo auditório. No reinício dos trabalhos, o desembargador e Lindóia percorreram o plenário, com a testemunha examinando uma a uma as pessoas presentes. Quando retornavam à mesa do presidente da sessão, Lindóia apontou para o deputado Antônio Dexheimer. Como primeira reação, o advogado de defesa esboçou um sorriso, enquanto que uma pequena parte do plenário aplaudia.

Lia Pires solicitou que fosse consignado que, quando a testemunha indicou Antônio Dexheimer, ele estava de perfil e que Lindóia passou cerca de duas horas sentada, tendo o réu à sua direita, antes do reconhecimento.

## ANEXO F

**f) Matéria 6 (Zero Hora):** “Deputado festeja a absolvição e diz que terminou o caso Dexheimer” (24 de agosto de 1990), assinada por Humberto Trezzi:

“Acabou o caso Dexheimer. Agora, começa o caso Daudt”. Emocionado, o deputado estadual Antônio Dexheimer (PMDB) define com esta frase o gosto da liberdade readquirida. Foram dois anos carregando o peso de uma notoriedade indesejada, que alcançou não pela carreira parlamentar e sim por ter sido indiciado criminalmente como o provável matador de um colega de bancada e vizinho de gabinete, o conhecido radialista José Antônio Daudt.

### **Flores**

Cumprimentado por dezenas de conhecidos, atendendo centenas de telefonemas, recebendo buquês de flores, o homem que monopolizou as atenções de todo o Estado nestes três dias em que foi julgado teve ontem uma das tardes mais movimentadas de sua vida. Durante horas, comentou o assunto que lhe trouxe súbita fama, num desabafo que não excluiu opiniões firmes. “Achar o assassino é uma questão de honra para a sociedade gaúcha. O caso tem de ser reaberto imediatamente, pois bons policiais não faltam para realizar essa investigação”.

Dexheimer praticamente não dormiu desde o início do julgamento. Logo após escutar dos desembargadores o esperado veredito que o absolveria, pouco antes das 3 horas da madrugada, o deputado deixou o Tribunal de Justiça e rumou para a sua residência na praça Bela Vista, onde extravasou a ansiedade acumulada na companhia de umas 30 pessoas — amigos, parentes, funcionários do gabinete e advogados de defesa. A discreta comemoração se prolongou até as 7 horas da manhã, e, às 8 horas, o parlamentar já estava concedendo suas primeiras entrevistas, narrando a todos as principais angústias dos dois anos em que conviveu com a possibilidade de ser condenado a décadas de prisão por crime de morte.

### **Um choque**

“O momento mais crítico da minha vida foi quando o Élio Falcão Vieira me pegou pelo braço e avisou que eu era dos suspeitos da morte do Daudt. Foi um choque, acumulei surpresa e medo no mesmo instante”, rememora. Fumando um cigarro após o outro, tomando copos de café, o agora sorridente Dexheimer garante que nunca perdeu as esperanças. “Nem quando me vi sentado naquela cadeira, durante o júri. Um lugar desconfortável, uma poltrona

que não é a minha”. Ele recusa aos fotógrafos uma pose junto ao buquê enviado por admiradores — “flores demais lembram velório, minha gente!” — e prossegue na narrativa.

Dexheimer confessa que antevésperas de julgamento são um espetáculo que não quer presenciar tão cedo, “talvez com a ressalva de quando acharem o culpado pela morte de Daudt...”. Ele diz que, nos dias críticos, procurava reforçar “a paz na consciência”, mantendo os hábitos de sempre: cinema, teatro, os jogos de futebol — “sou apaixonado pelo Ypiranga de Erechim, sabe?”. Mas nem sempre dava certo. “Felizmente agora posso me orgulhar do poder Judiciário, embora sete homens tenham errado. Mas quem não comete enganos?”. O deputado acredita que possíveis prejuízos em sua carreira como parlamentar só ocorrerão se ele for julgado erroneamente pela população, algo que não acredita. “Uma coisa assim é imensurável, nunca se pode antecipar quais os reflexos de ser apontado publicamente durante dois anos como possível assassino”.

### **Solidariedade**

O deputado considera “muito confortante” toda a experiência vivida, por ter voltado a acreditar na solidariedade humana. Ele acha que nada é mais importante do que descobrir laços afetivos insuspeitados, amizades fortalecidas. “Consegui perceber minha própria fragilidade, mas também a de várias instituições que nos cercam. A polícia errou, na sua ânsia por buscar um criminoso? A imprensa se enganou, na sua paixão por teses? O constrangimento é deles. Não penso em providências legais contra esse pessoal, a sociedade é que deve julgá-los”. Dexheimer assegura que não guarda ódio dos que considera que tenham-no prejudicado. “Fui um bom cirurgião, sei que as aparências enganam e muita gente troca a razão pela emoção. Fico contente em recomeçar minha vida, sabendo que continuo favorito para bem representar a região de Erechim — um povo que me acompanhou nesses três dias, sem arredar pé do tribunal”.



## ANEXO G

**g) Matéria 7 (RS — O Jornal do Jockymann):** “O que a polícia não diz” (12 de junho de 1988):

Faltavam cinco minutos para as 21 horas, quando o Monza prateado passou pela primeira vez pela Quitino Bocaiúva. Ele dobrou a 24 de outubro, rodando lentamente, ultrapassou a Tobias Silva e diminuiu ainda mais a marcha na frente do Edifício Cristine, mas não se deteve, seguindo pela Quitino até a Cristóvão Colombo. Cinco minutos depois, ele estava de volta, repetindo o mesmo percurso, mas, desta vez, já sabendo da vaga, se deteve e estacionou diante do portão do Nº 376. O motorista não parecia ter pressa. Logo depois de estacionar, acendeu um cigarro e ajustou o espelho do carro. Para Cabeça, ele era apenas mais um cliente e, por isso, o menino caminhou, sem medo, ao seu encontro. O trânsito estava movimentado em toda a Quintino Bocaiúva e na Marquês do Herval, e o pequeno achou que, como tantos naquele sábado, o motorista do Monza gostaria que ele viajasse o carro. Mas, quando ofereceu seus serviços, o homem loiro e de boné se tornou subitamente nervoso. Também isso não causou estranheza ao menino, porque vida de guardador tem desses imprevistos. Mas curioso, como todos seus colegas, Cabeça espiou para dentro do carro e viu que, no banco ao lado do motorista, havia um maço de Minister e uma espingarda, com os dois canos serrados. Há vinte anos, um menino de doze anos teria se espantado com a arma e, provavelmente, chamado um guarda. Mas, como a maioria dos guardadores de carros de agora, Cabeça já se acostumou com motoristas armados. A violência faz parte do seu dia a dia. O motorista, no entanto, ao perceber a sua curiosidade, mudou de atitude. Se tornou mais calmo, tirou uma nota de 500 do bolso e estendeu para ele.

— Toma e te manda que tenho um negócio para fazer aqui.

Cabeça não discute com notas de cem, nem faz perguntas para notas de quinhentos. Abanou com o dinheiro, como se fosse uma despedida e voltou para a esquina da Marquês do Herval. A noite tinha começado bem e prometia muito. Por isso, ele não viu José Antônio Daudt chegar, estacionar seu carro no posto de gasolina e caminhar tranquilamente para seu edifício. Só quando Daudt cruzava a rua foi que o menino olhou para ele, mas sem muito interesse, porque, com o carro estacionado no posto, o deputado deixava de ser um freguês em perspectiva. Não foi ele, mas duas outras testemunhas que viram o motorista se curvar dentro do carro e chamar pelo deputado. A um passo do portão, Daudt se deteve e perguntou o que

havia. O motorista respondeu que precisava falar com ele. Daudt respondeu que aquela não era a hora nem o lugar e abriu o portão, encerrando o assunto. Não viu, portanto, quando o motorista ergueu a arma e apontou na sua direção. Provavelmente, teria sido atingido pelas costas, se não tivesse se voltado para fechar o portão. Naquele momento, o motorista gritou que tinha algo para ele e disparou. O primeiro impacto errou o alvo e atingiu a fechadura. Daudt tentou se proteger com as mãos, mas, antes que tivesse tempo de consumir seu gesto, foi ferido mortalmente pelo segundo disparo.

— Socorro, gritou, me ajudem, sou o Daudt!

Antes que a porta do edifício se abrisse, o Monza arrancou atabalhoadamente, cortando a frente de um táxi e correndo em direção à Cristóvão Colombo. Daudt ainda tentou dar um passo e, logo, em seguida, caiu ao chão. Cinco segundos depois, chegavam os dois brigadianos que faziam a ronda na Marquês do Herval e corriam em seu socorro, mas já não havia mais nada o que fazer. Entrando no táxi, Daudt murmurou:

— Olha, amigão, o que fizeram comigo.

Fechou os olhos e pendeu a cabeça. Ainda antes de Daudt chegar ao Pronto Socorro, todas as contradições de sua vida começam a enredar os fios de sua trama, criando o Mistério do Ano.

### **O controverso**

José Antônio Daudt sempre foi um personagem controverso. Embora fosse tido como homossexual, era constantemente assediado por belas mulheres. Segundo seus amigos, com várias delas, ele obedecia aos rituais costumeiros da corte masculina sem jamais, no entanto, chegar às últimas consequências. No momento em que a amizade ameaçava se transformar em afeto, Daudt recuava, desfazia os laços afetivos e se afastava. Nem por isso se livrava do assédio feminino, que se tornou ainda maior depois de sua eleição. Mas, já bem antes dela, o próprio Daudt se mostrava preocupado com os boatos que circulavam na cidade a respeito de seu comportamento sexual. Há quatro anos, surpreendeu os amigos com a notícia de que tinha um filho em São Paulo. Semanas depois, pedia a seu advogado que investigasse a vida do rapaz, mas, antes que a investigação fosse concluída, Daudt, surpreendentemente, mandou que ela fosse suspensa, anunciando que aceitava Antônio Eduardo como se fosse seu filho, “mesmo que não fosse”. Nenhum de seus amigos, até então, sabia da existência de qualquer filho seu, e, para os mais íntimos, Daudt costumava dizer que

não ter filho era uma de suas frustrações. O “filho” foi aceito como mais uma das esquisitices do deputado.

### **O assédio**

Duas ou três semanas depois de tomar posse, Daudt fez amizade com o casal Dexheimer e se tornou uma espécie de padrinho do seu colega de bancada. Mas, desde o ano passado, que se queixava para os amigos do assédio da esposa do deputado, com a qual sempre negou que tivesse qualquer envolvimento. Na medida em que o tempo passava, essa situação, segundo suas palavras, se tornava cada vez mais constrangedora e, frequentemente, ele pedia aos seus assessores que criassem impedimentos para que a sra. Vera o encontrasse. Na Assembleia Legislativa, jamais transpareceu coisa alguma, e o noticiário dos jornais surpreendeu a todos os parlamentares. Há quatro meses, a sra. Vera Mincarone Dexheimer se separou do seu marido. Para os assessores do deputado assassinado, ele era o responsável involuntário pela separação. Segundo os amigos de Daudt, ele passou a se queixar do assédio cada vez mais insistente e chegou ao ponto de convidar cinco amigos para viajarem no seu carro, para impedir a presença da senhora. A princípio, ninguém levou muito a sério as histórias de Daudt, primeiro por saber que elas faziam parte de seu folclore pessoal. Mas, nas últimas semanas, o tom brincalhão costumeiro do deputado mudou. Ele se tornou extremamente preocupado.

### **O seguidor**

Segundo Daudt, há seis semanas que ele vinha sendo seguido por um carro misterioso. Nenhum de seus amigos chegou a ver esse carro, mas ele passou a ser citado frequentemente nas conversas de Daudt. Aqui, escapou um detalhe da polícia que pode mudar até o rumo das investigações. Há duas semanas, Daudt disse para os amigos que estava sendo seguido sempre que saía em companhia de qualquer mulher. Esse comentário passou despercebido até para os amigos, porque Vera, naquela altura, falava, constantemente, no seu ex-marido, dizendo que ele não estava conformado com a separação. A primeira consequência de seus comentários foi o aparecimento do boato que o deputado Antônio Dexheimer estava seguindo a esposa. Entre os dois deputados, no entanto, não havia o menor constrangimento e, aparentemente, Daudt mantinha a mesma simpatia por ele. Mas, entre seus assessores mais chegados, especialmente no que se refere ao chefe de gabinete de Daudt, José Antônio Azevedo, se criou a crença de que o deputado Dexheimer era ciumento e que seguia a esposa. Foi essa crença a responsável pelo primeiro engano da polícia.

### **O suspeito**

No momento em que teve conhecimento de que o carro do assassino era um Monza, José Antônio Azevedo passou a crer que o matador de Daudt era o deputado Antônio Dexheimer. A suspeita ainda se tornou maior, quando a própria ex-esposa do deputado levou uma arma, calibre doze, para a polícia. Também ela acreditava que seu ex-marido era o assassino. Essa convicção se tornou tão forte entre os amigos e assessores mais chegados de Daudt, que influenciou decisivamente nas investigações policiais. Ainda na segunda-feira, se acreditava, na polícia, que a confissão do deputado Antônio Dexheimer era uma questão de horas. Para alguns policiais veteranos, esse engano foi tão grande que influenciou até na preparação do famoso “retrato falado”, que, tirando a barba e o boné, se parece mesmo com o deputado. Mas, quando Antônio Dexheimer depôs e apresentou seu alibi, o final feliz desmoronou. Na hora do crime (22 e 20 e não 22 e 10, como foi noticiado), ele estava em companhia do médico Marcos Arcoverde e de sua esposa, Maria Alice. Estava calmo e tranquilo, segundo as testemunhas, coisa difícil num assassino. De repente, todas as minúcias que pareciam incriminar o deputado (não lembrava do bar onde comprou cigarros, não ouviu o telefone na madrugada) ficaram sem sentido.

### **A política**

Mas, nesta altura, o ingrediente político já começava a afetar as investigações. O morto, o suspeito e a maior parte das testemunhas são do PMDB. O Governador falou em rigor nas investigações, mas ninguém, na polícia, se atreveu a ser rigoroso com alguém, nem mesmo com a ex-esposa do deputado Dexheimer, porque ela é irmã do deputado federal Paulo Mincarone, também do PMDB. Embora os amigos de Daudt achem que ela é um elemento chave, a sra. Vera Mincarone Dexheimer teve permissão para deixar a cidade. A máquina também cercou e protegeu o deputado Antônio Dexheimer, bloqueando qualquer investigação que incluía seus familiares. Os amigos de Daudt temem que esse envolvimento político termine criando um novo Caso Kliemann, que tornou o crime oficialmente insolúvel, e proteja o verdadeiro criminoso. Enquanto isso, embora diga que estuda todas as possibilidades, a Polícia descartou já a possibilidade de latrocínio ou crime político.

### **O certo**

A Polícia já sabe bastante sobre o crime e possui Cabeça, um menino de doze anos, que pode identificar o criminoso. Mas, o menino não disse que o matador de Daudt tinha quarenta ou quarenta e cinco anos (isso foi posto em sua boca). O assassino pode ter muito

menos. Era homem e isso afasta qualquer hipótese de autoria feminina (pelo menos direta). O assassino não era um profissional, conforme noticiaram no primeiro momento. Ele atirou a dois metros e meio e errou o primeiro tiro. Teria errado o segundo, se o coice da arma não tivesse desviado fatalmente o cano. Isso permite até supor que o assassino não pretendia ir tão longe, mas desejava apenas assustar o deputado. Os tiros foram disparados de dentro do Monza, o que equivale a dizer que o carro tem partículas de pólvora no seu interior. Pode ter, inclusive, marcas do cano da arma na porta direita. A Polícia acredita que, cedo ou tarde, o Monza será localizado porque, por não ser profissional, o matador não tem como se desfazer dele. As armas de calibre doze, com cano serrado, também não são comuns e a malha policial, que se aparta aos poucos, embora vagorosa, pode levar também ao criminoso. Mas, talvez, o trunfo maior sejam duas testemunhas que a Polícia descobriu e que esconde da imprensa. Através do seu depoimento, a Polícia concluiu que o homem que matou Daudt estava seguindo o deputado há, pelo menos, seis semanas. Talvez, esteja aí a solução do mistério, se a política não interferir para transformá-lo em mais um caso insolúvel.

## ANEXO H

**h) Matéria 8 (RS — O Jornal do Jockymann):** “Polícia distorceu o inquérito” (10 de julho de 1988):

“Se o Dexheimer confessar o crime, estamos salvos. Se não confessar, Deus nos livre...”. A frase de um dos delegados que trabalhou nas investigações define bem a opinião dos policiais veteranos a respeito do indiciamento do deputado como assassino de José Antônio Daudt. Na opinião da maioria dos investigadores, as provas apresentadas, além de serem circunstanciais, são insuficientes e podem levar até ao arquivamento puro e simples do processo. “Esse caso”, disse um dos delegados, “não foi conduzido pela Polícia mas pelos políticos”. Realmente muito antes do deputado Wilson Müller iniciar as investigações, as lideranças do PMDB haviam julgado e condenado o deputado Antônio Dexheimer, levadas pelos argumentos de sua acusadora mais veemente: sua ex-esposa Vera Mincarone Dexheimer. Foi ela e não o assessor de Daudt, José Azevedo, quem espalhou os primeiros boatos e condicionou a posição dos políticos, usando não apenas os seus conhecimentos, como, principalmente, o seu prestígio pessoal.

### **A vingadora**

A separação do deputado Antônio Dexheimer e de sua esposa não foi amigável como os dois fizeram crer. O relacionamento dos dois era penoso e, depois da separação, foi agravado pelas atitudes de Vera. Na vida real, ela não corresponde à imagem recatada que a imprensa lhe deu. Ela tinha uma intensa atividade social e política e entrava e saía à vontade em todos os gabinetes, inclusive no do Governador. Seu grande trunfo não era o marido, mas o irmão, deputado Paulo Mincarone, a quem Vera assessorava. Embora a Polícia tenha dado a entender o contrário, não foi Daudt mas Vera, quem começou a falar sobre as “perseguições” de seu ex-marido. Todos os amigos de Daudt, que depuseram no inquérito, declararam que a iniciativa, no caso platônico que teve com Daudt, partiu dela e dois deles acham que ela forçava a situação para tentar se valorizar perante o ex-marido, cujo gabinete ficava ao lado do deputado. Seja como for, Vera era o que se chama de “uma mulher do partido” e possuía grande influência dentro do PMDB. Tão logo teve conhecimento da morte de Daudt, ela telefonou a vários amigos, culpando o marido. Veio dela o boato que circulou pelo velório e que, ainda na manhã de domingo, chegava ao Palácio.

### **A decisão**

Um dos argumentos de Vera que mais impressionou os deputados foi o “caso das cartas roubadas”. Segundo ela, seu ex-marido havia roubado de sua bolsa cartas amorosas que ela havia endereçado ao “deputado Ozônio”, pseudônimo que ela usava para Daudt. A bolsa estava no gabinete de Daudt e foi aberta enquanto Vera visitava a sala da Presidência. O roubo foi comentado por vários conhecidos. O curioso é que o deputado Antônio Dexheimer acreditava que fosse apenas uma brincadeira de José Azevedo, que costumava fazer esse tipo de coisa com Vera. Segundo ele, Dexheimer leu as cartas e resolveu se vingar de Daudt. Essa versão foi levada pelo deputado Cezar Schirmer ao Secretário de Segurança e ao Governador. Os dois confiaram na irmã de Paulo Mincarone e deram Antônio Dexheimer por culpado. Vem daí a famosa frase de Simon: “Doa a quem doer, esse crime deve ser esclarecido”. Na noite de domingo, a Polícia passou a dirigir a Polícia e, extra-oficialmente, o deputado Wilson Müller deixou de merecer a confiança oficial, porque era PDT.

### **A confissão**

Nas primeiras quarenta e oito horas, o poder de persuasão de Vera foi tão grande, que todos os envolvidos tinham como certo que o deputado Antônio Dexheimer confessaria seu crime “para aliviar a consciência”. Essa certeza foi a responsável por todos os enganos cometidos nas investigações: o retrato falado dirigido, o engano na cor do carro, a aceitação de duas testemunhas falsas e até a necropsia absurda realizada pelo Instituto Médico Legal. Para a Secretaria de Segurança, o caso provaria, de uma vez por todas, a lisura do PMDB, que, punindo um de seus deputados, daria um exemplo nacional. Por sinal, na visita que um dos grupos de deputados fez a Antônio Dexheimer, como um deles observou no dia seguinte, os mais constrangidos eram os representantes do PMDB. Na terça-feira, no entanto, ficou evidente que a confissão não viria. Mas Vera achou que seu ex-marido não resistiria à pressão e que, mais cedo ou mais tarde, ele confessaria o crime.

### **A acareação**

Foi exatamente na terça-feira que começaram as divergências na Polícia. Normalmente em situações semelhantes, quando o depoimento de dois envolvidos entra em contradição, eles são acareados. Seguindo a norma, vários delegados queriam que Vera fosse confrontada com seu ex-marido. Para surpresa geral, a Chefia de Polícia foi contrária à ideia. Na tarde de terça-feira, o próprio deputado Wilson Müller liberou a ex-esposa do deputado e permitiu que ela viajasse para fora de Porto Alegre. Mais uma vez, seu prestígio político lhe

concedeu um favor que, raramente, as testemunhas importantes alcançaram, seu novo endereço foi mantido em segredo. A imprensa não descobriu que ela tinha ido para o sítio de seu irmão Vinicius Mincarone. Mas, nesta altura, a Polícia já começava a alterar sutilmente os fatos e esperava uma solução ideal para o caso ideal. Ninguém disse à imprensa, por exemplo, que, na madrugada de domingo, Vera disse para amigos que seu ex-marido tinha fugido para Erechim. Aliás, ela estava tão certa disso que telefonou pessoalmente a Erechim para saber a que horas o deputado Antônio Dexheimer tinha chegado (ele continuava em Porto Alegre).

### **A obstinação**

Nos dias seguintes, a Chefia de Polícia seguiu obstinadamente no rumo que já havia traçado. Apesar de descobrir que Toni Russo não era filho mas amante de Daudt, ela não permitiu que as investigações se aprofundassem nesse sentido. Os tradicionais círculos de homossexuais de Porto Alegre foram visitados sem o menor resultado, porque Daudt jamais os frequentou. Várias testemunhas fizeram referência às frequentes discussões sobre dinheiro que Daudt e Toni tinham, mas a Polícia não se interessou pelo assunto. No fim da primeira semana, por sinal, os políticos descobriram que Toni estava namorando a filha de uma pessoa muito influente e o manequim foi deixado definitivamente de lado. As investigações, agora, se esforçavam para criar o clássico drama passionai: esposa, amante e marido vingativo. Copos e pratos presenteados por Vera e encontrados no apartamento de Daudt foram considerados prova definitiva de sua ligação amorosa.

### **O depoimento**

Duas semanas depois da morte de Daudt, como as provas não apareciam nem a confissão esperada dava sinal de vida, a Chefia de Polícia resolveu encarregar um homem para arrancar a verdade do deputado Antônio Dexheimer: o delegado Ben Hur Marchiori, que já havia comentado para amigos que considerava o deputado culpado. O interrogatório durou 12 horas. Dexheimer leu o depoimento de todas as testemunhas e deu a sua versão. Ao contrário do que alguns jornais deram a entender, o deputado não foi pressionado. Muito pelo contrário, quando o delegado Wilson Müller, que estava presente, tentou pressionar Dexheimer, foi impedido por Ben Hur. Nasceu aí também a divergência dos dois. Novamente, ficou gritante a discrepância entre os depoimentos de Dexheimer e de Vera, mas, mais uma vez, a Polícia dispensou a acareação. No entanto, um dos fatos considerados decisivos, a perseguição de carro denunciada por Vera, foi negada por Dexheimer.



### **A reinquirição**

Na segunda-feira, 27 de junho, Vera volta a prestar depoimento na polícia. Ela volta a acusar o marido mas não fornece uma única prova concreta. Novamente, um grupo de delegados insiste numa acareação sem o menor resultado. Nesse mesmo dia, as lideranças do PMDB discutem o assunto com o Governador e o Secretário de Segurança e aprovam o indiciamento de Antônio Dexheimer. Mas, na Polícia, não existe unanimidade. Um grupo acredita que Dexheimer é o culpado. Outro grupo acredita que Dexheimer não matou Daudt mas foi o mandante. O terceiro grupo não acredita na culpabilidade de Dexheimer e acha que o indiciamento apressado pode proteger o verdadeiro criminoso. Usualmente, essas divergências impediriam o indiciamento do suspeito e levariam adiante as investigações. O problema é que o PMDB está em véspera de convenções municipais e não quer discutir a culpa ou a inocência de um de seus deputados em novembro. Tanto a Secretaria de Segurança quanto a Chefia de Polícia dão sinal verde para Ben Hur Marchiori, que, insensível aos argumentos dos demais delegados, indicia o deputado Antônio Dexheimer.

### **A prova**

O Caso Daudt, na opinião irônica dos delegados veteranos, daria um excelente filme de televisão. Ele é cem por cento quadrado, um clássico drama passionai. Mas tropeça, já de saída, com um problema seríssimo: Daudt era homossexual e nunca (não apareceu nenhum caso) manteve relações sexuais com uma mulher. Nem com Vera, conforme suas próprias palavras. Alguns amigos falam em “redenção” mas esta hipótese é fantasiosa. Depois, como observou um delegado, há muitos anos que os ricos deixaram de matar suas esposas adúlteras, quanto mais seus amantes. Quanto à espingarda que teria sido levada para Erechim dois dias depois do crime, pelo pai do deputado, tanto poderia ter sido disparada no sábado fatídico quanto na segunda seguinte ou na terça-anterior. A perícia não consegue determinar a data exata. Outra “prova” decisiva foi considerada ridícula pela maioria dos delegados: Dexheimer teria conferido várias vezes seu percurso na noite do crime, antes de prestar depoimento. Qualquer pessoa acusada de cometer um crime teria o mesmo cuidado. Tudo se resume, na verdade, nas acusações de Vera.

### **A suspeita**

Mas para dois amigos de Daudt e pelo menos três delegados, ela também é suspeita. Eles acham que ela partiu depressa demais para a acusação, mesmo antes de saber os detalhes do crime. Há quem pense que, descobrindo a verdade sobre Daudt, ela contratou alguém para

matar o deputado e aproveitou a ocasião para se vingar do marido. Existe alguma coisa que aponte para Vera? Ela jamais foi investigada. Desde o primeiro momento, ela foi poupada de qualquer investigação. Até hoje não foi acareada com seu ex-marido. No entanto, de todos os envolvidos, foi quem mais se valeu da influência política para evitar problemas. O indiciamento de Dexheimer é, antes de mais nada, uma vitória pessoal de Vera, que sempre se manifestou favorável a ele. Mas a imagem de marido ciumento e vingativo não se adapta a Antônio Dexheimer. Convivendo diariamente com Daudt, ouvindo inclusive suas confissões íntimas, teria sido bem mais fácil para ele abrir a porta e perguntar o que estava acontecendo com sua ex-esposa. Depois, conforme notaram os delegados veteranos, fica muito curioso pensar que nenhum dos amigos ou familiares de Dexheimer sabia de seus ciúmes de Daudt.

### **A conclusão**

Não há, na verdade, nenhuma prova concreta contra o deputado Antônio Dexheimer. A maioria dos delegados não acredita sequer que o processo seja aceito pelo tribunal. Mas, mesmo que isso aconteça, todos têm como certa a absolvição de Dexheimer. “O problema, disse um delegado, é que isso vai jogar a morte do Daudt na gaveta dos crimes insolúveis”. Seja qual for o culpado, está sendo beneficiado pelas injunções políticas, que apressaram, indevidamente, o indiciamento. Mas, para alguns delegados, o pior ainda não é isso. “Se aparecer amanhã ou depois o verdadeiro criminoso, o Governo vai chamar a Polícia de corrupta, nos acusar de tentar prejudicar o PMDB e ter um lindo pretexto para fazer um QPE na Secretaria de Segurança”. Tudo isso significa que o Caso Daudt não está encerrado. Para desespero dos políticos, continua em aberto.

## ANEXO I

**i) Matéria 9 (Correio do Povo):** “Eliseu Santos é assassinado” (27 de fevereiro de 2010):

O secretário da Saúde de Porto Alegre e ex-vice-prefeito de José Fogaça entre 2005 e 2008, Eliseu Santos, foi assassinado com quatro tiros, ontem, às 21h27min, na rua Hoffmann, bairro Floresta, próximo da igreja evangélica da qual ele era pastor. As balas atingiram a cabeça, o tórax, a canela e o coração. O secretário teve morte instantânea.

De acordo com informações iniciais da Polícia, três ou quatro homens armados chegaram em um carro Vectra prata na avenida Cristóvão Colombo. Dois homens desceram com as armas e caminharam cerca de 50 metros pela rua Hoffmann até encontrar a vítima, que saía da igreja acompanhado da mulher, Denise, e da filha menor — ele tinha quatro filhos.

O delegado de Homicídios Bolívar Llantada esteve no local do crime, disse que a investigação começa agora com o confronto de informações colhidas pela Perícia e pelas testemunhas. Uma pistola, que seria de Eliseu, foi encontrada próxima do corpo. Além disso, várias cápsulas de projéteis de pistola 380 foram encontradas na rua, perto do veículo Corolla do secretário, onde ficou o corpo. Llantada informou que há registros de que o secretário vinha sofrendo ameaças.

Com a confirmação de que a vítima era o secretário Eliseu Santos, uma grande aglomeração se formou na rua Hoffmann e imediações ontem, no final da noite. Amigos, assessores e políticos ligados ao PTB, partido de Eliseu Santos, buscavam, consternados, mais informações sobre o crime. Eliseu tinha 63 anos e era médico formado pela Ufrgs. Ele também foi vereador e deputado estadual no Rio Grande do Sul pela legenda do PTB. O crime surpreendeu e movimentou a área política. O vice-prefeito José Fortunati se disse “chocado e estarecido” com o fato. Segundo o relato de Fortunati, o secretário era um homem de bem. “É impossível avaliar as razões deste crime bárbaro”. O prefeito José Fogaça também foi ao local. “Estou estarecido”, garantiu. O corpo será velado hoje na Assembleia.

Testemunhas disseram que os assassinos estacionaram o Vectra na Cristóvão Colombo e seguiram a pé até a rua Hoffmann. O secretário caiu a caminho do seu veículo. O local do crime fica em área próxima de onde ocorreu outro assassinato, até agora não

esclarecido: o do vice-presidente do Cremers, Marco Antônio Becker. Santos assina coluna no cardeno Vitrine do Correio do Povo.

## ANEXO J

**j) Matéria 10 (Correio do Povo): “DNA prova participação de suspeito no crime”**  
(4 de março de 2010):

O resultado do exame de DNA possibilitou à Polícia chegar à identidade de um dos suspeitos de ter participado da tentativa de assalto que culminou com a morte do ex-secretário municipal da Saúde, Eliseu Santos, ocorrida no final de fevereiro. De acordo com o diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), delegado Ranolfo Vieira Júnior, a conclusão do teste saiu à 1h50min da madrugada de ontem, quando foi confirmado que Eliseu Pompeu Gomes, 22 anos, esteve na cena do crime. Outros dois homens também foram identificados, estes através de informações de testemunhas e descrições físicas. Os três estão com a prisão temporária decretada pela Justiça.

Gomes está sumido desde o último sábado. Os outros dois tampouco foram presos. Ranolfo afirmou que o trio pertenceria a uma quadrilha de roubo de veículos, com base em Sapucaia do Sul, com atuação na Capital, em especial no bairro Floresta.

Na madrugada de domingo para segunda-feira, os policiais encontraram um Vectra, ano 2007, totalmente calcinado. Furtado em 22 de fevereiro, no estacionamento de um hipermercado de Canoas, o veículo estava no Santuário das Mães, em Novo Hamburgo. Existe a possibilidade, conforme Ranolfo, de que este seja o carro que os suspeitos usaram no dia do ataque a Eliseu. A hipótese é reforçada pela informação de que um dos acusados foi visto rondando com um automóvel semelhante na semana do crime. “O carro está com as placas adulteradas”, disse Ranolfo. “Agora irá para perícia para vermos se a perfuração na lataria é realmente um tiro”.

O caso começou a ser desvendado quando os policiais rastrearam feridos a tiros. Encontraram, então, Gomes, atendido no hospital São Camilo, em Esteio, com dois tiros na perna. O suspeito contou que havia sofrido uma tentativa de assalto, porém, os policiais desconfiaram da história, que teria ocorrido na noite da morte de Eliseu. Ele foi logo liberado, mas a investigação derrubou a versão do suspeito e, em seguida, a Polícia conseguiu um mandado de busca e apreensão, cumprido na manhã de ontem. O delegado de Homicídios, Bolívar Llantada, acompanhado de peritos do IGP, foram até a residência de Gomes, situada no Parque Santo Inácio, em Esteio, mas ele não estava. Os peritos então colheram a saliva da mãe e de um irmão do suspeito para comparar com a amostra do sangue que ficou na cena do

crime. “Era madrugada, quando o IGP nos ligou, dizendo que o resultado do DNA tinha sido positivo, o código genético batia com o encontrado na cena do crime”, contou Bolívar. “Isso reforça a importância da preservação do local da ocorrência, pois conseguimos uma prova comparável à impressão digital do acusado”, comparou o delegado, não descartando que outro integrante da quadrilha também tenha sido ferido, apesar de não ter sido encontrado nenhum outro tipo de sangue.

De acordo com Ranolfo, um irmão do suspeito, cumprindo pena por roubo de veículos, em regime semiaberto no Instituto Penal de Viamão (IPV), teria admitido informalmente aos policiais que o parente teria participado do ataque ao ex-secretário da Saúde.

## ANEXO L

### **I) Matéria 11 (Diário Gaúcho): “Secretário é executado” (27 de fevereiro de 2010):**

O secretário municipal da Saúde, Eliseu Santos, foi assassinado ontem à noite na Capital. Ele saía de um culto da igreja Assembleia de Deus e foi morto com três tiros quando se dirigia para o seu carro, um Toyota Corola cinza, na Rua Hofmann, entre a Avenida General Neto e a Avenida Cristóvão Colombo, no Bairro Floresta, em área de um supermercado. Conforme informações de testemunhas, o secretário acabara de comprar um pastel para sua filha e sua esposa, quando foi atingido pelos disparos. Três homens estacionaram um Vectra Elite prata na Avenida Cristóvão Colombo e caminharam em direção ao secretário, disparando sete tiros. Conforme informação da perícia, ele foi atingido por três disparos, dos quais dois atingiram o coração e morreu no local. Os bandidos voltaram caminhando para o carro em que chegaram e fugiram em direção à Avenida Farrapos.

Até as 23h, a polícia ainda não tinha informações sobre o motivo do assassinato, mas praticamente descartavam a hipótese de assalto principalmente pelo número de tiros que atingiram a vítima. Peritos examinaram o corpo. O carro estava fechado e, ao lado do secretário, havia uma pistola preta calibre 380, que pertencia à vítima.

O corpo foi encaminhado para o Departamento Médico Legal.

## ANEXO M

**m) Matéria 12 (Diário Gaúcho):** “A caçada a um assassino” (4 de março de 2010), assinada por Carlos Wagner, Humberto Trezzi e José Luís Costa, repórteres de Zero Hora:

Eliseu matou Eliseu. Esta é a conclusão a que chegou a Polícia Civil gaúcha, após cinco dias de investigações sobre o assassinato do ex-secretário municipal da Saúde de Porto Alegre Eliseu Santos, 63 anos. Os policiais afirmam que um dos assassinos é Eliseu Pompeu Gomes, 22 anos.

Ele teria cometido o crime ao tentar roubar o carro do médico e xará, na noite de sexta-feira, na Rua Hoffmann, Bairro Floresta, na Capital. Na troca de tiros entre criminoso e vítima, Gomes foi baleado, mas sobreviveu. O ex-secretário morreu no local.

Três fatores foram fundamentais para a polícia chegar ao suspeito. Primeiro, os policiais rastrearam os fugitivos. Ao passar um pente fino nas ocorrências envolvendo feridos a bala, souberam que Gomes fora atendido no Hospital São Camilo, em Esteio, onde mora. Ao apurar o caso, descobriram que ele mentira, dizendo ser vítima de assalto. Começou aí o cerco ao suspeito.

### **Informantes ajudaram**

Em segundo lugar, entrou a rede de informantes. Os agentes apuraram que Gomes é irmão de um ladrão de carros e circula com dois assaltantes, conhecidos por Alemão e Japonês. Outra dica apontava que a morte de Eliseu fora durante assalto praticado por uma quadrilha de ladrões de veículos. Andavam em um Vectra prata, semelhante ao usado pelos envolvidos no tiroteio.

Agente da Furtos e Roubos de Veículos souberam que PMs tinham localizado um Vectra incendiado na noite de segunda, em Novo Hamburgo. O carro fora furtado em fevereiro em Canoas. Na lataria do carro, havia marca de tiro.

### **Perícia foi fundamental**

Por fim, funcionou a perícia. O Instituto-geral de Perícias (IGP) coletou sangue da vítima e também de um dos assassinos. Quando Gomes surgiu como suspeito, o IGP comparou o DNA de familiares dele com o sangue coletado no local do crime.

O resultado foi positivo.